

**NÍVEL DE LITERACIA FINANCEIRA DOS PORTUGUESES:
MEDIÇÃO ATRAVÉS DE UM ÍNDICE E PRINCIPAIS
DETERMINANTES**

Hugo Miguel Figueiredo Nogueira

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Finanças

Orientador(a):

Prof. Dr. João José Amaral Tomaz, Prof. Associado Convidado do ISEG

Novembro 2011

RESUMO

Num contexto económico-social marcado pela crise orçamental que sucedeu à crise financeira do *subprime*, ganha cada vez mais importância a literacia financeira, assumindo-se como uma forma de defesa de consumidor e ao reflectir-se num conjunto de decisões e comportamentos financeiros cujo impacto e repercussões proporcionem bem-estar financeiro.

Os objectivos do presente estudo são, assim, determinar o nível médio de literacia financeira dos portugueses e identificar e analisar os principais determinantes da literacia financeira.

Com base numa proposta de índice que tomou como referência as respostas a questões sobre finanças pessoais, conhecimento financeiro, investimento, crédito e crédito habitação, recolhidas através de inquérito, verificou-se que o nível médio de literacia financeira dos portugueses é insuficiente, de apenas 2,4. Acresce que 16,3% revela uma total ausência de conhecimentos e competências na gestão de finanças pessoais e que 60,2% dos inquiridos sobrestima o seu nível de conhecimentos e competências.

Constatou-se ainda que ser do género masculino, com formação superior, com rendimentos mensais superiores a 1.500 €, património financeiro acima de 5.000 €, Técnico, Quadro superior ou médio, com poupança para a reforma e que têm ou já tiveram crédito habitação têm maior nível de literacia financeira.

Foi ainda possível apurar que, para além dos principais indicadores sociodemográficos, ter ou já ter tido crédito habitação e poupar para a reforma revelam no nível de literacia financeira.

Classificação JEL: D14, D18, G01

Palavras-chave: Literacia financeira, Defesa do consumidor, Finanças pessoais, Crise financeira

ABSTRACT

In a economic and social environment market by the budget crisis, which followed the sub-prime financial crisis, financial literacy gains more importance as a means of consumer protection, and reflection on a series of financial decisions and behaviours aimed at providing an improved financial well being.

Therefore, the purpose of this study is to determine the average level of financial literacy of the Portuguese, and to identify and analyse the main determining factors of financial literacy.

Based on an index proposal, which considers the answers given to questions on personal finance, financial knowledge, investment, credit and home loans, obtained through a survey, it was found that the average level of financial literacy by the Portuguese is insufficient, only 2.4. Moreover, 16.3% reveal a total lack of knowledge and skills in managing personal finance, and that 60.2% of respondents overestimated their level of knowledge and skills.

It was further observed that being male, with further education, a monthly income above € 1.500, financial assets worth over €5,000, with white-collar jobs, saving for retirement, and who have or have had home loans, reveal a higher financial literacy level.

It was also possible to determine that apart from the main social-demographic indicators, having or having had a home loan, or saving for retirement are relevant variables that account for the level of financial literacy.

JEL classification: D14, D18, G01

Keywords: Financial literacy, Consumer protection, Personal finance, Financial crisis

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Dr. Amaral Tomaz, dotado de uma considerável sensatez, persistência, rigor, força, inteligência e capacidade para motivar, e que se mostrou sempre disponível para sugerir, orientar e esclarecer todas as minhas dúvidas. Sem o Professor Dr. Amaral Tomaz a realização deste projecto não seria possível e é, sem sombra de dúvidas, um exemplo que dignifica os professores.

Ao Filipe Guimarães, amigo de infância e que, ao longo deste último ano, nunca deixou de efectuar importantes sugestões e contributos para a prossecução deste trabalho.

A todos aqueles que se disponibilizaram a circular o inquérito pela sua rede de contactos, bem como a todos aqueles que dispensaram algum minutos do seu tempo para o preencher.

Aos colegas e amigos da pós-graduação e dos complementos que tive oportunidade de conhecer quando iniciei esta “aventura” e que são uma referência de solidariedade, espírito de equipa e de união.

Aos restantes familiares e amigos que compreenderam a importância deste projecto e entenderam as minhas frequentes ausências e as muitas horas dedicadas a este trabalho.

A todos os que directa e indirectamente contribuíram para a prossecução desta tese.

A todos Vós os meus agradecimentos.

*“If knowledge can create problems, it is not through
ignorance that we can solve them”*

Isaac Asimov

DEDICATÓRIA

A toda a minha família pelas boas regras e princípios transmitidos que guiaram o meu crescimento pessoal; em especial, aos meus Pais que venceram várias batalhas, ao longo das suas vidas, e cuja entrega, dedicação e esforço incondicionais, contribuíram para que eu prosseguisse os estudos e conseguisse chegar onde cheguei; e ao meu primo Fernando Paulo Brito que, apesar de não ter tido as oportunidades das quais eu beneficiei, não deixa de revelar bons princípios e costumes que regram as suas decisões.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	v
ÍNDICE DE TABELAS	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	viii
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	viii
LISTA DE ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS.....	ix
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	x
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DA LITERATURA	2
2.1. DEFINIÇÃO E MENSURAÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA.....	2
2.1.1. Definições conceptuais.....	2
2.1.2. Definições operacionais	6
2.1.3. Principais áreas de literacia financeira	8
2.1.4. Outras considerações	9
2.1.5. A Definição escolhida para Literacia Financeira.....	11
2.2. FACTORES QUE INFLUENCIAM A LITERACIA FINANCEIRA.....	11
2.3. IMPORTÂNCIA DA LITERACIA FINANCEIRA.....	16
2.4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA - ACÇÕES E PROGRAMAS.....	22
2.4.1. A importância da Educação Financeira	22
2.4.2. Educação Financeira no contexto europeu.....	26
2.4.3. Educação Financeira em Portugal	29
2.4.4. Educação Financeira noutros países	37
2.5. HIPÓTESES	39
3. METODOLOGIA e DADOS OBTIDOS.....	40
3.1. AMOSTRA E AMOSTRA FINAL.....	40
3.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AMOSTRA FINAL	41
3.3. A ESTRATÉGIA FINANCEIRA DE QUEM CONTRAIU CRÉDITO HABITAÇÃO.....	47
3.4. ÍNDICE DE LITERACIA FINANCEIRA	49

3.4.1.	Seleção de questões	49
3.4.2.	Resumo e comparação com outros estudos das respostas obtidas	52
3.4.3.	Construção do Índice.....	58
3.5.	IMPACTO DOS DETERMINANTES NA LITERACIA FINANCEIRA.....	65
3.5.1.	Análise dos resultados obtidos.....	67
3.5.2.	Validação dos pressupostos do modelo de regressão linear	69
4.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	72
5.	BIBLIOGRAFIA	77
6.	ANEXOS.....	85
6.1.	ANEXO I – CITAÇÕES DIRECTAS (ORIGINAIS) DE LITERACIA FINANCEIRA	86
6.2.	ANEXO II – QUESTÕES PARA A MEDIÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA E DE AUTO-AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS	88
6.3.	ANEXO III – TABELAS E GRÁFICOS DE APOIO À ANÁLISE.....	93
6.4.	ANEXO IV – INQUÉRITO	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Algumas estratégias utilizadas na medição da literacia financeira.....	6
Tabela 2 – Síntese de programas de educação financeira na Europa.	29
Tabela 3 – Dados sociodemográficos da amostra final e comparação com a população	42
Tabela 4 – Património Financeiro, Responsabilidades de Crédito e Crédito Habitação	47
Tabela 5 – Total de respostas correctas nas primeiras três questões (Q1 a Q3).....	52
Tabela 6 – Percentagem de respostas correctas (Q1 a Q13) e comparação com estudo fonte	53
Tabela 7 – Total de respostas correctas, incorrectas e consideradas difíceis.	56
Tabela 8 – Índice de Literacia Financeira	61
Tabela 9 – Conversão do Índice de Literacia Financeira	64
Tabela 10 – Variáveis e síntese da estatística descritiva	66
Tabela 11 – Sumário do Modelo	67
Tabela 12 – Coeficientes estimados	67
Tabela 13 – Estatística descritiva (% da Amostra Final).....	94
Tabela 14 – Responsabilidades, Património e Poupança imprevistos (% da classe crédito).....	95
Tabela 15 – Responsabilidades, Orçamento Familiar e PPR (% da classe crédito).....	96
Tabela 16 – Percentagem de respostas correctas às 13 questões (Q1 a Q13) por categoria sociodemográfica e experiência/comportamento financeiro	97
Tabela 17 – Matriz de correlação (Rho de Spearman) entre as respostas correctas em cada questão ..	98
Tabela 18 – Importância do Orçamento Familiar e Registo de Rendimentos e Despesas	99
Tabela 19 – Teste de Cochran	99
Tabela 20 – Sistema de Pontuações	100
Tabela 21 – Cotações obtidas do Índice de Literacia Financeira	101
Tabela 22 – Média do índice de literacia financeira por categoria sociodemográfica e experiência/comportamento financeiro	102
Tabela 23 – Testes de Mann-Whitney	103
Tabela 24 – Diferenças entre o valor convertido do índice de literacia financeira e a respectiva autoavaliação do nível de conhecimentos e competências financeiras	103
Tabela 25 – Distribuição de cada categoria por cada classe de valor convertido do índice	104
Tabela 26 – Comparação entre o valor convertido do índice de literacia financeira e a respectiva autoavaliação do nível de conhecimentos e competências financeiras	105
Tabela 27 – Estatística dos Resíduos	106
Tabela 28 – Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov.....	107
Tabela 29 – Matriz dos coeficientes de correlação linear das variáveis independentes.....	108

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por género.....	43
Gráfico 2 – Distribuição por idade	44
Gráfico 3 – Distribuição por habilitações literárias.....	45
Gráfico 4 – Ocupação e função por conta outrem.....	45
Gráfico 5 – Distribuição por Rendimentos Mensais	46
Gráfico 6 – Distribuição do Índice de Literacia Financeira	60
Gráfico 7 – Cotação média do índice de literacia financeira por classes de idade.....	62
Gráfico 8 – Resíduos estandardizados representados graficamente em função dos valores estimados estandardizados da variável dependente.....	105
Gráfico 9 – Histograma dos resíduos estandardizados.....	106
Gráfico 10 – Gráfico de Probabilidade Normal	107

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Relação entre literacia financeira e eficiência dos mercados	20
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS

ASFAC	-	Associação de Instituições de Crédito Especializado
ASIC	-	<i>Australian Securities & Investments Commission</i>
BES	-	Banco Espírito Santo
CGD	-	Caixa Geral de Depósitos
CMVM	-	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNSF	-	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
DECO	-	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
<i>Dolceta</i>	-	<i>Development of Online Consumer Education Tools for Adults</i>
EDFE	-	<i>European Database for Financial Education</i>
ESRT	-	Escola Secundária de Rio Tinto
EUA	-	Estados Unidos da América
EUCEN	-	<i>European Association for University Lifelong Learning</i>
FSA	-	<i>Financial Services Authority</i>
IGFE	-	<i>International Gateway on Financial Education</i>
INE	-	Instituto Nacional de Estatística
LIFE	-	Literacia Financeira, da Escola para a Vida
NFER	-	<i>National Foundation for Educational Research</i>
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	-	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
PACFL	-	<i>President's Advisory Council on Financial Literacy</i>
PIB	-	Produto Interno Bruto
PISA	-	<i>Programme for International Student Assessment</i>
PNLF	-	Plano Nacional de Literacia Financeira
PPR	-	Plano Poupança Reforma
Qi	-	Questão i (c/ i = 1 a 13) de conhecimento sobre finanças ou finanças pessoais incluída no inquérito

SUMÁRIO EXECUTIVO

Nos dias de hoje, frequentemente, qualquer pessoa tem de tomar uma decisão financeira, quer esta seja de natureza de poupança, quer seja de recurso a crédito. E, se por um lado existe uma decisão financeira, por outro está o objecto que sustenta essa decisão, ou seja, o consumo ou o investimento.

O processo de decisão envolve uma sequência de 3 etapas: i) determinação do problema, ii) identificação das alternativas possíveis de solução e iii) selecção da melhor alternativa (Chiavenato, 1983) e para identificar e analisar as alternativas é preciso que as pessoas sejam dotadas de ferramentas para que a selecção vá ao encontro do objectivo pretendido.

Com a crescente complexidade dos produtos financeiros, aliada a alterações constantes nos comportamentos dos indivíduos e das famílias, é fundamental dotar as pessoas de conhecimentos financeiros e ferramentas que lhes permitam tomar as decisões correctas e acumular riqueza.

Se, por um lado, perante situações cada vez mais recorrentes de mudança de emprego, desemprego, doença ou divórcio é necessário ajustar as finanças pessoais para atender às novas vicissitudes, por outro lado, com o aumento da esperança média de vida e a alteração dos sistemas de reforma para contribuição definida é transferida para as pessoas uma parte das responsabilidades a nível de planeamento financeiro para a idade da aposentação.

Mas essas decisões não são simples, exigindo aos indivíduos reunir e processar informação sobre juros compostos, inflação e diversificação de risco (Lusardi e Mitchell, 2007a, b). E se a gestão dos recursos é importante, também a gestão do crédito e a elaboração do orçamento familiar assumem um papel primordial, exigindo conhecimento financeiro.

Através da recolha de dados, por inquérito, com o presente trabalho pretende-se medir o nível de literacia financeira dos portugueses, através de um índice, comparando-se os resultados obtidos com a respectiva auto-avaliação. Serão ainda identificados os principais determinantes da literacia financeira e averiguada a estratégia financeira dos contraentes de crédito habitação.

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem como principais objectivos aferir o nível de literacia financeira em Portugal e verificar como o mesmo se comporta quando discriminado por indicadores sociodemográficos e por experiências e comportamentos financeiros. Tem também o propósito de identificar os principais determinantes da literacia financeira.

Para o efeito, será apresentado, no Capítulo 2, o quadro teórico e referencial do tema da presente tese, iniciando com definições conceptuais e operacionais de literacia financeira e as principais áreas que se aplica, sendo, posteriormente, divulgada a definição de literacia financeira que foi adoptada no presente trabalho. De seguida, elencar-se-á os factores que influenciam a literacia financeira, assim como se explicará a importância da mesma. Por fim, serão referidos alguns programas de educação financeira, quer no contexto europeu, quer em Portugal, quer, ainda, noutros países.

No Capítulo 3 será descrita a metodologia utilizada na recolha e, conseqüente, análise de dados. Será também averiguada a estratégia financeira dos mutuários de crédito habitação. Segue-se uma descrição e fundamentação das questões escolhidas para integrarem o índice e far-se-á uma comparação das respostas obtidas neste trabalho com aquelas que foram registadas em outros estudos. Neste capítulo serão também comentados os valores obtidos do índice de literacia financeira e comparados com a respectiva auto-avaliação. Por fim, será verificada a significância estatística dos determinantes da literacia financeira.

No 4.º e último capítulo serão apresentadas as conclusões e tecidas algumas considerações e sugestões a enquadrar em programas de formação financeira.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. DEFINIÇÃO E MENSURAÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA

Em 2006, os Estados Unidos lançaram a primeira estratégia nacional para melhorar a literacia financeira. Não obstante, o plano iniciou-se sem uma definição clara de literacia financeira ou sem uma forma de ser medida de forma consistente (Remund, 2010).

Por forma a ser possível medir e mensurar é necessário a existência de uma definição.

Foram pesquisadas várias fontes, incluindo artigos académicos, publicações periódicas, instituições governamentais e não-governamentais de vários países e sítios de entidades que procuram promover a literacia financeira. Não obstante, teve-se em consideração a investigação já realizada neste domínio por Remund (2010) e por Hung *et al.* (2009).

Não se pretendeu efectuar uma pesquisa em toda a investigação já realizada sobre a literacia financeira, mas antes uma análise de um conjunto representativo de definições.

Como acontece em outras áreas, investigadores e instituições definiram literacia financeira de várias formas.

Neste capítulo, far-se-á assim uma inventariação e análise de algumas definições conceptuais e operacionais de literacia financeira.

As definições conceptuais são as que transformam conceitos abstractos em termos concretos e as definições operacionais convertem os termos concretos em critérios mensuráveis (Remund, 2010).

2.1.1. Definições conceptuais

As definições conceptuais de literacia financeira apresentam várias composições, umas bastante simples, outras mais complexas e com vários termos.

As definições (citações) originais, não traduzidas, encontram-se no Anexo I – Citações Originais de Literacia Financeira, na pág. 86.

Num artigo que explora a relação entre conhecimento e comportamento, Hilgert *et al.* (2003) definiram literacia financeira como conhecimento financeiro.

A *National Foundation for Educational Research* (NFER)¹, sediada no Reino Unido, definiu a literacia financeira como a aptidão para realizar julgamentos informados e tomar decisões eficazes quanto à utilização e gestão do dinheiro, Schagen and Lines (1996), citado por Worthington (2006). Posteriormente, a *New Zeland Network for Financial Education*² adoptou esta definição de literacia financeira.

A Comissão Europeia, em 2005, definiu a literacia financeira como a capacidade de consumidores e empresários de pequenas empresas de entenderem os produtos financeiros com vista à tomada consciente de decisões financeiras (Habschick *et al.*, 2007).

As definições da NFER e da Comissão Europeia são mais completas que a de Hilgert *et al.*, uma vez que, para aqueles, a literacia financeira é não só conhecimento financeiro, mas também a utilização desse conhecimento para efectuar decisões.

Num estudo efectuado para medir a literacia financeira dos estudantes universitários nos Estados Unidos, Mandell (2007) define a literacia financeira como a capacidade de avaliar novos e complexos instrumentos financeiros e fazer apreciações informadas tanto na escolha dos instrumentos, como na sua aplicação que sejam do seu melhor interesse no longo prazo.

Não muito diferente, temos a definição que foi apresentada pelo *President's Advisory Council on Financial Literacy* (PACFL). Criado pelo Presidente dos Estados Unidos, em Janeiro de 2008 e extinto em Janeiro de 2010, composto por 16 membros pertencentes a diversas organizações (com e sem fins lucrativos), o PACFL tinha como objectivo incrementar a literacia financeira do povo americano. Este conselho consultivo definiu a literacia financeira

¹ A NFER, fundada em 1946, é uma organização sem fins lucrativos, que promove investigação na área da educação e realiza avaliações de programas de educação e formação.

² A *New Zeland Network for Financial Education* é uma rede da Nova Zelândia, sob a tutela da *Retirement Commission*, que tem por objectivo formar e informar os neozelandeses a se preparar financeiramente para a aposentação.

como a capacidade de usar conhecimento e técnicas para gerir recursos financeiros eficientemente com vista a um bem-estar financeiro a longo prazo (PACFL, 2008).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) definiu educação financeira, inferindo-se a partir daí a literacia financeira. Esta aparece, indirectamente, definida como o conhecimento de produtos e conceitos financeiros, aliado a capacidades e confiança que permitam a consumidores/investidores estarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, de modo a fazerem escolhas informadas, a saberem onde se devem dirigir para esclarecer dúvidas e para tomar outras medidas eficazes para melhorar o bem-estar financeiro (OECD, 2005).

Neste último conceito, para além do conhecimento e das decisões financeiras conscientes, estão presentes os termos “capacidades” e “confiança”, por um lado, “riscos” e “oportunidades”, por outro, que são factores que concorrem para a tomada de decisão. É de realçar ainda que neste conceito está englobado o “saber onde se deve dirigir se precisar de ajuda”. O objectivo das decisões tomadas é melhorar o bem-estar financeiro.

Lusardi e Mitchell (2007c) verificaram que os indivíduos, nos Estados Unidos, não estão familiarizados com os conceitos mais básicos de finanças/economia necessários para tomar decisões importantes ao nível de poupança e investimento, definindo desta forma a literacia financeira.

Lusardi e Tufano (2008) focalizaram uma componente da literacia financeira, a literacia do crédito, definindo como a capacidade para efectuar decisões simples relativamente a contratos de crédito e possuir conhecimento mínimo sobre juros compostos, medidos no contexto das finanças do dia-a-dia.

Estas duas últimas definições são mais limitativas. Na primeira, a literacia financeira cinge-se aos conceitos básicos de finanças/economia tendo como fim a tomada de decisões sobre poupança e investimento. Já na segunda definição, a literacia financeira está limitada ao crédito. Ainda assim não deixa de assumir particular importância uma vez que o desconhecimento sobre juros compostos ou capitalização de juros pode originar espirais de endividamento, sobretudo quando se recorre a crédito para suportar o pagamento de prestações de crédito que incluam capital e juros.

Emmons (2005) definiu a literacia financeira como a capacidade de controlar os rendimentos contrapondo com os pagamentos, o conhecimento sobre a forma de abrir uma conta bancária e como solicitar um empréstimo, os conhecimentos básicos sobre seguros de vida e de saúde, aptidão para comparar ofertas concorrentes e planear para futuras necessidades financeiras.

Esta definição longa recai sobre alguns comportamentos que as pessoas financeiramente letradas devem ter. O controlo dos recebimentos e pagamentos tem presente a necessidade de elaboração e acompanhamento do orçamento familiar. O desconhecimento sobre os termos de uma apólice de seguro pode vir a afectar negativamente o património de uma pessoa ou família. Também de realçar a capacidade que as pessoas devem ter para comparar e aferir as diferenças efectivas entre ofertas concorrentes.

Na pesquisa efectuada, verifica-se assim que não existe uma definição universalmente aceite para literacia financeira. Todavia, existem 3 componentes comuns.

Nos conceitos apresentados, a literacia financeira está relacionada com o “conhecimento financeiro”, sendo esta a componente mais evidente e comum. Para gerir as finanças pessoais é necessário ter o conhecimento mínimo sobre dinheiro, nomeadamente as suas formas (papel-moeda, cartões de crédito e de débito, cheques, etc.), formas de rendimento (trabalho, activos, poupanças).

Outra componente são as “aptidões ou capacidades financeiras” para aplicar o “conhecimento financeiro” quer em situações previsíveis, quer em situações imprevisíveis. As competências e as capacidades financeiras permitem às pessoas planear, monitorar, gerir e resolver qualquer problema ou oportunidade financeira (Kempson *et al.*, 2005).

A “responsabilidade financeira” é também uma componente comum em algumas das definições, ou seja, as pessoas e as famílias devem conseguir medir o impacte das decisões tomadas que devem ter como fim melhorar o “bem-estar financeiro”, assim como devem ter confiança para “procurar ajuda” quando algo corre mal (*Australian Securities and Investments Commission*, 2003).

2.1.2. Definições operacionais

Como referido, anteriormente, as definições operacionais são aquelas que transformam um conceito abstracto como o de literacia financeira e o medem de uma forma concreta.

Se não existe uma definição conceptual geralmente aceite, também os métodos utilizados para medir a literacia financeira variam de estudo para estudo.

A tabela seguinte demonstra como tem sido medida a literacia financeira em alguns estudos.

Tabela 1 – Algumas estratégias utilizadas na medição da literacia financeira

Definição operacional	Amostra	Publicação
Percentagem correcta em 36 questões de escolha múltipla relacionadas com conceitos básicos de finanças, poupança, investimento, crédito e protecção.	924	Chen e Volpe (1998), citado por Hung <i>et al.</i> (2009) e por Hung (2010)
Percentagem correcta em 24 questões relacionadas com conceitos básicos de finanças, poupança, investimento, crédito e protecção.	5.754	National Council on Economic Education (2005), citado por Hung <i>et al.</i> (2009) e por Hung (2010)
Respostas correctas em 3 questões de escolha múltipla e itens de verdadeiro e falso, relacionadas com conceitos básicos de finanças, poupança e investimento.	1.269	Lusardi e Mitchell (2005)
Média simples ponderada de respostas correctas/incorrectas (baseado num factor de análise) de 5 questões de escolha múltipla sobre conceitos básicos de finanças e 8 questões de escolha múltipla sobre conceitos mais complexos. Incluíram ainda 7 itens de conhecimento percebido. Poupança e investimento foram as temáticas abordadas.	812	Lusardi e Mitchell (2007, b)
Respostas correctas a 3 questões de escolha múltipla relacionados com crédito.	1.000	Lusardi e Tufano (2008)
Índice de literacia financeira correspondia ao número de respostas correctas a 6 questões que incluíam a interpretação de um extracto bancário e a análise de um gráfico.	3.992	Monticone (2010)
Atribuição de 2 pontos a cada resposta certa e -2 pontos a cada resposta errada a um conjunto de 80 questões.	3.548	Roy Morgan Research (2003a), citado por Worthington (2006)
Para obter o nível de conhecimento financeiro dos investidores foram utilizadas 3 questões, 2 das quais tiveram uma pontuação que variava de 0 a 5 e na outra questão, era atribuída uma pontuação de 5 se a resposta fosse correcta e 0 se incorrecta. As questões estavam relacionadas com aspectos do mercado de valores mobiliários.	1.268	Mendes e Abreu (2006)

Fontes: Hung *et al.* (2009), Huston (2010) e pesquisa do autor. Agregação do autor

Nesta amostra sobre as estratégias efectuadas, verifica-se que as mesmas diferem no tamanho da amostra, na metodologia efectuada, na recolha de dados, no número de questões, nos conteúdos sobre os quais incidiram as questões, dificultando assim, por exemplo, uma comparação entre países.

A maior parte dos estudos efectuados também têm tido os mais variados alvos, desde alunos do ensino superior, a trabalhadores, até a pessoas pertencentes a classes mais desfavorecidas.

Huston (2010) efectuou uma análise a 71 estudos efectuados sobre a literacia financeira, tendo verificado o seguinte:

- 72% não incluíam uma definição sobre literacia financeira, ainda que 15% incluíssem alguma discussão para além de identificar elementos específicos na medida;
- Apenas 13% continham uma definição formal da definição que operacionalizaram;
- Das 8 definições identificadas, 2 focalizavam a literacia financeira como “aptidão” ou “capacidades” e 3 apenas no “conhecimento”;
- 47% dos estudos analisados utilizavam simultaneamente literacia financeira e conhecimento financeiro;
- 58% dos estudos utilizaram o preenchimento do questionário pelo entrevistado, através de correio electrónico ou na Internet, como recolha de dados e 38% utilizavam a técnica de entrevistas, a maioria das quais efectuada por telefone;
- 88% não forneciam *rating* ou qualquer indicador que concluísse que o entrevistado era ou não letrado financeiramente;
- 68% tinham uma audiência específica (estudantes, reformados, outros) enquanto 30% eram destinados a medir a literacia financeira da população adulta.
- A média do tamanho da amostra situava-se nos 1.575, com a mediana e a moda a fixarem-se nos 1.000 entrevistados.
- A média do número de itens/questões fixava-se nas 16, com a mediana nos 13 e moda nos 10. Existiam estudos com apenas 3 questões (mínimo verificado) e outros com 68 (máximo).

Huston (2010) cita dois estudos de Mandell (2009 e 1997), em que, no mais recente, os alunos eram considerados letrados financeiramente se obtivessem uma pontuação maior ou igual que 75% e, no mais antigo (pesquisa efectuada pela coligação *Jump\$tart*³), o mínimo exigido era de 60%.

Huston (2010) considera ainda que o número de questões / itens sobre os quais deverá ser medida a literacia financeira deverá estar compreendido entre 12 a 20.

2.1.3. Principais áreas de literacia financeira

Nos diversos estudos efectuados, as questões que foram colocadas enquadravam-se em diferentes áreas. Tal como nas definições, os domínios da literacia financeira não são idênticos, ainda que existam algumas semelhanças.

Num relatório preparado para a *Financial Services Authority* (FSA)⁴, Kempson *et al.* (2005) identificaram quatro domínios na literacia financeira para os quais os consumidores deverão estar aptos. As áreas são:

- **Gestão do dinheiro:** competências para viver com os seus próprios meios. Neste domínio enquadra-se a elaboração do orçamento familiar, resistência às pressões consumistas e à tentação do crédito;
- **Planeamento longo prazo:** capacidade para lidar com acontecimentos inesperados e efectuar poupanças para o longo prazo. Hábitos de poupança, quer para fazer face a imprevistos, quer para adquirir um automóvel, quer para dar de entrada para uma casa ou quer ainda para suportar os encargos dos filhos num curso superior, são itens importantes que fazem parte da aptidão financeira (*financial capability*);
- **Seleção:** consciência da oferta de produtos e serviços financeiros e ser capaz de escolher o mais apropriado. Uma pessoa com capacidade financeira (*financial capability*), antes de

³ A coligação *Jump\$tart* é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1995, que reúne cerca de 150 instituições norte americanas e que tem por objectivo promover a literacia financeira das crianças e jovens até à idade adulta.

⁴ A *Financial Services Authority* é uma instituição independente, não governamental, responsável pela regulação do sistema financeiro no Reino Unido.

adquirir, deverá analisar várias ofertas concorrentes e escolher a que lhe proporcione mais valor. Deverão entender o conceito de risco e rendibilidade.

- **Obter ajuda:** conseguir recolher informação por si próprio ou através de terceiros.

Huston (2010) verificou a existência de 4 áreas da literacia financeira:

- **Conceitos básicos de finanças pessoais**, onde se incluem questões relacionadas com o valor temporal do dinheiro, poder de compra, inflação, entre outros;
- **Crédito**, ou seja, a antecipação de rendimentos futuros através da utilização de cartões de crédito, créditos ao consumo e outros financiamentos;
- **Poupanças/investimento**, isto é, poupar rendimentos actuais para o futuro através da constituição de depósitos, ou aquisição de acções, obrigações e participações em fundos de investimento;
- **Protecção de recursos** – quer através de seguros, quer através de outras técnicas de gestão de risco.

Não muito diferente, Remund (2010) constatou que as definições operacionais de literacia financeira mais comuns enquadram-se dentro de 4 categorias: elaboração do orçamento familiar, poupança, crédito e investimento.

Hilgert *et al.* (2003) exploraram a ligação entre conhecimento e comportamento, focando em 4 actividades de gestão financeira: gestão corrente (*cash-flow management*), gestão do crédito, poupança e investimento.

2.1.4. Outras considerações

Na literatura, por vezes, não se distingue a literacia financeira de conceitos relacionados. De seguida são descritos outros conceitos e identificada a sua relação com a literacia financeira.

Literacia financeira e literacia económica

Jappelli (2010) considera que a literacia económica é cada vez mais importante para as decisões das famílias de como investir a riqueza e quanto se deve pedir emprestado no mercado financeiro. Jappelli (2010) cita Christelis *et al.* (2007) que estudaram a relação entre capacidades cognitivas e a posse de títulos com base no inquérito sobre saúde, idade e reforma na Europa⁵. Nesse inquérito, os inquiridos, com idades superiores a 50 anos e pertencentes a 11 países europeus, responderam a questões nas quais tinham de encontrar 10% de um número, calcular o custo de um bem que corresponde a 50% do preço de venda, calcular o custo de um automóvel novo com base no preço de carro usado e achar o valor final de um depósito que vence juros anuais de 10% durante dois anos. Estas questões estão presentes em diversos estudos sobre a literacia financeira, pelo que se considera que, ainda que não seja muito correcto, Jappelli equipara literacia económica a literacia financeira.

Literacia financeira e aptidão financeira (*financial capability*)

Por vezes, os dois termos são usados como sinónimos. Contudo, a aptidão financeira é usada por alguns países e organizações para enfatizar que a literacia financeira não é só conhecimento, compreensão, sendo incluída na definição uma abordagem mais comportamental e orientada para atitudes e preferências (Kempson *et al.*, 2005).

Deste modo, podemos questionar se, por exemplo, determinada pessoa que não efectua poupanças para gastos inesperados ou que utiliza sistematicamente o endividamento para adquirir bens de consumo é uma pessoa financeiramente iletrada ou se é um consumidor impaciente e tolerante ao risco, agindo de acordo com as suas preferências, não devendo, portanto, aqueles indicadores contribuir para a medição da literacia financeira.

Literacia financeira e educação financeira

Tal como acontece com a aptidão financeira, os conceitos de literacia financeira e educação financeira, por vezes, são considerados idênticos. O PACFL (2008) define a educação financeira como o processo pelo qual as pessoas melhoram a sua compreensão de produtos financeiros, serviços e conceitos, contribuindo para fazerem escolhas informadas, evitar armadilhas, dirigir-se aos locais correctos para pedir ajuda e efectuar outras acções para

⁵ *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* (SHARE).

melhorar o seu bem-estar financeiro actual e no longo prazo. Esta definição é semelhante à definição de educação financeira da OCDE, da qual se extraiu o conceito de literacia financeira anteriormente referido. A citação original poderá ser consultada no Anexo I, na pág. 86.

Huston (2010) considera que a educação financeira é um *input* destinado a aumentar o conhecimento financeiro e a respectiva aplicação.

Entende-se, assim, que a educação financeira é um processo de promoção da literacia financeira.

2.1.5. A Definição escolhida para Literacia Financeira

Após a análise das várias definições (conceptuais e operacionais), no âmbito do presente relatório, a definição adoptada é a seguinte:

A literacia financeira é uma medida do nível de conhecimento financeiro, que se repercute no comportamento financeiro o qual visa o bem-estar financeiro, consciente das adversidades que poderão alterar as condições económicas.

2.2. FACTORES QUE INFLUENCIAM A LITERACIA FINANCEIRA

Interessa perceber que factores condicionam a literacia financeira e se os mesmos são transversais a diversos países ou regiões.

Lusardi *et al.* (2010) investigaram o nível de literacia financeira dos jovens dos **Estados Unidos da América** com idades compreendidas entre os 23 e os 28 anos, através de 3 questões sobre conhecimentos básicos de finanças. Essas questões foram originalmente concebidas por Lusardi e Mitchell (2005) para a investigação sobre saúde e reforma de 2004

nos Estados Unidos e têm sido utilizadas em diversos estudos sobre literacia financeira, quer dentro, quer fora dos Estados Unidos. As questões⁶ são:

- Suponha que tem 100 € numa conta poupança cuja taxa de juro anual é de 2%. Após 5 anos, quanto pensa que terá acumulado na referida conta poupança, se não efectuar quaisquer levantamentos intermédios? (i) mais de 102 €; (ii) exactamente 102 €; (iii) menos de 102 €; (iv) não sabe; (v) não responde.
- Considere que a taxa de juro anual na sua conta poupança era de 1% e a inflação anual prevista era de 2%. Após um ano, comparativamente com hoje, seria capaz de (i) comprar mais; (ii) comprar o mesmo; (iii) comprar menos; (iv) não sabe (v) não responde.
- Considera verdadeiro ou falso a seguinte frase: Comprar acções de uma só empresa fornece um retorno mais seguro do que investir (o mesmo montante) num fundo de acções. (i) verdadeiro; (ii) falso; (iv) não sabe (v) não responde.

Verificaram que apesar de 79% dos inquiridos ter respondido correctamente à primeira questão, apenas 54% respondeu correctamente à segunda questão (da inflação) e apenas 47% acertou na questão relacionada com a diversificação de risco.

Àquele conjunto de questões foram adicionadas questões sociodemográficas, tendo-se concluído o seguinte:

- As mulheres têm menos probabilidade de responder correctamente às questões comparativamente com os homens. Idêntico resultado também havia sido obtido no estudo sobre a literacia financeira do crédito efectuado por Lusardi e Tufano (2008).
- Níveis elevados de capacidade cognitiva traduzem-se em maiores níveis de literacia financeira;
- O nível de escolaridade da mãe, especialmente se tiver ensino superior, traduzir-se-á em maior literacia financeira por parte do inquirido;

Worthington (2006), num estudo sobre a literacia financeira na **Austrália**, verificou que ser do sexo feminino, estar desempregado, ser trabalhador rural e ter menos de 10 anos de escolaridade tem maior probabilidade de ter um nível reduzido de literacia financeira. Nível

⁶ As questões aqui apresentadas foram adaptadas ao contexto nacional, por exemplo, a moeda, na questão original, era o dólar. Estas questões foram incluídas no inquérito utilizado no âmbito da presente tese.

superior de literacia financeira tem maior probabilidade de existir nas pessoas com idades entre os 50 e os 60 anos, em empresários e em indivíduos com nível de educação universitária. Anos antes, em 2002, reduzidos níveis de literacia financeira estavam associados, além dos referidos anteriormente, a indivíduos com poucas poupanças (inferior a 5.000 dólares) e a pessoas solteiras (*Australian Securities and Investments Commission*⁷, 2003).

Nos mercados emergentes da **Índia e da Indonésia**, os indivíduos que apresentam maior despesa *per capita* e maior capital humano, medido pelo nível de escolaridade ou pela capacidade cognitiva, assim como os empresários não rurais, têm associado nível significativamente superior de literacia financeira. Em famílias rurais ou famílias na qual a mulher assume um papel de líder verifica-se um reduzido nível de literacia financeira (Cole *et al.*, 2009).

Na Rússia, quando em Fevereiro de 2010 foi solicitada uma auto-avaliação, a 1.600 inquiridos, sobre o seu nível de literacia financeira, 31% consideram que se enquadram num nível bastante reduzido ou insatisfatório. Em Novembro de 2008, o número para estas classes era de 50%. Contudo, Kuzina (2010) considera que o nível de literacia financeira dos Russos continua reduzido, mas as constantes notícias sobre a crise financeira terão levado os indivíduos e as famílias a terem a percepção (incorrecta) de que o seu nível de literacia financeira teria incrementado. Nesta pesquisa, verificou-se ainda que 27% dos inquiridos não lê antes de assinar ou não entende o texto de um contrato de crédito.

As questões anteriormente mencionadas na investigação sobre saúde e aposentação de 2004 nos Estados Unidos foram utilizadas na **Alemanha**, em 2007, num estudo que envolveu 2.931 inquiridos com idade compreendida entre os 21 e os 96 anos. Apesar de apenas 0,96% não acertar correctamente em qualquer questão e 54,66% acertarem nas três questões, Pahnke e Honekamp (2010) consideram que o nível de literacia financeiro é reduzido. Neste estudo, que pretendia medir o efeito da literacia financeira na poupança para a aposentação, Pahnke e Honekamp (2010) verificaram que aumentar a literacia financeira nas pessoas cujo rendimento era inferior à média da amostra não levaria a um aumento da poupança para a reforma. Não obstante, caso as famílias com rendimentos inferiores à média da amostra

⁷ A *Australian Securities & Investments Commission* (ASIC) é o regulador independente das empresas, dos mercados e dos serviços financeiros australianos.

beneficiassem de aconselhamento financeiro dos bancos, a probabilidade de um aumento de poupança para a aposentação incrementava 14 pontos percentuais, face ao aumento da probabilidade em 9 pontos percentuais nas famílias com rendimentos superiores à média da amostra.

Os investigadores verificaram que havia ligação entre a literacia financeira e as famílias cujos rendimentos eram superiores à média da amostra e, por conseguinte, estas famílias revelavam maior propensão para a poupança para a reforma.

No **Reino Unido**, num estudo encomendado pelo *Financial Services Authority* (FSA), foram efectuadas 6 questões relacionadas com a área financeira e monetária e verificaram que o nível de literacia financeira é superior nos homens comparativamente às mulheres e que incrementava à medida que aumentava o rendimento das famílias (Atkinson *et al.*, 2006).

Em Itália, Monticone (2010) verificou que, quanto maior o nível de educação, maior era o nível de literacia financeira. Nesse estudo, que contou com a participação de 3.992 inquiridos, foi ainda verificado que a riqueza financeira tem uma influência positiva ainda que não muito grande no nível de literacia financeira.

Consta-se que uma das variáveis mais comuns nos estudos efectuados é o género. Em muitos desses estudos verificou-se que existe uma diferença do grau de literacia financeira entre os homens e as mulheres, revelando o género masculino um grau maior. Por sua vez, Fonseca *et al.* (2010) verificaram que a educação, o rendimento e o estado civil actual e passado reduzem em 25% o hiato existente entre género masculino e feminino. Apesar de não terem encontrado uma ligação forte, em algumas decisões financeiras, assente na especialização por género, verificaram que, nos casais, o processo de decisão relativo ao pagamento de contas, preparação de elementos e documentos para cálculo de impostos, monitorização dos investimentos e realização de planos de poupança a curto e médio-longo prazo, é sensível ao nível de escolaridade relativa entre cada um dos cônjuges. Ou seja, homens e mulheres com idêntico nível de escolaridade em relação aos seus cônjuges aceitam, em média, o mesmo número de responsabilidades financeiras e, quer homens quer mulheres com maior nível de escolaridade, em relação ao seu parceiro, são responsáveis por mais actividades financeiras à medida que o seu nível de escolaridade aumenta.

Em **Portugal**, Mendes e Abreu (2006), partindo de uma amostra 1.268 inquiridos de um universo de 15.039 contactos, efectuados pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), entre 2 de Outubro e 22 de Dezembro de 2010, concluíram que o nível de conhecimento financeiro dos investidores nacionais é reduzido, e que os inquiridos casados, de 44 anos, com curso médio ou superior a viver no litoral e no Grande Porto e a exercer profissões liberais, eram os investidores que apresentavam maior nível de conhecimento financeiro⁸.

Mais recentemente, Henriques (2010) também verificou que as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos de idade, do sexo masculino, casadas ou a viver maritalmente, com mais habilitações literárias e com rendimentos elevados, possuem maior literacia financeira.

O estudo da OCDE que se baseia em dados do Japão, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido conclui, a nível internacional, a existência de um reduzido nível de conhecimento financeiro das pessoas e famílias (OECD, 2005).

Esse nível de literacia financeira está associado a diversos factores, sendo os mais comuns, os factores sociodemográficos. Os factores identificados foram os seguintes:

- Género;
- Idade;
- Capacidade cognitiva;
- Nível de escolaridade;
- Emprego e profissão;
- Riqueza e poupança acumulada;
- Nível de rendimentos;
- Experiência e conhecimento de produtos financeiros;

⁸ As questões incidiam sobre particularidades ligadas à área do mercado de valores mobiliários.

Acresce referir que, para a OCDE, os jovens terão fortes probabilidades de serem confrontados com maiores riscos financeiros, assim como produtos e serviços financeiros complexos, na fase adulta. Esta situação deverá ter contribuído para a decisão, por parte da OCDE, de introdução um teste de literacia financeira no PISA (Programme for International Student Assessment)⁹. Este teste permitirá avaliar os conhecimentos, termos e comportamentos financeiros, transversalmente, dos jovens de 19 países (Borja-Santos, 2011).

2.3. IMPORTÂNCIA DA LITERACIA FINANCEIRA

Esgotado o modelo tradicional de concessão crédito habitação e a necessidade de aumentar a carteira de crédito, aliado a reduzidas taxas de juro e a um mercado imobiliário em expansão, as instituições de crédito norte-americanas enveredaram por um modelo de concessão de crédito de menor aversão de risco, determinando a concessão de crédito a pessoas sem rendimento, sem emprego e sem activos¹⁰.

Simultaneamente, a inovação financeira que se tem vindo a assistir nos últimos anos, permitiu que estes créditos fossem retirados dos balanços das instituições de crédito, através de sociedade-veículos, transformando-os em activos, com suposta elevada rendibilidade, adquiridos por instituições e sociedades financeiras espalhadas pelo mundo, permitindo às instituições de créditos originadoras norte-americana obter mais financiamento.

À medida que incrementavam as taxas de juro do crédito habitação e o preço das casas diminuía significativamente, os mutuários entraram em incumprimento que foi transmitido em cadeia por vários países. Estava assim criada a crise do *subprime* e a sua disseminação por todo o mundo.

⁹ O PISA é um estudo, inicialmente lançado pela OCDE, em 1997, que procura monitorizar, periodicamente, em ciclos de 3 anos, os sistemas educativos em termos do desempenho dos alunos, avaliando as competências dos jovens de 15 anos, de cada país participante, em Literacia de Leitura, Literacia Matemática e Literacia Científica. A primeira recolha de informação registou-se em 2000, incidindo sobre a literacia da leitura e envolveu cerca de 265.000 alunos de 15 anos de 32 países, dos quais 28 membros da OCDE (Ministério da Educação, 2011b).

¹⁰ Também designados por empréstimos *NINJA* (*No income, no job or assets*).

O PACFL (2008), no seu relatório anual para o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), afirma que, embora a actual crise tenha muitas causas, é inegável que a iliteracia financeira seja uma das principais.

A literacia financeira dos consumidores não acompanhou o ritmo das mudanças no mercado financeiro. Os consumidores foram confrontados com uma gama variada de produtos financeiros, para os quais, muito deles não estavam devidamente equipados com a capacidade financeira necessária para efectuar uma avaliação competente. Essa capacidade poderia ter evitado algumas das consequências indesejáveis associadas ao *boom* imobiliário norte-americano de 2001-2006 (Volpe e Mumaw, 2010).

Nos EUA, na Europa e por todas as economias desenvolvidas, o rápido crescimento do crédito habitação, ao longo da última década, foi acompanhada por um crescente número de famílias com dificuldades em compreender os riscos e as obrigações que assumiram (Rutledge, 2010).

Costa (2010) considera que “a presente crise financeira internacional veio evidenciar que a informação fornecida aos aforradores ou investidores nem sempre era completa ou adequada ao seu nível de literacia financeira; e que, por vezes, as aplicações foram decididas, ou ignorando o risco que envolviam, ou presumindo que esse risco estava coberto por mecanismos de seguro que não se lhes aplicavam”.

E se pessoas com reduzido nível de literacia financeira têm grandes probabilidades de ter problemas com empréstimos (Lusardi e Tufano, 2008), Stango e Zinman (2007) verificaram que os consumidores subestimam as taxas de juro dos empréstimos e que o erro de estimação é maior nos empréstimos a curto prazo. Além disso, os consumidores não conseguem calcular correctamente taxas de juro de um plano de pagamentos e subestimam ainda os valores futuros decorrentes de capitalização de juros, o que pode levar a um desinteresse pela poupança, a um maior endividamento e a uma reduzida riqueza acumulada (Stango e Zinman, 2007).

O crédito encontra-se associado ao primeiro ciclo de vida adulta, uma vez que as pessoas contraem crédito para a aquisição de primeira habitação e automóvel, revelando uma menor preocupação com a poupança para a aposentação (Marques e Frade, 2003).

Por todo o mundo, à medida que os planos de poupança para a reforma se alteram de benefício definido para contribuição definida, assim como o aumento da esperança de vida, é essencial que as pessoas e famílias decidam quanto é que têm de poupar para a aposentação. A investigação de Lusardi e Mitchell (2007a), nos Estados Unidos, conclui que aqueles que têm mais conhecimento financeiro têm maiores probabilidades de poupar para a reforma. As investigadoras verificaram ainda que aqueles que planeiam têm mais do dobro da riqueza daqueles que não o fazem, concluindo que o planeamento para a aposentação é um indicador de riqueza (Lusardi, 2008). Num estudo anterior, Lusardi e Mitchell (2005) verificaram que, de uma amostra de 1.269 inquiridos norte americanos com idades superiores a 50 anos, apenas 19% estavam a planear com sucesso a sua reforma.

Behrman *et al.* (2010) verificaram que a literacia financeira é tão ou mais importante que a escolaridade na explicação da variação da riqueza das famílias e na poupança para a aposentação.

A literacia financeira é assim um determinante chave no planeamento para a idade da aposentação. Contudo, o planeamento para a idade da reforma é uma tarefa complexa, uma vez que exige aos consumidores reunir e processar informação sobre capitalização de juros, diversificação de risco e inflação e fazer previsões sobre o desempenho bolsista (Lusardi e Mitchell, 2009).

Relativamente ao mercado bolsista, Rooij *et al.* (2007) verificaram que, na Holanda, a literacia financeira é importante para deter uma carteira de acções e, que aqueles que apresentam maior literacia financeira são mais propensos a participar neste mercado. Os investigadores constataram ainda que ter um curso superior incrementava em 9 pontos percentuais a probabilidade de participar no mercado de valores mobiliários. Noutro estudo similar, Yoong (2011), citada por Lusardi e Mitchell (2010), verificou que, nos Estados Unidos da América, o não investimento em valores mobiliários não está associado à aversão ao risco ou ao rendimento familiar. A investigadora conclui que as pessoas evitam o mercado de valores mobiliários, principalmente, porque não entendem o seu funcionamento.

Em Portugal, um estudo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sobre o investidor particular, no qual foram inquiridas 15.149 famílias, entre 23 de Janeiro e 23 de

Abril de 2006, evidenciou que somente 9% dos inquiridos investia em acções ou obrigações e que 30% dos investidores apenas têm a quarta classe (CMVM, 2009).

Colocam-se as questões se, em Portugal, maior escolaridade envolveria maior participação no mercado de valores mobiliários e se os investidores actuais estarão dotados das ferramentas que lhes permitam analisar e acompanhar as suas escolhas e se os investimentos realizados são os que melhor se adequam aos seus interesses.

Hilgerth *et al.* (2003) constataram que a maior parte dos norte-americanos não entendiam conceitos básicos de finanças, em particular, aqueles relacionados com acções, obrigações e fundos de activos mobiliários.

Guiso e Jappelli (2008), utilizando um inquérito conduzido entre Junho e Setembro de 2007 a 1.686 indivíduos que possuíam uma conta bancária em bancos do grupo financeiro internacional *Unicredit*, verificaram que a carência de literacia financeira era a variável explicativa principal que determinava a falha da diversificação do portfólio. Constataram ainda que investidores avessos ao risco, famílias com mais idade, reduzidos rendimentos e menor escolaridade tendem a ser menos sofisticados financeiramente.

De acordo com a *Australian Securities & Investments Commission* (ASIC) (2003), consumidores financeiramente iletrados podem:

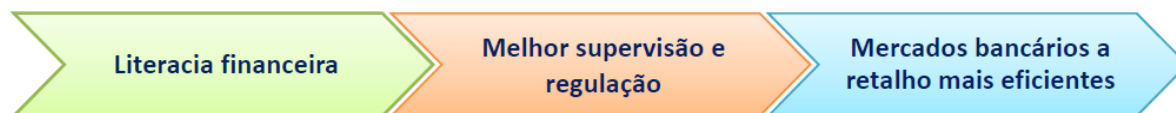
- Não conseguir elaborar o orçamento familiar adequado às suas despesas;
- Ser incapazes de identificar os produtos ou serviços financeiros que atendam às suas necessidades;
- Ser inseguros sobre como obter e avaliar aconselhamento financeiro independente; e
- Ter uma maior probabilidade de serem vítimas de burlas e práticas abusivas.

Para além da crescente complexidade dos produtos financeiros, as necessidades individuais também foram adquirindo maior grau de complexidade. As mudanças frequentes no emprego, ou os crescentes casos de divórcio, por exemplo, conduzem a alterações no modo de vida, pelo que será fundamental que os indivíduos e as famílias percebam o alcance dessas alterações, bem como o impacte e o eventual ajuste nas finanças pessoais que terão de realizar (Habschick *et al.*, 2007). Acrescente-se que Brown e Taylor (2005) concluíram que os mais

jovens e os que têm menor riqueza têm maior propensão a ser mais vulneráveis a alterações adversas nas suas situações financeiras.

A Literacia Financeira a par da maior protecção de consumidores promove a eficiência, transparência e concorrência dos mercados financeiros (Rutledge, 2010).

Ilustração 1 - Relação entre literacia financeira e eficiência dos mercados



Fonte: Leitão e Narciso (2010).

De salientar ainda que consumidores financeiramente letrados incentivam a concorrência entre instituições de crédito, o que por sua vez implica uma maior inovação, conduzindo, deste modo, a um crescimento económico (OECD, 2005).

Os custos da iliteracia financeira são enormes, ainda que de difícil quantificação. A ASIC estima que, entre 2000 e 2003, considerando apenas as burlas e as práticas abusivas, as perdas para os consumidores australianos tenham ascendido a 800 milhões de dólares australianos (*Australian Securities & Investments Commission*, 2003).

Lusardi e Tufano (2008) estimaram o custo da ignorância em 11.265,5 milhões de dólares. Este custo foi calculado com base nos encargos decorrentes, nos cartões de crédito pelos atrasos de pagamentos, pela ultrapassagem do *plafond*, na escolha de pagamento mínimo e na utilização de *cash advance*¹¹ pelos indivíduos menos letrados financeiramente.

No que concerne ao pagamento mínimo dos cartões de crédito, é de salientar que, de facto, considerando um cartão de crédito com limite de 3.500 €, integralmente utilizado, com Taxa Anual Nominal de 30% (não considerando demais encargos), com pagamentos mensais correspondente ao máximo entre 5% do montante em dívida e 30 €, e sem possibilidade de novas utilizações, seriam necessários cerca de 8 anos e 2 meses para liquidar a totalidade da

¹¹ O *cash advance* é um produto financeiro que permite o levantamento de dinheiro, em máquinas multibanco, através da utilização do cartão de crédito. Para além dos juros que incidem sobre o montante levantado, acresce ainda comissões por cada levantamento, tornando oneroso a sua utilização.

dívida. Ao longo do referido período teriam sido pagos um total de juros de 3.142,12 €, um valor que se pode considerar elevado para um montante emprestado (capital) de 3.500 €.

Deste modo, seria importante perceber se os titulares de cartões de crédito, nas condições acima referidas, estão cientes dos encargos que vão incorrer ao optarem pelo pagamento mínimo.

Indivíduos menos financeiramente letrados a par da complexidade crescente dos produtos financeiros podem levar à má alocação da riqueza e da poupança, podendo conduzir ao declínio social e ao aumento das despesas públicas, nomeadamente custos com subsídios de desemprego e custos com a saúde (Habschick *et al.*, 2007).

Não obstante, de salientar Emmons (2005) que considera que um dos obstáculos à difusão da literacia financeira, nos Estados Unidos, é o próprio sector financeiro, decorrente do conflito de interesses entre clientes e accionistas dos prestadores de serviços financeiros. Estes afirmam que têm sempre em consideração os interesses financeiros dos seus clientes, contudo, se assim fosse, não maximizavam o valor para os accionistas. O autor considera ainda que as receitas dos prestadores de serviços financeiros têm sido incrementadas através da cobrança de taxas e comissões elevadas nos empréstimos, reduzidos retornos pagos aos titulares de depósitos e outros investimentos e pelo encorajamento de uso de produtos ou serviços que não satisfazem as necessidades dos seus clientes.

Como podemos constatar, a literacia financeira é de extrema importância, pois pode condicionar ou repercutir-se num conjunto variado de decisões e comportamentos financeiros, que incluem o endividamento, o planeamento para a idade da reforma, a acumulação de riqueza, a participação no mercado de capitais, a diversificação de portfolio, entre outros.

A literacia financeira pode ainda prevenir burlas e práticas abusivas, sendo uma forma de protecção dos consumidores; e consumidores mais financeiramente letrados podem tomar decisões financeiras informadas, evitando encargos excessivos, ou reduzidas remunerações, conferindo-lhes, de certa forma, algum poder negocial, promovendo ainda a competitividade no mercado.

Por fim, indivíduos mais financeiramente letrados têm maiores probabilidades de serem bem sucedidos no caso de serem confrontados com uma situação de mudança de emprego, desemprego, divórcio ou doença.

2.4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA - ACÇÕES E PROGRAMAS

2.4.1. A importância da Educação Financeira

Não se pode esperar que alguém seja capaz de construir uma casa ao dar-lhe uma serra, um martelo e alguma madeira. Da mesma forma, não se pode esperar que alguém seja capaz de gerir as suas finanças, só porque se lhes dá um rendimento, um crédito à habitação, um cartão de crédito e uma apólice de seguro. As pessoas precisam ser ensinadas a usar estas ferramentas para obter sucesso (Duguay, 2006).

A comparação supra, da directora do *Citigroup* para a educação financeira, realça que as pessoas não nascem ensinadas, enfatizando, assim, a necessidade de promover o conhecimento financeiro nas pessoas, para que estas possam utilizar todos os produtos e serviços financeiros de que dispõem com eficiência que desejam.

Desta forma, como referido anteriormente, a educação financeira é o processo pelo qual as pessoas melhoram a sua compreensão de produtos financeiros, serviços e conceitos, contribuindo para fazerem escolhas informadas, dirigirem-se aos locais correctos para pedir ajuda e efectuarem outras acções para melhorar o seu bem-estar financeiro actual e no longo prazo (PACFL, 2008; OECD, 2005).

A OECD (2005) acrescenta ainda que educação financeira não é o mesmo que defesa do consumidor. Ainda que ambas tenham como objectivo assegurar o bem-estar dos consumidores e fornecer a protecção que evitem práticas ilícitas, a educação financeira enquadra ainda a instrução e o aconselhamento enquanto a defesa do consumidor focaliza a legislação e a regulação necessárias, que resultem na disponibilização de informação apropriada por parte das instituições financeiras aos seus clientes, e na protecção jurídica destes quando algo corre mal.

A educação financeira pode passar por programas que envolvam acompanhamento continuado ou por acções isoladas efectuadas pelo próprio indivíduo ou por outrem.

A elaboração dos programas de educação financeira lança alguns desafios, uma vez que necessita de ir ao encontro das necessidades dos grupos da população. Para Braunstein e Welch (2002) deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- Qual é a audiência alvo e quais são as necessidades desses grupos;
- O que é que esses grupos precisam de saber para entender de finanças pessoais, identificando objectivos e elencando comportamentos que sejam consistentes com os objectivos;
- Quando é que será oportuno expor indivíduos a informação genérica e específica sobre questões e opções financeiras.

Greenspan (2003) considera que as crianças e os adolescentes devem começar, o mais cedo possível, a aprender conhecimentos financeiros básicos. Greenspan (2003) afirma ainda que melhorar a educação financeira nas escolas básicas e secundárias pode evitar que os estudantes, no futuro, quando forem jovens adultos tomem decisões financeiras erradas e que se possam tornar irreversíveis.

A este respeito, Mimbs-Johnson e Lewis (2009) citam Breitbard (2003) que concluiu que é através do ensino que os indivíduos conseguirão ultrapassar os problemas das finanças pessoais, sendo que a educação financeira deverá começar logo no jardim-de-infância e manter-se até ao 12.º nível de escolaridade. Os pais devem ser ajudados a ensinar os seus filhos sobre as finanças pessoais. Contudo, as salas de aula são o melhor ponto de partida, uma vez que a maioria dos pais está mal informada sobre questões de finanças pessoais e mesmo os pais esclarecidos, por vezes, têm dificuldades em conversar com os seus filhos sobre dinheiro e sobre a sua gestão. A este propósito veja-se o estudo da *Visa* (2008), no qual, 16% dos pais, com filhos com menos de 18 anos, reportaram que nunca falaram com os seus filhos sobre como usar o dinheiro de forma sensata.

Em contraponto, um estudo realizado pela *Zapera.com A/S* (2008)¹², que envolveu jovens entre os 18 e 19 anos e seus pais, da Dinamarca, Finlândia, Irlanda do Norte, Noruega, República da Irlanda e Suécia, apresentou como uma das principais conclusões que os jovens, naquela idade, consideram que os pais fazem uma aconselhamento muito bom para as suas finanças pessoais.

Bernheim *et al.* (1997) verificaram que, nos Estados Unidos, a introdução de conteúdos de finanças pessoais nas disciplinas do ensino secundário contribuiu para o aumento da taxa de poupança e acumulação de riqueza na fase adulta dos estudantes, concluindo que a educação é uma ferramenta importante para estimular a poupança.

A ASIC (2003) considera que a escola tem um papel importante a desempenhar em termos de educação financeira, contudo, admite que a educação financeira é um processo contínuo, ao longo da vida e não um evento ligado a um determinado curso de estudo.

A Comissão Europeia (2007) também partilha desta opinião, pelo que no seu princípio básico n.º 1, relativo a ofertas de programas de educação financeira, recomenda que a educação financeira deve ser activamente promovida e estar acessível em todas as etapas da vida, dos jovens aos reformados.

Bernheim e Garrett (1996) num estudo que incidiu sobre a eficácia da educação financeira na poupança para a aposentação, inquiriram 2.055 indivíduos dos Estados Unidos com idades compreendidas entre os 30 e os 48 anos, tendo verificado que frequência de trabalhadores em programas de educação financeira, levados a cabo no local de trabalho, contribuiu para o aumento da taxa de poupança, quer para fins gerais, quer para fins de aposentação.

O artigo dos autores referidos anteriormente em conjunto com o estudo de Bayer *et al.* (2009) sugerem que a educação financeira ministrada a trabalhadores pode exercer uma forte influência sobre as decisões financeiras pessoais e reforçar as competências na tomada de decisão.

¹² A *Zapera.com A/S*, fundada em 2000, é uma agência de estudos de mercado que utiliza o canal Internet para realizar estudos de mercado nos países nórdicos. Em Agosto de 2008, foi adquirida pelo grupo inglês *YouGov*, passando a designar-se por *YouGovZapera*.

Braunstein e Welsh (2002) identificaram, nos Estados Unidos, a existência de programas que se destinavam a apoiar os consumidores na compra de habitação, como por exemplo, através do aconselhamento pré-compra. Este programa era uma forma de preparar e qualificar futuros proprietários e contraentes de crédito habitação, especialmente aqueles que tinham baixos rendimentos, poupanças inadequadas ou histórico de incumprimentos, para a responsabilidade financeira do crédito que iam contrair. Esses programas incluíam componentes de literacia financeira, nomeadamente, gestão da dívida, orçamento familiar e poupança. Num estudo sobre avaliação desse aconselhamento, Hirard e Zorn (2001) verificaram que os mutuários que receberam aconselhamento previamente à aquisição de habitação tiveram uma taxa de incumprimento de 90 dias inferior em 19% quando comparados com os mutuários que não beneficiaram do aconselhamento.

E se as pessoas com nível reduzido de literacia financeira cometem erros, Lusardi (2008) coloca a questão de quem é que deverá suportar os encargos decorrentes desses erros, se os próprios indivíduos, ou se a sociedade em geral. (Lusardi, 2008) considera que se os contribuintes forem chamados a suportar aqueles encargos, mais do que se justifica a regulação e a implementação obrigatória de programas de literacia financeira.

A educação financeira tem sido prestada por um variado número de intervenientes, nomeadamente, empresas especializadas em finanças pessoais, escolas, serviços de alfabetização de adultos, organizações de microfinança, associações de defesa do consumidor, instituições financeiras, autoridades de supervisão financeira, entre outros.

Dada o número crescente de prestadores de serviços de educação financeira, em Dezembro de 2007, a Comissão Europeia (2007), com objectivo de assistir as partes interessadas no desenvolvimento e gestão de programas de educação financeira, publicou 8 princípios básicos da oferta de programas de educação financeira.

Com o despoletar da crise financeira, a literacia financeira ganhou crescente importância, com particular atenção no crédito. Os consumidores foram expostos a diversas ofertas de crédito, através de questionáveis práticas comerciais, que se revelaram inadequadas às suas necessidades. Neste sentido, a OECD (2009) lançou um conjunto de recomendações das boas práticas na educação financeira e consciencialização em matéria de crédito, por forma a capacitar os indivíduos e famílias a:

- Desenvolver o conhecimento, a compreensão, as habilidades e a confiança necessárias para adequadamente avaliar e compreender os seus direitos e as suas responsabilidades como mutuários de crédito e as opções de crédito de que dispõem;
- Saber onde procurar para obter informações e aconselhamentos ou encaminhar outros que deles precisem;
- Tomar decisões informadas sobre como se proteger a si e seus familiares, adoptando um comportamento pró-activo e responsável em relação ao seu crédito;
- Desenvolver capacidades básicas de planeamento financeiro em relação ao crédito, tendo em conta os rendimentos futuros e possíveis mudanças no ciclo de vida (em termos profissionais ou pessoais);
- Compreender as consequências das opções, decisões e comportamentos errados em matéria de crédito.

Com o objectivo de reunir informações, dados, recursos, pesquisas e notícias sobre temas e programas de educação financeira, foi criado, pela OCDE, o portal *International Gateway On Financial Education* (IGFE) e, pela Comissão Europeia, o portal *European Database for Financial Education* (EDFE). A inclusão dos programas e acções de educação financeira, nestes portais, é despoletada pelas entidades prestadoras destes serviços.

De seguida far-se-á uma identificação e breve descrição de programas e acções de educação financeira em curso. Não foi intenção efectuar um levantamento exaustivo desses programas, mas apenas conhecer algumas características bem como o contexto onde os mesmos estão inseridos.

2.4.2. Educação Financeira no contexto europeu

Em finais de 2007, Habschick *et al.* (2007) publicaram uma investigação sobre os programas de literacia financeira existentes nos 27 países da União Europeia. Nesse estudo era revelada a preocupação crescente com a literacia financeira, quer por parte da Comissão Europeia, quer por parte dos Estados Membros. Destacam-se os principais resultados chave do estudo:

- A distribuição dos programas de literacia financeira não se encontrava distribuída geograficamente de forma homogénea. A maior parte dos programas estavam implementados no Reino Unido, Alemanha e Áustria. A França e a Holanda estavam avançados nesta matéria mas sub-representados nesta pesquisa (devido a ausências de resposta). Na Europa de Leste, o membro mais activo era a Polónia. A Bulgária, Letónia, Luxemburgo, Eslovénia e Roménia estavam exclusivamente cobertos por programas transnacionais da União Europeia;
- Quase 66% dos programas encontrados incidiam sobre crianças e os jovens adultos;
- A maior parte dos programas eram ministrados por organizações sem fins lucrativos ou por associações de defesa dos direitos dos consumidores que cobriam diversas áreas, sendo as principais a gestão do dinheiro no dia-a-dia e o planeamento financeiro para o futuro;
- Também cerca de 66% dos programas utilizavam a Internet como canal de divulgação. Cerca de 8% dos programas utilizavam apenas a Internet (como por exemplo o *Dolceta*) e alguns eram multi-canais, utilizando uma combinação de Internet e impressão de livros, folhetos ou brochuras (como o por exemplo o *FSA's Consumer Communication*);
- Os programas geridos por instituições financeiras privadas eram destinados quer a clientes, quer a não clientes e o seu conteúdo era predominantemente imparcial.

Projecto europeu *Dolceta*

O *Dolceta* (acrónimo de *Development of Online Consumer Education Tools for Adults*) é um projecto europeu, transnacional, disponível em 21 línguas oficiais dos 27 Estados-Membros, sendo financiado pela Comissão Europeia e gerido pela *European Association for University Lifelong Learning* (EUCEN).

Tem como um dos principais objectivos aumentar o grau de consciência e compreensão dos direitos do consumidor, através de ferramentas interactivas na Internet (site: www.dolceta.eu).

O site encontra-se organizado em 5 grandes áreas para o consumidor – Direitos do consumidor, Serviços, Segurança dos produtos, Consumo sustentável e Serviços financeiros, fornecendo informação e aconselhamento para dotá-lo de capacidades que lhe permita

comparar produtos e serviços, decidir sobre as compras e defender os seus direitos enquanto consumidor (Habschick *et al.*, 2007). No que respeita à área Serviços Financeiros, esta inclui módulos sobre a conta de depósito à ordem, gestão do orçamento familiar, crédito à habitação, crédito ao consumo e meios de pagamento. Os módulos são interactivos, com imagens, jogos, exercícios, questionários, privilegiando-se como método de ensino a resolução de problemas.

O projecto destina-se, assim, a qualquer cidadão, existindo partes específicas destinadas a ser leccionadas em salas de aulas do pré-escolar ao ensino secundário.

Para o formador, a página inicial do site apresenta 3 áreas – A educação do consumidor, Literacia financeira e Consumo sustentável – sendo disponibilizado, para *download* gratuito, planos de aulas, ferramentas de aprendizagem interactivas e outros recursos educativos. No que respeita à área de Literacia Financeira, esta encontra-se dividida nas subáreas: Consumo, Poupança/Investimento, Contrair empréstimo e Segurar/Proteger.

O *Dolceta* pretende ser um projecto complementar, e não substituto, às iniciativas de educação do consumidor que se encontram a decorrer nos Estados-Membros da União Europeia (Habschick *et al.*, 2007).

Outros Programas

Na Tabela 2 sintetizam-se 5 dos 10 programas que Habschick *et al.* (2007), na sua pesquisa, consideraram como estudos de caso, por demonstrarem a variedade de abordagens, procedimentos e destinatários.

Tabela 2 – Síntese de programas de educação financeira na Europa.

País	Nome do Projecto	Destinatários e Formadores
Áustria	“Vorarlberger Finanzführerschein” Carta de condução financeira	Crianças e jovens adultos dos 10 aos 25 anos. Formação ministrada em parceria com instituições locais governamentais e sem fins lucrativos.
Alemanha	“(f)in-fit” Ajuste nas Finanças	Jovens adultos migrantes ou pertencentes a minorias étnicas, da região de Offenbach, sendo a formação ministrada por mediadores interculturais das respectivas comunidades.
Holanda	“De show van je leven” O show da sua vida	Crianças entre os 8 e os 12 anos. Programa ministrado pelo grupo financeiro privado holandês <i>Delta Lloyd</i>
Polónia	“Plan your future” Planear o seu futuro	Jovens e adultos de baixos rendimentos e de baixa educação, vivendo em situações de pobreza ou vulneráveis a esta. O Programa é ministrado pelo <i>Microfinance Centre</i> ¹³
Reino Unido	“Make the most of your money” Aproveitar ao máximo o seu dinheiro	Adultos em geral. Formação ministrada no local de trabalho pelo <i>FSA</i> .

Fonte: Habschick et al. (2007). Selecção do autor

2.4.3. Educação Financeira em Portugal

Em Portugal, existem em curso alguns programas e acções de educação financeira. Efectuou-se uma pesquisa na Internet, jornais e revistas, elencando-se de seguida alguns deles.

Banco de Portugal

Os bancos centrais têm vindo a promover programas de educação financeira, fornecendo orientações em matéria de finanças pessoais. Numa pesquisa, Gnan *et al.* (2007) identificaram os principais motivos para a crescente sensibilização dos bancos centrais nesta matéria:

- Melhorar a eficácia da política monetária;
- Garantir o bom funcionamento dos mercados financeiros;
- Apoiar políticas económicas sustentáveis;
- Promover a literacia económica e financeira como um bem público e, ao fazê-lo,
- Para construir sua reputação e promover a aceitação de suas acções.

¹³ O *Microfinance Centre* é uma rede de 110 instituições que apoiam a microfinança nos países da Europa Central e de Leste.

No caso europeu, com a adopção da moeda única, parte dos itens acima referidos foram transferidos para o Banco Central Europeu.

Não obstante, em Abril de 2008, foi criado o Portal do Cliente Bancário (<http://clientebancario.bportugal.pt/pt-PT/Paginas/inicio.aspx>), gerido pelo Banco de Portugal. Neste portal é possível encontrar informação, por exemplo, sobre o conceito de juro (simple e composto) e sua forma de cálculo, simuladores de prestações de crédito (ao consumo e à habitação), efectuar uma reclamação, saber a forma de como obter informação da Central de Responsabilidades de Crédito, entre outros.

A informação e as aplicações colocadas no referido portal são, sem dúvida, de grande utilidade e importância no auxílio à tomada de decisão, quer em termos de crédito, quer em termos de investimento. Contudo, desconhece-se se, para um cliente bancário, por exemplo, com reduzido nível de escolaridade, conseguirá o mesmo tirar partido da utilização daquela informação e aplicações para tomar as decisões financeiras que melhor se enquadram nos seus objectivos e necessidades.

Deste modo, em 2010, foi efectuado um inquérito à literacia financeira da população portuguesa, no qual se pretendeu identificar as áreas ou produtos em que exista maior défice de informação, de compreensão e de formação financeira, assim como, os comportamentos financeiros dos indivíduos e das famílias (Banco de Portugal, 2010a).

Uma das principais conclusões, no que se refere ao acesso ao crédito, foi a importância para “sensibilizar a população para a adequada avaliação dos empréstimos com base na totalidade dos encargos que lhe estão associados e também no perfil temporal das responsabilidades assumidas, em detrimento da óptica de curto prazo, que tende a realçar o valor da prestação mensal” (Banco de Portugal, 2010b: 7).

Mediador do Crédito

O Mediador do Crédito foi introduzido no ordenamento jurídico português através da publicação do Decreto-Lei n.º 144/2009, de 17 de Junho.

O Mediador do Crédito tem como principal competência a promoção dos direitos, garantias e interesses de pessoas ou entidades que sejam parte em relações de crédito. Ao Mediador do Crédito compete também “contribuir para o aumento da capacidade dos consumidores de produtos de crédito de tomarem decisões informadas, através da promoção do conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos neste domínio, prestando esclarecimentos e informações” (Ministro de Estado e das Finanças, 2009: 4).

Neste contexto, foi elaborado um documento¹⁴ (Mediador do Crédito, 2010) que visa elucidar alguns termos que se relacionam com o crédito. Nesse documento poderão ser encontradas as definições de fiador, avalista, a diferença entre estas figuras, bem como, alertas para os perigos da capitalização de juros (num empréstimo), vantagens das amortizações antecipadas, principais características entre um leasing, aluguer de longa duração e *renting*, entre outros conceitos e institutos jurídicos.

Instituições Financeiras

Foi efectuada uma pesquisa, na Internet, nos sites dos principais bancos portugueses, tendo-se verificado que, em Portugal, existem algumas instituições financeiras que implementaram programas de educação financeira.

De acordo com o princípio n.º 5 do conjunto de princípios básicos da oferta de programas de educação financeira de elevada qualidade: “a educação financeira ministrada por prestadores de serviços financeiros deve ser equitativa, transparente e imparcial, devendo estar sempre ao serviço dos interesses do consumidor” (Comissão Europeia, 2007: 9-10).

A criação de programas de literacia financeira, por parte das instituições financeiras, insere-se no quadro da sua responsabilidade social.

A responsabilidade social das empresas está relacionada com “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com as outras partes interessadas” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001: 7).

¹⁴ Disponível para download em:
http://www.mediadordocredito.pt/SiteCollectionDocuments/literacia_financeira.pdf

Não obstante, alguns autores defendem que uma entidade pode realizar actividades no quadro da sua responsabilidade social, com o objectivo de melhorar a imagem institucional ou com o propósito de fidelização dos seus públicos-alvo.

No âmbito da sua política de responsabilidade social, o Banco Espírito Santo (BES) tem em curso 3 iniciativas de educação financeira:

- “Da Matemática à Literacia Financeira”, criado em 2006, composto por um conjunto de actividades que visam estimular o gosto pela matemática e contribuir para a formação de uma geração de consumidores de serviços financeiros informada e com maior capacidade de análise e decisão;
- “No Banco da Escola”, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Matemática, que consiste em sessões lúdico e pedagógicas, destinadas a alunos do 3.º e 4.º ano do ensino básico e que se realizam nos balcões da Instituição;
- “Olimpíadas Portuguesas da Matemática” que tem como finalidade apelar ao raciocínio e criatividade dos estudantes do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem em curso uma iniciativa de educação financeira, criada em 2007, o site “Saldo Positivo” (www.saldopositivo.cgd.pt), que tem por objectivo aumentar a cultura financeira dos seus utilizadores, através da divisão de temas, conceitos e dúvidas centrados na área das finanças pessoais (Ramos, 2009).

Por sua vez, o Montepio, no seu programa de educação financeira¹⁵, tem em curso 2 iniciativas:

- “Poupar e Investir”, vocacionado para adultos, abordando temas como a criação e gestão de orçamento familiar, saber poupar quando se organizam férias, e outras dicas para a redução de custos;
- “Dona Poupança”, vocacionado para crianças, e que tem como principal objectivo divulgar conceitos relacionados com o dinheiro (o que é, para que serve, de onde vem, como se deve gastar e como se deve poupar).

¹⁵ O Programa de educação financeira do Montepio foi distinguido com o prémio “Award 2010”, atribuído pelo Comité Executivo da Organização Mundial da Família.

O “Contas à Vida” é um programa de educação financeira dirigido aos jovens entre os 14 e 18 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, que os ajuda a lidar com os desafios financeiros que enfrentam no dia-a-dia, ensinando-os a descobrir caminhos que lhes permitem alcançar a independência financeira e os conduzam a um futuro mais promissor (Barclays, 2008).

Em Janeiro de 2011, o Banco Best¹⁶ lançou uma aplicação de finanças pessoais, o *eBudget*, disponível apenas para dispositivos móveis da *Apple* e *smartphones Android*. Esta aplicação permite registar, categorizar e assinalar a localização das despesas incorridas, para além de criar e verificar a execução do orçamento pessoal. Posteriormente, esta instituição de crédito disponibilizou, no seu serviço de *homebanking*, idêntica aplicação.

Com o objectivo de dotar, aos jovens alunos, de capacidades que garantam utilidade na gestão do dinheiro e na tomada de decisões de consumo, a “Cetelem”¹⁷ tem em vista promover sessões de esclarecimento gratuitas, em matéria de educação financeira, nas escolas secundárias da região de Lisboa e Porto (OJE, 2010b).

Da pesquisa efectuada verifica-se, assim, a existência de programas e acções de educação financeira em Portugal, levadas a cabo por instituições financeiras. Não obstante, as instituições financeiras que nesta pesquisa não foram mencionadas poderão não ter divulgado os programas de educação financeira nos seus *sites* ou apoiar, no âmbito do seu programa de responsabilidade social, outras iniciativas.

Literatura sobre Finanças Pessoais

Em Portugal comercializam-se alguns livros de finanças pessoais. Ainda que se desconheça o impacto que tenham ou possam vir a ter no bem-estar financeiro dos indivíduos e das famílias, não deixa de ser uma iniciativa que tenta elucidar o leitor sobre a forma como os seus comportamentos de consumo e de investimento podem ser alterados, através de uma melhor gestão do dinheiro.

¹⁶ O Banco Best foi criado em 2001, e integra o Grupo Banco Espírito Santo, sendo uma instituição financeira que focaliza a sua área de actuação no Investimento (*Banking, Asset Management e Trading*).

¹⁷ “Cetelem” é uma marca comercial pertencente ao Banco BNP Paribas Personal Finance que, por sua vez, integra o Grupo BNP Paribas. A actividade do Banco BNP Paribas Personal Finance centra-se, maioritariamente, no crédito pessoal (consumo e automóvel).

Nestes livros sobre finanças pessoais é comum apelar à poupança. Carrilho (2010) identifica a necessidade de serem criadas 3 tipos diferentes de poupança:

- Poupança para a Reforma – Devem ser efectuadas poupanças regulares de valor reduzido, durante a vida activa até à aposentação;
- Poupança de Segurança – Contribuições a serem efectuadas até determinado limite, o qual deve cobrir os encargos e as despesas correspondentes a um período entre 6 a 24 meses, no qual não haja rendimento, por forma a evitar, por exemplo que, perante uma situação de despedimento não ocorra falta de pagamento das prestações de crédito habitação.
- Poupança para Sonhos – Poupança a realizar para adquirir determinado produto ou serviço, evitando assim o recurso a crédito para financiamento da aquisição do mesmo.

Não obstante, no que se refere à consolidação de créditos, Carrilho (2010) não aconselha a reconciliação de créditos, exceptuando casos pontuais, nomeadamente, quando existem mais de 7 créditos. Para além do número referido (7) não estar fundamentado, deveria ser realçado que a reconciliação ou a consolidação de créditos ocorre, na maior parte das vezes, quando tem associado uma garantia real (hipoteca), cujo valor, no entender da instituição de crédito mutuante, é suficiente para cobrir a exposição creditícia. Acresce referir que, caso o proponente esteja a atravessar uma situação financeira difícil, e solicite um crédito consolidado na tentativa de amenizar essa situação, a instituição de crédito fará uma análise mais incisiva à solvabilidade do proponente, dado que, no caso de ser concedido, irá incrementar a sua exposição perante este (Mediador do Crédito, 2010).

Os jornais e as revistas nacionais, como por exemplo a “Dinheiro & Direitos” da DECO ou o Diário Económico publicam, periodicamente, um conjunto de informações, na área das finanças pessoais, nomeadamente, a forma como qual os interessados podem reduzir o *spread*, como poupar para a aposentação, o melhor depósito a prazo do mercado, entre outros.

Outras Iniciativas

Num contexto local, em que algumas famílias viviam situações de fragilidade financeira, decorrentes do desemprego ou endividamento excessivo, que se repercutiam nos alunos, motivaram para que, em 2006, fosse criado o projecto de educação financeira **Projecto LIFE**

– **Literacia Financeira, da Escola para a Vida** na Escola Secundária de Rio Tinto (ESRT). O projecto conta com a participação, como entidade patrocinadora, formadora, avalizadora e co-avaliadora, da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Lima, 2009).

No âmbito deste projecto, entre 2006 e 2009, foram realizadas 647 sessões de formação, dirigidas a alunos da ESRT, bem como intervenções sobre literacia financeira básica, dirigidas a crianças, jovens e às suas famílias, em instituições de serviço social de Rio Tinto Lima (2009).

O projecto “**Educação Mais**” é uma iniciativa conjunta da Universidade de Aveiro e da Caixa Geral de Depósito. O projecto assume a forma de uma exposição itinerante, de âmbito nacional, tendo como destinatários jovens dos 7 aos 17 anos e o público em geral, e tem como objectivo a construção de capacidades para os jovens lidarem com as suas finanças pessoais. No ano lectivo de 2011/2012, a exposição irá realizar sessões em 18 distritos, promovendo desafios e jogos para alunos, enquadrados em 3 módulos articulados consoante a maturidade científica e as competências adquiridas e realizando *workshops* para professores.

O **Portal “E-Gerir”** - acessível através do Portal de Juventude - é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto. A informação contemplada no portal é destinada aos jovens, sendo os seus conteúdos semelhantes aos que se encontram presentes no *site* “Saldo Positivo” da CGD.

A **Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC)** encontra-se a desenvolver guiões pedagógicos, em parceria com o Ministério da Educação. É um dos objectivos desta associação a introdução de uma disciplina autónoma de educação financeira nas Escolas (Madeira, 2010). A ASFAC tem ainda parcerias estabelecidas com instituições, fundações e escolas para desenvolver acções de formação sobre educação financeira destinadas a diversos públicos (alunos, professores, psicólogos, assistentes sociais, alunos, crianças em risco, técnicos de loja, entre outros), salientando-se as parcerias com a *Auchan* para a formação de delegados de loja, com a Autarquia de Loures para a formação de seniores deste concelho, com o agrupamento de escolas de Alvide para a formação de professores, e com a Fundação Agir Hoje para formação de mediadores desta instituição que apoia mulheres com dificuldades económicas (OJE, 2010a).

Considerações sobre a educação financeira em Portugal

O eclodir da crise financeira a par do forte endividamento das famílias portuguesas e do crescimento do desemprego motivaram uma consciencialização crescente para a necessidade de educar financeiramente os indivíduos e as famílias.

Verifica-se, assim, em Portugal, nos últimos anos, um aumento considerável de iniciativas, programas e acções de educação financeira, promovidas por instituições financeiras, associações de defesa do consumidor e entidades do sector financeiro, contrastando com o pequeno número (2) de programas em curso que Habschick *et al.* (2007) identificaram para Portugal, no seu estudo sobre programas de educação financeira na Europa.

Contudo, no caso dos programas e acções de educação financeira levadas a cabo pelas instituições financeiras, existem diferenças nos métodos de implementação e nos destinatários alvo. O Barclays, o BES e a “Cetelem” direccionam os seus programas apenas para jovens. A CGD, através do seu *site* “Saldo Positivo”, dirige-se ao público em geral, mas só aqueles com acesso à Internet poderão beneficiar da iniciativa, assim como, no caso do Banco BEST, no qual, o *software* só está acessível a portadores de dispositivos da *Apple* e *smartphones Android*. A CGD apoia ainda o projecto “Educação Mais”, mas o seu público-alvo centra-se nos jovens entre os 7 e os 17 anos. O Montepio, no seu programa de educação financeira, tem iniciativas que abrangem o público de todas as idades.

Constata-se ainda, que os actuais programas de educação financeira implementados em Portugal não dispõem de mecanismos comuns de avaliação dos mesmos, nem se encontram enquadrados numa estratégia nacional. Contudo, já foram efectuadas acções importantes para a implementação de uma estratégia nacional de educação financeira.

Como referido anteriormente, o Banco de Portugal realizou um inquérito à literacia financeira da população portuguesa, entre Fevereiro e Março de 2010, no qual foram efectuadas 2000 entrevistas porta-a-porta. Este inquérito constituiu, assim, um primeiro passo, sendo instrumento de apoio à preparação de iniciativas e regulação e à definição de uma estratégia nacional de literacia financeira (Leitão e Narciso, 2010).

Salienta-se ainda que o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF)¹⁸ decidiu, em Maio de 2010, constituir um grupo de trabalho, integrando técnicos dos três supervisores, para elaborar uma proposta de um “Programa Nacional de Educação Financeira” (CNSF, 2010).

Em Maio de 2011 foi divulgado o Plano Nacional de Literacia Financeira (PNLF), que irá decorrer até 2015 e tem como objectivos melhorar o conhecimento e as atitudes financeiras; criar hábitos de precaução e poupança. As iniciativas serão adequadas aos respectivos destinatários: jovens em idade escolar, trabalhadores, grupos vulneráveis como desempregados (CNSF, 2011).

Acresce ainda referir que, em Maio de 2011, foi firmado um protocolo, por 3 anos, entre o Banco de Portugal e o Ministério da Educação com vista a definir um referencial de educação financeira na educação pré-escolar, nos ensinos básico e secundário e na educação e formação de adultos. Existe ainda o objectivo de definir condições para a participação das instituições de crédito, sociedades financeiras e suas associações nas iniciativas de educação financeira em espaço escolar (Ministério da Educação, 2011a).

2.4.4. Educação Financeira noutros países

Estados Unidos da América

Fox *et al.* (2005) citaram um relatório da Fundação *Fannie Mae* no qual, nos programas de educação financeira que reviu, cerca 65% foram lançados na década de 1990, pelo que se poderá considerar os Estados Unidos da América como um dos países pioneiros nesta matéria. De acordo com Bernheim *et al.* (1997), entre 1957 e 1985, 29 estados dos EUA, determinaram a educação financeira obrigatória nas escolas secundárias. Entre 2000 e 2005, 50 organizações que promovem programas de educação financeira para crianças receberam 170 subsídios que totalizaram 5,5 milhões de dólares da Fundação *Chase Manhattan* (Fox *et al.*, 2005). Saliente-se ainda que os Estados Unidos já tiveram um conselho consultivo do

¹⁸ O CNSF, criado em Setembro de 2000, pelo Decreto-Lei n.º 228/2000, é fórum de coordenação da supervisão do sistema financeiro, tendo como membros permanentes o Governador do Banco de Portugal, que preside, o membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal com o pelouro da supervisão, o Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Presidente do Instituto de Seguros de Portugal.

Presidente dos EUA para a Literacia Financeira (PACFL), criado em Janeiro de 2008 e extinto em Janeiro de 2010, que tinha como objectivo incrementar a literacia financeira neste país.

Austrália

Neste país o consumo e a literacia financeira estão integrados nos conteúdos programáticos de várias disciplinas: Inglês, Matemática, Ciências, Cidadania e Comunicação Tecnológica. Assim, todos os estudantes australianos, durante a escolaridade obrigatória, podem desenvolver capacidades que lhes permitam conhecimento e compreensão ao nível do consumo e da Literacia Financeira (Crough, 2007).

Nova Zelândia

A estratégia nacional de literacia financeira, neste país, é revista de 4 em 4 anos. Em 2007, a educação financeira passou a integrar os currículos escolares. O orçamento para a educação financeira, neste país, em 2008-2009 foi de 6,3 milhões de dólares da Nova Zelândia¹⁹ (Almeida, 2010).

Brasil

Savioa *et al.* (2007) consideraram que educação financeira no Brasil se encontrava num patamar de desenvolvimento inferior quando comparado com os Estados Unidos e com o Reino Unido. Na pesquisa efectuada, os autores verificaram que a educação financeira era parcialmente promovida em algumas escolas. Não obstante, em Dezembro de 2010, o governo federal criou a estratégia nacional de educação financeira. De acordo com o IGFE, este programa pretende chegar a 58 milhões de alunos em 212 mil escolas. Um projecto-piloto foi lançado, em 2010, aplicado a 30 mil alunos em 900 escolas públicas.

¹⁹ Correspondente a 2,6 milhões de euros (considerando a taxa de câmbio EUR/NZD em 31/12/2008). Fonte: <http://pt.exchange-rates.org/HistoricalRates/P/EUR/31-12-2008>.

2.5. HIPÓTESES

De seguida far-se-á a mediação do nível de literacia financeira dos portugueses, através da construção de um índice de literacia financeira.

Uma vez que também se pretende averiguar o impacto dos determinantes do nível de literacia financeira e obter um perfil de quem apresenta um maior foram consideradas as seguintes hipóteses, que resultam da revisão da literatura efectuada:

- Hipótese 1: A idade é determinante para explicar o nível de literacia financeira;
- Hipótese 2: O género é determinante para explicar o nível de literacia financeira;
- Hipótese 3: Ter formação superior é determinante para explicar o nível de literacia financeira, sendo de esperar um contributo positivo;
- Hipótese 4: A categoria profissional é determinante para explicar o nível de literacia financeira;
- Hipótese 5: O rendimento mensal está positivamente relacionado com o nível de literacia financeira;
- Hipótese 6: O património financeiro está positivamente relacionado com o nível de literacia financeira;
- Hipótese 7: Ter contraído crédito habitação é determinante para explicar o nível de literacia financeira;
- Hipótese 8: Ter um PPR (Plano Poupança Reforma) ou efectuar poupança para a reforma é determinante para explicar o nível de literacia financeira, sendo de esperar um contributo positivo;

3. METODOLOGIA e DADOS OBTIDOS

Considerando a definição escolhida de literacia financeira – incluída no capítulo 2.1.5 (pág. 11) –, as hipóteses que foram formuladas e por forma a medir o nível de literacia financeira dos indivíduos, elaborou-se um questionário (incluído no Anexo IV, pág.109).

Trochin (2000), citado por Maroco (2007), identifica dois tipos de amostragem: a amostragem probabilística aleatória e a amostragem não probabilística ou não aleatória. Ainda que o primeiro tipo de amostragem seja preferível relativamente ao segundo, uma vez que a amostragem não probabilística pode ser representativa da população, por vezes, por limitação de tempo e de recursos não é possível enveredar pelo primeiro tipo de amostragem (Maroco, 2007).

Maroco (2007) identifica ainda 7 categorias de amostragem não aleatória, e aquela que foi utilizada no presente trabalho tem a designação amostragem não acidental, casual ou conveniente que, segundo aquele autor, neste tipo de amostragem, os inquiridos são seleccionados acidentalmente, por voluntariado ou pela sua conveniência.

Deste modo, o inquérito foi colocado num *site* da Internet²⁰ e foi também distribuído em papel, tendo sido recolhidos, entre 9 de Março de 2011 e 28 de Abril de 2011, um total de 629 inquéritos, dos quais 549 pela Internet e 80 em papel.

3.1. AMOSTRA E AMOSTRA FINAL

Os inquéritos foram objecto de tratamento. Apenas foram considerados os inquéritos que não apresentavam respostas omissas, pelo que, desta forma, foram eliminados 88 inquéritos, 77 que foram recolhidos através da Internet e 11 em papel, perfazendo, assim, um total de 541 inquéritos (completos).

²⁰ Hiperligação: http://www.kwiksurveys.com/online-survey.php?surveyID=IOHNNF_96d763a9 (actualmente, este *link* não se encontra activo).

Efectuou-se ainda o seguinte ajustamento dos dados:

- Inquiridos que responderam que a sua ocupação era trabalhador por conta de outrem, que tinham um vínculo laboral a prazo e que a sua situação profissional era de quadro médio foram reclassificados como técnicos;
- Os indivíduos que responderam que eram trabalhadores e simultaneamente estudantes (trabalhadores-estudantes) foram enquadrados na respectiva categoria de trabalhador;
- O vínculo laboral (questão 4.a) e a situação profissional (questão 4.b) apenas se aplicavam a quem tinha respondido que a sua ocupação era trabalhador por conta de outrem, pelo que os registos da questão 4.a e 4.b foram desconsiderados para quem respondeu outra ocupação;
- Foram eliminados 2 inquéritos nos quais os inquiridos eram estudantes e cumulativamente não tinham rendimentos e tinham crédito habitação.

Uma vez que os *outliers* – observações extremas em uma ou várias dimensões – podem ter impacto na modelação –, através da ferramenta estatística utilizada (*PASW Statistics 18*, vulgo *SPSS. 18*) foram eliminados aqueles que apresentavam resíduos mais elevados, num total de 29 inquéritos.

A amostra final reduziu-se, assim, a **510 inquiridos**.

3.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AMOSTRA FINAL

Em primeiro lugar, procede-se a uma comparação da amostra final, relativamente aos dados sociodemográficos recolhidos, com os dados nacionais, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística – INE (2011a, 2011b, 2011c), e pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (2011).

Tabela 3 – Dados sociodemográficos da amostra final e comparação com a população

	Amostra final		População *
	n	%	%
Género			
Feminino	253	49,6%	52,1%
Masculino	257	50,4%	47,9%
Idade			
Até aos 25 anos	84	16,5%	26,0%
Dos 26 aos 50 anos	373	73,1%	37,0%
Mais de 51 anos	53	10,4%	37,0%
Habilitações Literárias: Curso superior	376	73,7%	11,2%
Emprego / Ocupação			
Estudantes / Alunos	49	9,6%	22,9%
Desempregados / Tx. Desemprego	25	4,9%	12,1%
Trabalhadores conta própria	34	6,7%	20,5%
Trabalhadores por conta de outrem	382	74,9%	78,9%
<i>Efectivo</i>	294	77,0%	77,2%
<i>A Prazo</i>	72	18,8%	18,9%
<i>Outro</i>	16	4,2%	4,0%

* Fontes: INE (2011a, 2011b, 2011c) e Fundação Francisco Manuel dos Santos (2011). Agregação do Autor

A amostra final encontra-se equitativamente repartida por género, evidenciando uma ligeira diferença face à população portuguesa, na qual, o género feminino predomina com 52%, de acordo com os resultados preliminares dos Censos 2011.

Não obstante, em termos de idade, comparativamente com os dados da população, a diferença é significativa. A amostra final caracteriza-se por 73% dos inquiridos se encontrar na faixa etária entre os 26 e os 50 anos, quando em termos de população nacional essa percentagem não excede os 37%.

Também em termos de habilitações literárias o desfasamento é grande. Enquanto 11% da população residente com 11 ou mais anos possuiu diploma do curso superior, a amostra final é caracterizada por um elevado número de licenciados – 41% –, ao qual acresce 3% com bacharelato, 13% de pós-graduados, 14% com grau de mestre e 3% com doutoramento.

As diferenças são também significativas no que respeita aos estudantes (amostra final) e alunos (em percentagem da população residente), desempregados (amostra final) e taxa de desemprego (em percentagem da população activa) e trabalhadores por conta própria (7% na amostra final vs 21% da população empregada).

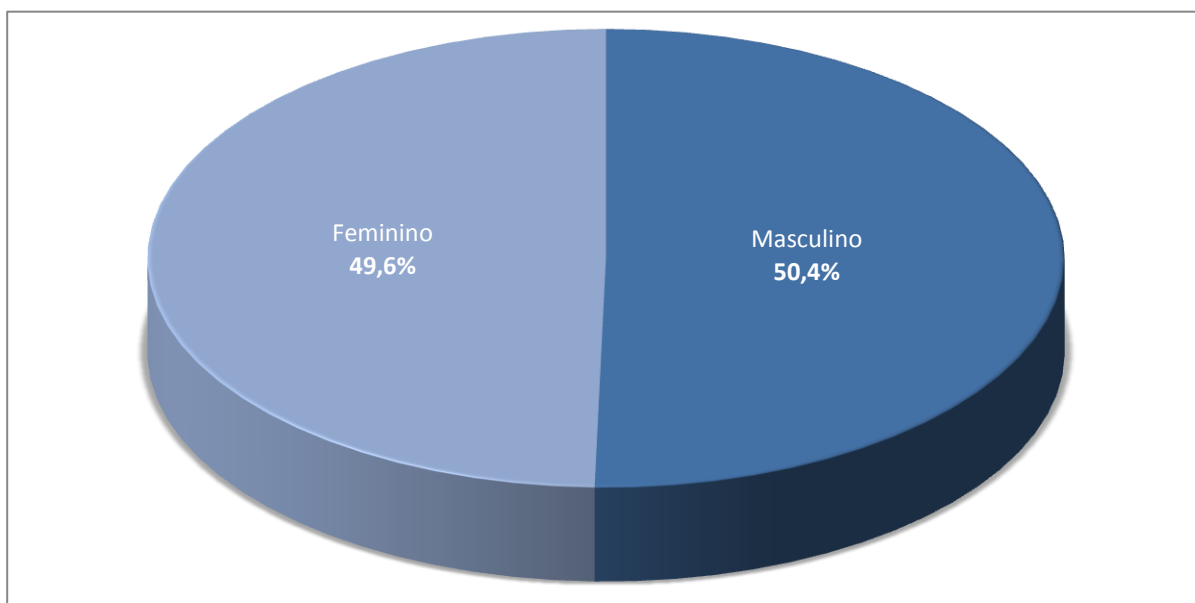
Não obstante, no que concerne aos trabalhadores por conta de outrem, a sua percentagem na amostra final (75%) aproxima-se da percentagem da população empregada (79%), verificando-se também uma aproximação quando é efectuada a sua repartição por trabalhadores com contrato de trabalho sem termo (vulgo efectivo), com termo (vulgo a prazo) e por outro tipo de contrato de trabalho.

Caso se considere um erro amostral de 5%, com um nível de confiança de 95%, utilizando-se a distribuição normal, para uma população de 3.862.900 trabalhadores por conta de outrem é obtida uma dimensão de amostra de 384. Uma vez que foram recolhidos 382 inquéritos de **trabalhadores por conta de outrem** e que a sua divisão entre efectivo, a prazo e outro é semelhante à da população teórica, considera-se que a amostra nesta categoria **pode ser representativa desta população**.

Em anexo, na Tabela 13 (pág. 94) encontra-se uma síntese dos indicadores sociodemográficos e de experiências financeiras, recolhidos a partir da amostra final, discriminando-se ainda pelos dois grupos: possuir ou ter possuído crédito habitação e não ter contraído esta responsabilidade.

De seguida, apresenta-se uma análise univariada, através de um conjunto de gráficos que caracterizam, em termos sociodemográficos, a amostra final.

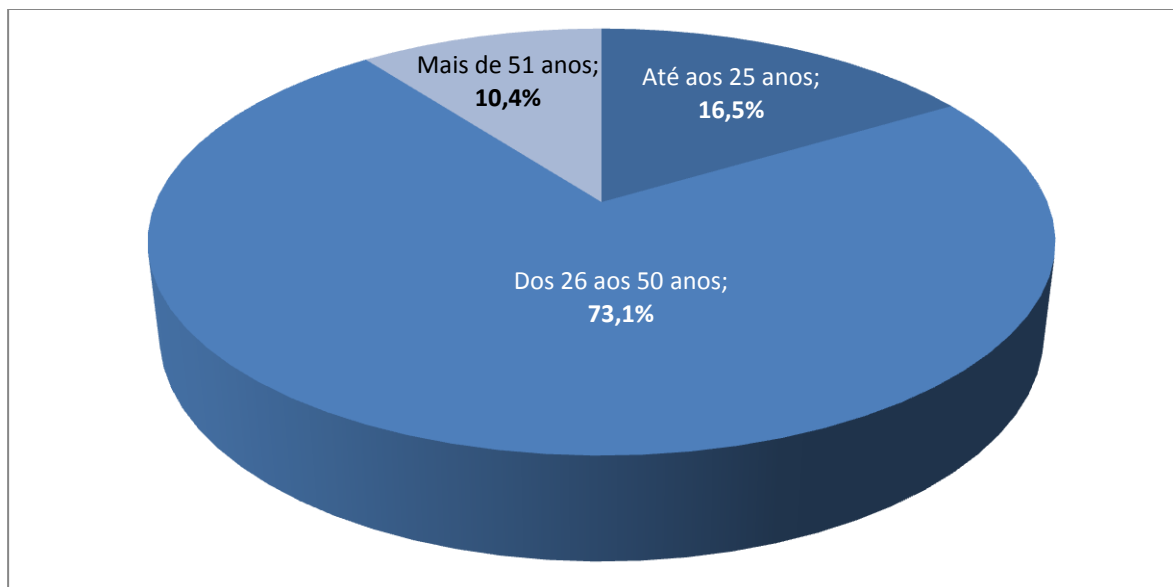
Gráfico 1 – Distribuição por género



Fonte: Elaboração própria

Em termos globais, a amostra reparte-se equitativamente entre indivíduos do sexo masculino e feminino.

Gráfico 2 – Distribuição por idade

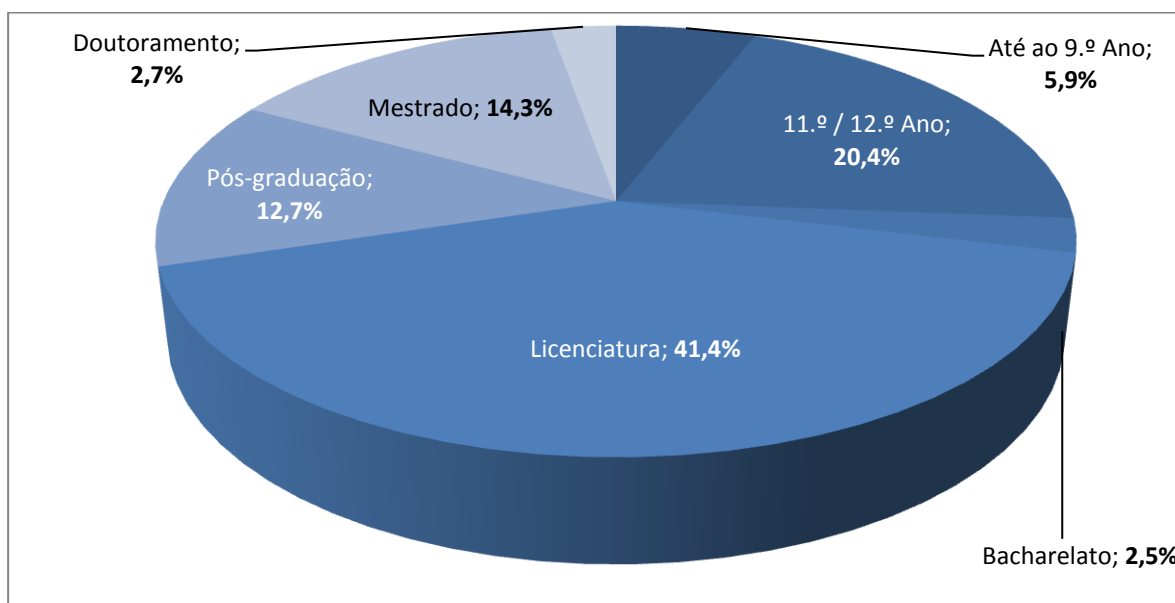


Fonte: Elaboração própria

No global dos 510 inquiridos, a idade média situa-se nos 34,2 anos com desvio padrão de 0,5 anos. A mediana fixa-se nos 32 anos, e no percentil 75 encontra-se a idade de 37 anos. A idade mínima obtida foi de 16 anos e a máxima de 73 anos de idade.

Da análise do Gráfico 2, verifica-se que a classe de idade com mais representatividade na amostra final é a dos indivíduos que têm idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos (com 73,1%).

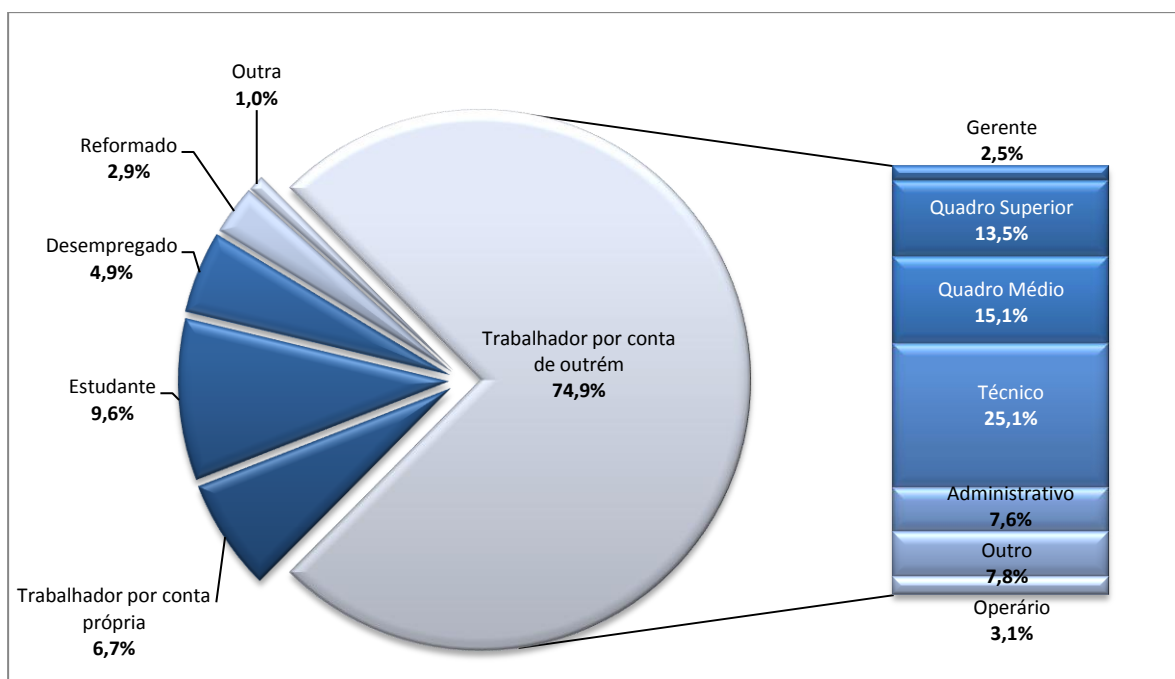
Gráfico 3 – Distribuição por habilitações literárias



Fonte: Elaboração própria

Conforme se pode constatar no Gráfico 3, dos 510 inquiridos, cerca de 41% frequentaram uma licenciatura, 12,7% tinham um curso de pós-graduação e 14,3% possuíam um mestrado. Verifica-se que a presente amostra é caracterizada por uma elevada frequência de entrevistados com habilitações literárias superiores (73,6% da amostra final).

Gráfico 4 – Ocupação e função por conta outrem



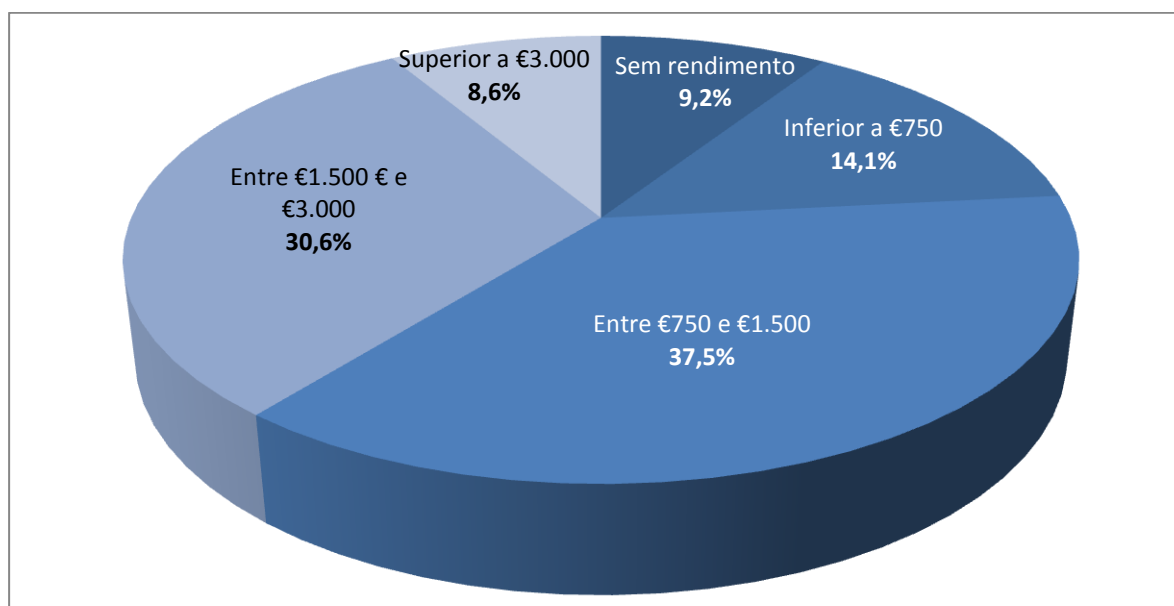
Fonte: Elaboração própria

Da análise do Gráfico 4 verifica-se que cerca de 75% do total dos inquiridos são trabalhadores por conta de outrem e que cerca de 54% são quadros superiores ou quadros médios ou técnicos. Os estudantes representam cerca de 10% da amostra. Acresce referir que dos dados recolhidos, dos 382 trabalhadores por conta de outrem, cerca de 77% têm um vínculo laboral efectivo.

Relativamente aos rendimentos mensais, 37,5% dos inquiridos auferem rendimentos mensais entre os 750 € e os 1.500 €, seguindo-se os entrevistados com rendimentos mensais entre 1.500 € e 3.000 € com 30,6%, e os indivíduos com rendimentos inferiores a 750 € com 14,1%.

A distribuição dos rendimentos mensais pelos dois grupos é apresentada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição por Rendimentos Mensais



Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 4 encontra-se a distribuição da amostra final por património financeiro, responsabilidades de crédito contraídas e ainda a desagregação desta classe por ter ou não ter contraído crédito habitação.

Tabela 4 – Património Financeiro, Responsabilidades de Crédito e Crédito Habitação

Montante das responsabilidades contraídas	Crédito Habitação	Património Financeiro					
		Inferior a 1.000 €	Entre 1.000 € a 5.000 €	Entre 5.000 € e 30.000 €	Entre 30.000 € e 75.000 €	Superior a 75.000 €	
Sem crédito contraído	Possui ou possuiu Crédito Habitação	1,0%	-	4,3%	2,9%	2,4%	37,3%
	Nunca contraiu Crédito Habitação	51,0%	39,3%	29,4%	23,5%	26,8%	
Inferior a 2.500 €	Possui ou possuiu Crédito Habitação	2,0%	6,3%	3,2%	2,9%	2,4%	10,4%
	Nunca contraiu Crédito Habitação	8,8%	5,4%	7,5%	5,9%	4,9%	
Entre 2.500 € e 5.000 €	Possui ou possuiu Crédito Habitação	3,9%	0,9%	1,1%	-	2,4%	2,7%
	Nunca contraiu Crédito Habitação	2,9%	0,9%	1,1%	-	-	
Entre 5.000 € e 25.000 €	Possui ou possuiu Crédito Habitação	2,0%	1,8%	1,6%	2,9%	9,8%	5,9%
	Nunca contraiu Crédito Habitação	6,9%	5,4%	1,6%	-	2,4%	
Entre 25.000 € e 50.000 €	Possui ou possuiu Crédito Habitação	2,0%	4,5%	5,3%	10,3%	7,3%	6,9%
	Nunca contraiu Crédito Habitação	2,9%	3,6%	0,5%	-	-	
Entre 50.000 a 100.000 €	Possui ou possuiu Crédito Habitação	3,9%	10,7%	18,7%	11,8%	12,2%	12,5%
	Nunca contraiu Crédito Habitação	-	-	-	-	-	
Superior a 100.000 €	Possui ou possuiu Crédito Habitação	11,8%	21,4%	25,7%	39,7%	29,3%	24,3%
	Nunca contraiu Crédito Habitação	1,0%	-	-	-	-	
		100%	100%	100%	100%	100%	
		20%	22%	37%	13%	8%	

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que, da amostra final, cerca de 79% apresenta um património financeiro até 30.000 € ainda que 42% apresenta um património financeiro inferior a 5.000 €. Relativamente às responsabilidades de crédito, da amostra final, 37,3% não apresenta quaisquer responsabilidades de crédito e 36,9% têm actualmente responsabilidades de crédito contraídas superiores a 50.000 €.

3.3. A ESTRATÉGIA FINANCEIRA DE QUEM CONTRAIU CRÉDITO HABITAÇÃO

Conforme se pode constatar na Tabela 13, em anexo, na pág. 94, quem tem ou já teve crédito habitação representa 52% da amostra final.

Quanto ao género, 51% dos que possuíam ou já possuíram crédito habitação são do género feminino, invertendo-se a situação, sendo maioritariamente (52%) do género masculino

aqueles que nunca tiverem crédito habitação. Quanto à idade, cerca 86% daqueles que possuem ou já possuíram crédito habitação encontram-se na faixa etária entre os 26 e os 50 anos.

Dos inquiridos que possuem ou já possuíram crédito habitação, cerca 77% têm curso superior e 88% são trabalhadores por conta de outrem. Relativamente ao outro grupo, 20% dos que nunca contraiu responsabilidades por crédito habitação é estudante.

Ora, em Portugal, o crédito habitação tem constituído a principal fonte de financiamento das famílias, representando, à data de Dezembro de 2010, 77% do crédito total concedido às famílias²¹ (vs 40% em 1998 e cerca de 30% em 1990)²² e 70% do Produto Interno Bruto (PIB) (vs 33% em 1998 e 12% em 1990). Em 31 de Dezembro de 2010, o número de devedores totalizava 2.454.311 que mutuavam 120.058 milhões de euros (Banco de Portugal, 2011).

Coloca-se a questão pertinente de saber se os contraentes de crédito habitação estão preparados para situações imprevistas.

Regressando à Tabela 4, na pág. 47, constata-se que, nas três primeiras categorias de património financeiro, a subclasse que apresenta maior representatividade são os inquiridos sem crédito contraído e que nunca possuíram crédito habitação. Nas duas últimas categorias de património financeiro, que representam 21% da amostra final, os inquiridos com crédito habitação e responsabilidades contraídas acima de 100.000 € são os mais representativos, seguindo-se os que nunca tiveram crédito habitação nem apresentam, actualmente, responsabilidades contraídas.

Da análise à Tabela 14, em anexo, na pág. 95, verifica-se ainda que daqueles que contraíram responsabilidades de crédito habitação e têm responsabilidades entre 50.000 € e 100.00 € cerca de 75% apresentam um património financeiro superior a 5.000 €. De igual modo, dos que apresentam responsabilidades acima de 100.000 €, cerca de 70,7% apresentam património financeiro superior a 5.000 €, concluindo-se que dispõem, assim, de uma poupança de

²¹ Fonte: Banco de Portugal (2011a).

²² Fonte: Marques *et al.* (2000).

salvaguarda, ainda que apenas 65,6% e 58,5%, respectivamente, para aquelas classes de responsabilidade, reconhece que tem a referida poupança.

Também de salientar, conforme se pode verificar na Tabela 15, em anexo – pág. 96, que do universo de inquiridos com crédito habitação e com responsabilidades de crédito compreendidas entre os 50.000 € e os 100.000 €, cerca de 67% regista com frequência os fluxos de rendimentos e despesas. Não obstante, deste universo, apenas 45% tem PPR ou uma poupança para a reforma. Ainda assim, daqueles que possuem crédito habitação e responsabilidades de crédito acima de 100.000 €, cerca de 60% regista com frequência os rendimentos e despesas e 63% tem PPR ou tem uma poupança para a reforma.

De referir ainda que, da amostra final, 12 inquiridos (2,4%) têm crédito habitação e responsabilidades superiores a 100.000 €, mas o seu património financeiro é inferior a 1.000 €, e dos referidos 12, 10 assumem mesmo que não têm qualquer poupança para imprevistos, o que poderá determinar dificuldades financeiras no cumprimento das obrigações, no caso de uma variação significativa ascendente da taxa de juro, por exemplo.

Apenas 12 inquiridos (2,4%) não têm quaisquer responsabilidades contraídas mas já tiveram crédito habitação.

Ainda que o valor da poupança para imprevistos dependa do nível de despesas mensais, caso se considere que o património financeiro detido pelos contraentes de crédito habitação é de elevada liquidez, poderá concluir-se que a maioria destes apresentam uma estratégia financeira minimamente equilibrada com as responsabilidades assumidas. Não obstante, não se pode deixar de referir que 27,8% daqueles que têm responsabilidades de crédito superiores a 50.000€ apresentam um património financeiro inferior a 5.000 €.

3.4. ÍNDICE DE LITERACIA FINANCEIRA

3.4.1. Selecção de questões

No referido inquérito, para além da informação sociodemográfica dos inquiridos, foi também recolhida informação sobre as suas experiências financeiras, nomeadamente se tinham Planos Poupança Reforma (PPRs) ou se possuíam alguma espécie de poupança para a reforma, e/ou poupança para situações adversas e/ou se eram fiadores e/ou ainda se tinham crédito habitação. Foi também incluído um item no qual o inquirido procedia à auto-avaliação dos seus conhecimentos e competências financeiras.

Com o intuito de quantificar a literacia financeira, foram ainda incluídas um conjunto de questões, com diferentes graus de dificuldade, relacionadas com as finanças e as finanças pessoais e referentes às temáticas da poupança, investimento, crédito e crédito habitação. Atendendo a que, para Huston (2010), o número de questões / itens que devem suportar a medição da literacia financeira deverão estar compreendidas entre 12 a 20, foram seleccionadas 13 questões (Q1 a Q13) de conhecimento financeiro, inseridas no Anexo II (página 88), onde também poderá ser consultada a respectiva fonte da qual a questão foi extraída ou adaptada, assim como a percentagem de respostas correctas, incorrectas e consideradas difíceis para cada questão.

Das 13 questões de escolha múltipla, 5 eram de resposta “verdadeiro” ou “falso” ou de resposta “sim” ou “não”. Apenas uma alternativa indicada para cada questão está correcta. Foi ainda incluída uma alternativa de resposta – “Considero difícil responder a esta questão” – substituindo o habitual “Não sabe/Não responde”. A hipótese de resposta supra referida foi utilizada na investigação de Kuzina (2010). A introdução desta hipótese de resposta, em detrimento do “Não sabe/Não responde”, prendeu-se não só com o facto de se querer perceber em que matérias ou áreas de literacia financeira os inquiridos consideram difícil mas também porque, para a construção do índice, em algumas questões, atribuiu-se uma pontuação positiva no caso do inquirido considerar difícil a questão colocada por contraste à pontuação negativa atribuída em caso de não acertar.

As quatro primeiras questões (Q1 a Q4) foram englobadas na temática de conhecimento financeiro essencial. Estas questões têm como objectivo testar o conhecimento de conceitos básicos (ainda que importantes) de finanças. As primeiras duas questões (Q1 e Q2) tentam medir o conhecimento sobre a inflação e averiguar a numeracia financeira básica. A terceira questão (Q3) avalia o conhecimento sobre volatilidade de um activo e diversificação de risco,

um elemento essencial na análise e decisão de investimentos. A quarta questão (Q4) pretende avaliar o conhecimento do inquirido sobre acções.

Em matéria de crédito, a quinta questão (Q5) pretende medir se os inquiridos conseguem efectuar cálculos simples de juros, bem como, se entendem que o capital em dívida não se reduz, no caso da prestação mensal paga corresponder apenas a juros. A sexta questão (Q6) pretende avaliar se os inquiridos estão cientes do valor temporal do dinheiro.

Sendo o crédito habitação a principal fonte de financiamento das famílias, as questões seguintes tendem a avaliar o conhecimento dos inquiridos nas principais temáticas envolventes ao crédito habitação.

Assim, a sétima questão (Q7) pretende medir o conhecimento sobre a principal taxa variável de referência nos créditos habitação – a Euribor – e comparar as respostas obtidas com aquelas que foram recolhidas no inquérito sobre literacia financeira levado a cabo pelo Banco de Portugal.

A oitava questão (Q8), de elaboração própria, tenta aferir a sensibilidade dos inquiridos para o valor dos juros acumulados incorridos, nomeadamente, a poupança dos mesmos que se pode obter quando é escolhido um prazo menor de financiamento.

Atendendo a que, por norma, os créditos habitação têm como garantia o imóvel que é objecto de financiamento, com a nona questão (Q9) é verificado se os inquiridos conhecem, minimamente, o conceito de hipoteca.

A décima, a décima primeira e a décima segunda questões (Q10, Q11 e Q12), de elaboração própria, tentam avaliar os conhecimentos em matéria de crédito habitação, após a ocorrência de determinadas circunstâncias, nomeadamente em caso de divórcio (Q10), em caso de incumprimento e repercussões nos fiadores (Q11) e, caso seja solicitada uma moratória ou um período de carência de capital (Q12).

Finalmente, a última questão (Q13) pretende medir se os inquiridos estão cientes do impacto que a taxa de juro variável tem nas prestações do crédito habitação.

3.4.2. Resumo e comparação com outros estudos das respostas obtidas

As 3 primeiras questões (Q1 a Q3), relativas a conhecimentos básicos de finanças e/ou finanças pessoais, foram adaptadas da investigação sobre saúde e reforma de 2004 nos Estados Unidos, preconizada por Lusardi e Mitchell (2005) e, posteriormente, incluídas no inquérito alemão SAVE²³, de 2007, analisado por Pahnke e Honekamp (2010). Na Tabela 5 encontra-se uma comparação dos resultados extraídos daqueles estudos com os dados recolhidos no presente inquérito.

Tabela 5 – Total de respostas correctas nas primeiras três questões (Q1 a Q3)

Comparação dos dados recolhidos no presente inquérito com os obtidos nos Estados Unidos, em 2004, e na Alemanha, em 2007, relativamente às primeiras três questões de conhecimentos básicos de finanças e/ou finanças pessoais

	Presente inquérito 2011 n = 510	Estados Unidos 2004 n = 1.269	Alemanha 2007 n = 2.931
Nenhuma resposta correcta	2,4%	9,9%	0,96%
Uma resposta correcta	11,2%	16,3%	12,96%
Duas respostas correctas	27,1%	35,8%	31,42%
Três respostas correctas	59,4%	34,3%	54,66%

Fonte: Elaboração própria

Da análise da Tabela 5 verifica-se que, comparativamente aos Estados Unidos, existe uma percentagem relativamente pequena (2,4%) de não responder acertadamente a nenhuma questão e um número elevado (59,4%) de responder correctamente às três primeiras questões.

Não obstante, comparativamente aos dados recolhidos na Alemanha, em 2007, o comportamento da presente amostra final não apresenta divergências significativas.

Na Tabela 6 encontra-se a percentagem de respostas correctas, em cada questão, assim como a respectiva comparação com a percentagem que foi obtida no estudo do qual a questão foi extraída.

²³ O SAVE, ministrado pelo Mannheim Research Institute for the Economics of Aging (MEA), é um conjunto de dados recolhidos em 2001, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, dos quais se pretende analisar a constituição da riqueza das famílias e suas alterações.

Tabela 6 – Percentagem de respostas correctas (Q1 a Q13) e comparação com estudo fonte

Percentagem da amostra que respondeu, acertadamente, a cada uma das questões (Q1 a Q13), no presente inquérito, comparando-a com os dados recolhidos no estudo do qual a respectiva questão foi adaptada.

Qi	Subtema	Fonte do estudo comparado	% da amostra final que respondeu acertadamente	
			Presente inquérito 2011 n = 510	Estudo comparado
Q1	Capitalização de juros	Lusardi e Mitchell (2005). n = 1.269	82,4%	67%
Q2	Inflação	Lusardi e Mitchell (2005). n = 1.269	84,1%	75%
Q3	Risco de acções	Lusardi e Mitchell (2005). n = 1.269	77,1%	52%
Q4	Investimento em acções	Hilgert <i>et al.</i> (2003). n = 1.004	67,8%	56%
Q5	Juros e dívida nos cartões de crédito	Lusardi e Tufano (2008). n = 1.000	27,1%	35%
Q6	Valor temporal do dinheiro	Lusardi e Tufano (2008). n = 1.000	17,1%	7%
Q7	Euribor (definição de)	Banco de Portugal (2010a). n = 2.000	41,0%	9%
Q8	Juros de crédito de longo prazo	Elaboração própria	34,7%	-
Q9	Hipoteca	Hilgert <i>et al.</i> (2003). n = 1.004	91,0%	91%
Q10	Divórcio	Elaboração própria	61,2%	-
Q11	Fiança/Fiadores	Elaboração própria	52,4%	-
Q12	Moratória/carência de capital	Elaboração própria	47,8%	-
Q13	Taxa de juro com indexante variável	Hilgert <i>et al.</i> (2003). n = 1.004	95,7%	77%
		Média	59,9%	-

Fonte: Elaboração própria

Ainda relativamente às questões básicas de finanças/finanças pessoais, Machado (2011) incluiu, no seu questionário, as duas primeiras questões do estudo de 2004 acima referido e que, no presente estudo, correspondem às questões Q1 e Q2. Machado (2011), através da aplicação de um inquérito a alunos do ensino secundário, da região de Lisboa, analisou a capacidade destes para interpretar, ponderar e efectuar escolhas financeiras. O questionário teve por base o *National Financial Capability 2009 National Survey Questionnaire*, aplicado, durante 2009, à população adulta dos Estados Unidos. Machado (2011). No estudo de Machado (2011), a percentagem de resposta correcta foi de 54,5% para a primeira questão e de 39,8% para a segunda questão, contrastando, significativamente, com o presente estudo, no qual a percentagem de resposta correcta foi de 82,4% para a Q1 e de 84,1% para Q2. Ainda que a amostra em termos sociodemográficos seja bastante diferente, conforme se pode verificar, em anexo, na Tabela 16 (pág. 97), a percentagem de respostas correctas dos 49 estudantes, foi de 91,8% e 87,8%, para Q1 e Q2, respectivamente, distanciando-se do resultado obtido por Machado (2011).

Relativamente às remanescentes questões, verifica-se pela análise da Tabela 6, que a sexta questão (Q6) foi aquela que, no presente estudo, menos inquiridos responderam

correctamente. Como referido, anteriormente, esta questão pretendia avaliar se os inquiridos estavam cientes do valor temporal do dinheiro. Ainda que o valor obtido (17,1%) seja superior ao observado (6,9%) no estudo de Lusardi e Tufano (2008), conclui-se que os inquiridos falharam em reconhecer o valor temporal do dinheiro, abdicando, deste modo, dos juros que poderiam obter, caso apenas realizassem o pagamento após um ano. Nesta questão em que eram referidas duas opções de pagamento para a aquisição de um electrodoméstico, a opção (a), pagamento em prestações, tem subjacente uma taxa de juro anual de 35% vs taxa de juro anual de 20% na opção (b) – pagamento único de capital e juros no vencimento –, pelo que é também provável que os inquiridos subestimem a taxa de juro de um empréstimo com plano de pagamentos, conforme verificou Stango and Zinman (2008), citado por Lusardi e Tufano (2008). Da amostra final de 510 pessoas, 47,6% consideraram que as duas opções eram iguais. De salientar ainda que apenas 3,1% dos respondentes consideraram difícil esta questão.

A segunda questão que registou mais respostas erradas foi a Q5, também adaptada do estudo de Lusardi e Tufano (2008). Apenas 27,1% da amostra final de 510 inquiridos acertou a resposta a esta questão, concluindo-se que a maioria dos inquiridos não compreende que, caso sejam efectuados pagamentos mínimos, que correspondessem a apenas a juros, a dívida nunca seria paga. De salientar que a percentagem registada de respostas correctas (27,1%) foi inferior aos 35,4% de respostas correctas que se verificou no estudo a partir do qual a questão foi adaptada. Destaca-se ainda que 13,9% da amostra final considerou difícil esta questão.

Relativamente à Q7, que questiona o que é a Euribor, a percentagem de resposta correcta foi de apenas 41%, distanciando-se dos 9% verificados pelo estudo do Banco de Portugal (2010a). Nesta questão, apenas 4,1% considerou-a difícil e 42% definiu a Euribor como sendo uma taxa decretada pelo Banco Central Europeu.

Grande maioria dos inquiridos tem a noção e conhece as implicações de uma hipoteca (Q9), uma vez que se verificou 91% de respostas correctas, igual à percentagem obtida por Hilgert *et al.*(2003).

No que concerne à sensibilidade para o valor da poupança dos juros que se pode obter num crédito habitação, ao se optar por um prazo menor (Q8), apenas 34,7% da amostra final revelou que está ciente que essa poupança pode ascender a cerca de 19% do valor do

financiamento. De referir ainda que esta questão foi aquela que mais inquiridos (24,5%) consideraram difícil.

Relativamente ao conhecimento dos inquiridos, em matéria de comportamento e repercussões de um crédito habitação, em caso de divórcio (Q10), 15,1% considerou difícil esta questão e 23,7% admitiu, erradamente, que em caso de divórcio, o membro do ex-casal que não ficar com a propriedade do imóvel fica imediatamente desonerado do pagamento da dívida, desconhecendo, portanto, que tem de haver uma declaração expressa do credor para desonerar um devedor, conforme estipulado no código civil.

A Q11, relacionada com fiança e fiadores, teve de ser simplificada, dados os contornos jurídicos provenientes daquela garantia/garantes. Não obstante, 37,8% da amostra final não foi capaz de entender que, em caso de não pagamento da dívida por parte dos mutuários, pode ser exigido, pela instituição de crédito ou sociedade financeira, o pagamento da totalidade da dívida a qualquer um ou a todos os fiadores, quando estes renunciaram ao benefício da divisão e de excussão prévia. Não obstante, dos 27 indivíduos que integram a amostra final e que são fiadores num crédito habitação, conforme se pode verificar na Tabela 16 (pág. 97), em anexo, 63% acertou correctamente esta questão e 3,7% considerou-a difícil. Por fim, refira-se que daqueles que possuem ou já possuiu crédito habitação, apenas 57,7% respondeu correctamente a esta questão.

Relativamente à moratória ou a uma carência de capital (Q12), a maior parte da amostra final não compreendeu que quando esta é concedida e, se se mantiver ou for alargado o prazo e a taxa de juro não for alterada, o mutuário terá incorrido em mais juros comparativamente ao plano de pagamentos inicial. A esta questão apenas 47,8% dos inquiridos responderam correctamente. Acresce referir que, daqueles que têm ou já tiveram crédito habitação, apenas 57,7% respondeu acertadamente a esta questão.

No que concerne ao investimento em acções (Q4), 17,8% do total dos inquiridos considerou a questão difícil e 67,8% respondeu acertadamente. Não obstante, de destacar que daqueles que têm rendimentos mensais inferiores a 750 €, apenas 48,6% respondeu acertadamente a esta questão.

Por fim, a Q13 terá sido a mais fácil de todas as questões, uma vez que apenas 2,7% dos inquiridos considerou-a difícil e 95,7% respondeu correctamente, concluindo-se que os inquiridos entendem que, num crédito habitação, indexado a uma taxa de juro variável, se esta subir, as prestações do crédito habitação também aumentam.

A média de responder correctamente a cada questão foi de 59,9%.

Conforme se pode verificar ainda, na Tabela 17 (em anexo, pág. 98), a correlação (bivariada) entre responder acertadamente a cada questão é apenas moderada ou baixa. A maior correlação (0,303, com nível de significância de 1%) é entre responder correctamente à Q3 e Q4.

Tabela 7 – Total de respostas correctas, incorrectas e consideradas difíceis.

Respostas	Correcta	Incorrecta	Considera Difícil
Nenhuma	0,2%	0,8%	44,5%
Uma	0,2%	7,3%	22,0%
Duas	0,6%	14,1%	12,0%
Três	2,2%	23,9%	8,6%
Quatro	4,5%	20,4%	4,7%
Cinco	8,4%	19,2%	2,2%
Seis	11,8%	10,2%	2,4%
Sete	13,5%	3,1%	2,0%
Oito	19,4%	0,8%	0,8%
Nove	16,5%	0,2%	0,6%
Dez	11,6%	-	0,4%
Onze	7,6%	-	-
Doze	3,3%	-	-
Treze	0,2%	-	-
Média (n.º)	7,8	3,8	1,4

Fonte: Elaboração própria

Considerando o global das 13 questões efectuadas, conforme se verifica na Tabela 7, o número médio de respostas correctas, por cada questionário, foi de 7,8. Sendo que, considerando o universo das respostas correctas, cerca de 72,7% apresentaram entre seis a dez respostas correctas.

Relativamente às respostas erradas, cerca de 77,6% encontram-se compreendidas entre as duas e as cinco repostas, sendo a média de 3,8. Poucos foram os inquiridos que consideraram

difícil as questões colocadas, sendo a média de 1,4 e 78,4% das respostas consideradas difíceis encontram-se até duas respostas.

Relativamente às questões de crédito habitação, apenas 4,9% do grupo que possuiu ou já possui crédito habitação respondeu acertadamente a todas as sete questões (Q7 a Q13) relacionadas com crédito habitação. Saliente-se que apenas 18 inquiridos (3,5% da amostra final) respondeu correctamente às referidas sete questões.

Esta situação é indicadora que os mutuários de crédito habitação poderão não estar cientes de todos os riscos que podem vir a incorrer, à semelhança do que ocorre nos Estados Unidos. Segundo a *National Foundation for Credit Counseling*²⁴ (2010) cerca de 44% dos adultos, ou seja, 100 milhões de pessoas, têm crédito habitação e destes, 1 em cada 3 afirmam que os termos do seu empréstimo, de alguma maneira, acabaram por se revelar diferentes do que esperavam.

Da amostra final, apenas 1 pessoa – que contraiu crédito habitação – acertou correctamente a todas as 13 questões.

De destacar ainda, através da análise da Tabela 16, em anexo (pág. 97), que os inquiridos que pertencem aos grupos com “Património inferior a 1.000 €”, “Sem crédito contraído”, “Não tem PPR” e que “Nunca contraíram crédito habitação” apresentam, em todas as 13 questões, uma menor percentagem de resposta correcta, comparativamente com a média global dos 510 inquiridos.

Sendo a elaboração e controlo do orçamento familiar o primeiro passo a efectuar para a boa gestão das finanças pessoais, introduziram-se, no inquérito, duas questões relativamente a este tema. Uma das questões permite aferir a importância que o inquirido atribui ao orçamento familiar e na outra questionava-se se o inquirido regista com regularidade as despesas e os rendimentos (i.e., se elabora o orçamento familiar).

De acordo com a Tabela 18, em anexo, pág. 99, um número significativo de inquiridos (39,2%) não elabora o orçamento familiar, salientando-se que 27,7% e 54,5% dos inquiridos

²⁴ Fundada em 1951, a *National Foundation for Credit Counseling*, é uma rede Norte-Americana de aconselhamento de crédito sem fins lucrativos.

que considera muito importante e importante, respectivamente, a importância do orçamento familiar, não efectua o mesmo, verificando-se, deste modo, uma divergência entre atitude e comportamento.

3.4.3. Construção do Índice

No presente estudo, a definição adoptada de literacia financeira passa pela medida do nível de conhecimento financeiro. Deste modo, para possibilitar essa medição, foi construído um índice com base nas questões colocadas.

Na literatura, a medição do nível de literacia financeira não é unânime. Por exemplo, o índice de literacia financeira de Monticone (2010) era igual ao número de respostas correctas num total de seis questões (variando, assim, de 0 a 6). Roy Morgan Research (2003a), citado por Worthington (2006), atribuiu uma cotação às respostas que variava de -2 a 2, dependendo se a resposta dada era “muito boa, boa, não muito boa e nada boa”²⁵. Quando a resposta era de verdadeiro ou falso, 2 pontos eram atribuídos se a resposta estivesse correcta e -2 pontos se a resposta estivesse incorrecta. Depois de somada toda a pontuação, era verificado em que quintil se enquadrava a mesma, variando de 1 (quintil com menor pontuação de literacia financeira até 5 (maior quintil de pontuação de literacia financeira). No trabalho de Mendes e Abreu (2006), que procurou identificar os factores que influenciam o nível de cultura financeira dos investidores individuais, utilizaram 3 questões do inquérito realizado pela CMVM em 2000, para obter o nível de conhecimento financeiro dos investidores. Em duas das três questões foi atribuída uma pontuação que variava de 0 a 5, e noutra questão, era atribuída uma pontuação de 5 se a resposta estivesse correcta e 0 se incorrecta.

No presente relatório, para a construção do índice de literacia financeira foi também considerado um sistema de pontuação para as 13 questões de conhecimento financeiro e finanças pessoais (Q1 a Q13), assim como atribuída uma pontuação caso o inquirido respondesse que regista regularmente os rendimentos e as despesas (ponto 9., no Anexo IV – Inquérito, pág. 113). Entendeu atribuir-se uma pontuação à resposta a esta questão, uma vez

²⁵ Escala de opções original: “*very well, fairly well, not very well or not at all*”

que a elaboração do orçamento familiar e respectivo controlo é uma pedra basilar no planeamento e na tomada de decisão financeira.

O sistema de pontuação definido teve como orientação atribuir maior número de pontos às respostas correctas às questões mais difíceis e menos pontos às respostas correctas cuja grande maioria dos inquiridos acertou. De igual modo, as respostas incorrectas tiveram uma penalização (pontos negativos), sendo a escala crescente, ou seja, menos pontos negativos por errar nas questões mais difíceis e mais pontos negativos por errar nas mais fáceis. Foram ainda atribuídos pontos por respostas às quais os inquiridos consideravam difíceis, com maior número de pontos às questões mais difíceis e nenhum ponto às questões mais fáceis.

Contudo, para a implementação do sistema de pontuações terá de se avaliar se o grau de dificuldade às questões Q1 a Q13 será ou não idêntico. Para o efeito, recorreu-se ao teste “Q” de Cochran (Maroco, 2007) utilizando-se o *software* SPSS (v. 18), considerando-se um nível de significância (α) de 5%. Conforme se pode verificar na Tabela 19, em anexo, página 99, para qualquer nível de significância, rejeita-se a hipótese nula, inferindo-se que existe diferenças estatisticamente significativas, em pelo menos em duas proporções de respostas correctas ($Q(12) = 1741$; $p = 0$; $n = 510$).

Com base na percentagem de resposta correcta a cada questão, atribuiu-se o seguinte sistema de pontuações:

- 7 pontos por acertar, -1 ponto por não acertar e 2 pontos por considerar difícil nas questões Q6, Q5, Q8 e Q7;
- 5 pontos por acertar, -2 pontos por não acertar e 1 pontos por considerar difícil nas questões Q12, Q11, Q10, Q4 e Q3;
- 3 pontos por acertar, -3 pontos por não acertar e 0 pontos por considerar difícil nas questões Q1, Q2, Q9 e Q13;
- 5 pontos caso o inquirido registre com regularidade as despesas e rendimentos.

Em anexo, na Tabela 20, página 100, encontram-se as questões ordenadas por grau decrescente de dificuldade, considerando a percentagem de resposta correcta, assim como o sistema de pontuação referido.

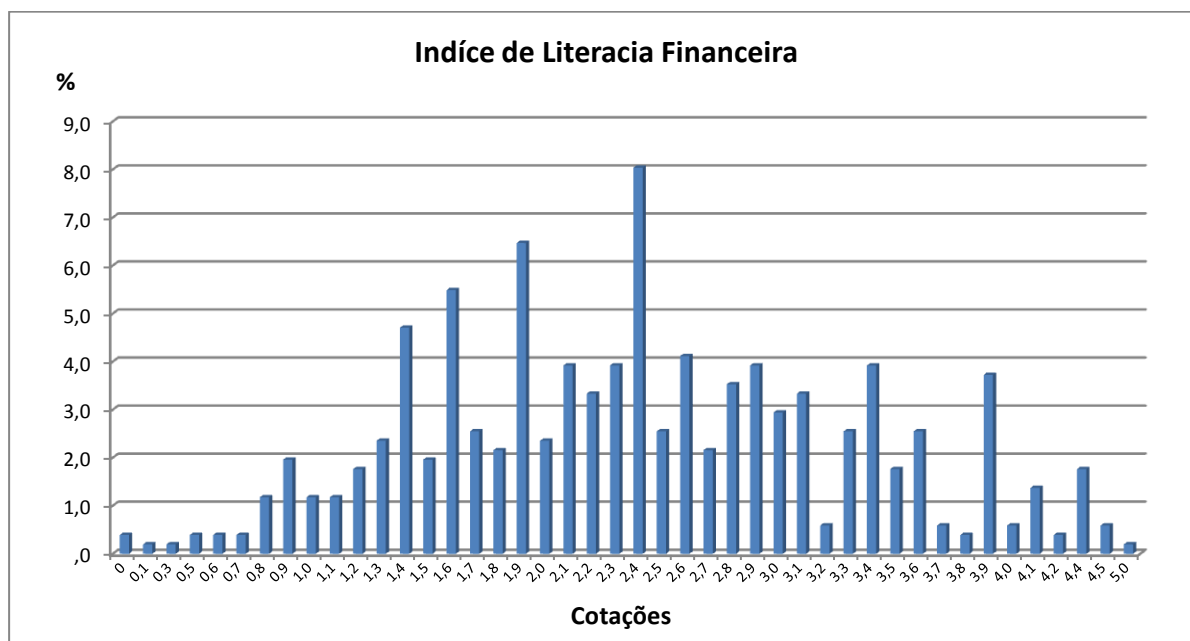
À soma total dos pontos obtidos procedeu-se à sua divisão por 14 e ao arredondamento à primeira casa decimal. Caso a soma de pontos fosse negativa a cotação final seria 0 (zero). Deste modo, caso o inquirido respondesse acertadamente a todas as questões e informasse que regista com regularidade os rendimentos e as despesas teria um total de 70 pontos, a que corresponderia uma cotação de final de 5.

Assim, o índice final de literacia financeira está compreendido numa escala de 0 a 5.

Da aplicação do sistema de pontuação, foram obtidas 44 cotações do índice, variando entre 0 a 5, considerando uma casa decimal. O valor médio registado é reduzido, de 2,4, sendo a mediana também de 2,4 e o desvio padrão de 0,9. A moda, também de 2,4, representa 8% da amostra final. A distribuição das cotações do índice de literacia financeira encontra-se no Gráfico 6.

Atendendo a que a amostra final é constituída por 73,7% de indivíduos com habilitações literárias superiores, é de inferir que o valor médio obtido, de 2,4, se encontre sobrevalorizado, caso o mesmo fosse utilizado para medir o nível de literacia da população.

Gráfico 6 – Distribuição do Índice de Literacia Financeira



Fonte: Elaboração própria

Em anexo, na Tabela 21 (pág. 101) é possível consultar a frequência acumulada das 44 cotações obtidas.

A frequência, percentagem e a percentagem acumulada, agrupada por classes encontram-se na Tabela 8.

Tabela 8 – Índice de Literacia Financeira

Agrupamento em classes do índice de literacia, com indicação da frequência absoluta, relativa e acumulada de cada classe.

	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
Até 0,4	4	,8	,8
De 0,5 até 1,4	79	15,5	16,3
De 1,5 até 2,4	205	40,2	56,5
De 2,5 até 3,4	151	29,6	86,1
Superior 3,5	71	13,9	100,0
Total	510	100,0	

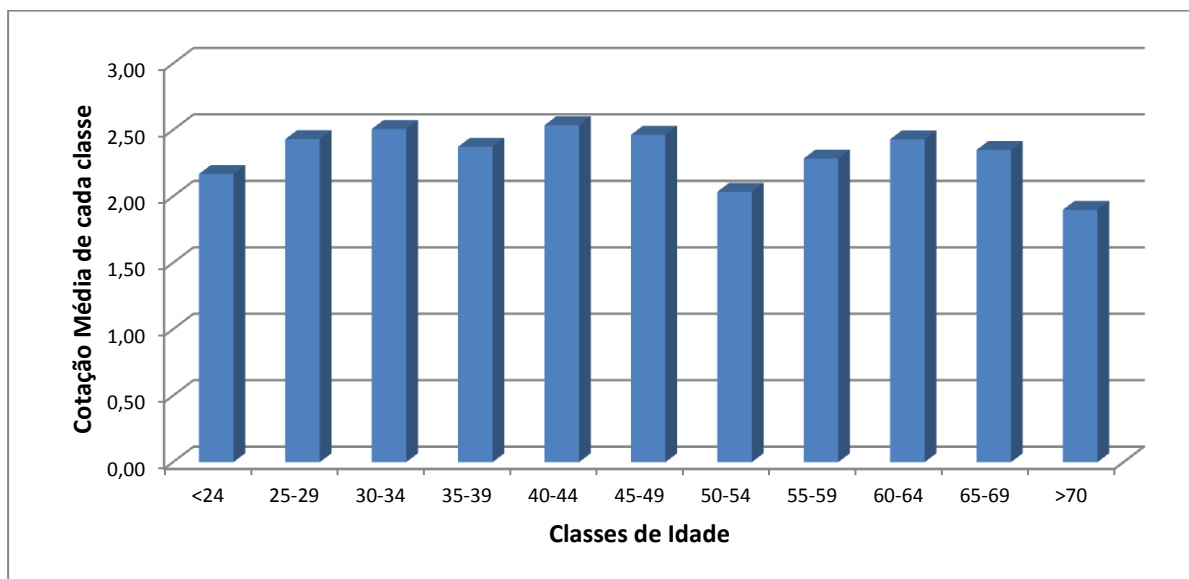
Fonte: Elaboração própria

Da análise à Tabela 8 verifica-se que um número relevante de inquiridos (16,3%) revela um nível de literacia financeira muito reduzido (Índice $\leq 1,4$) e apenas 13,9% apresentam um bom nível de literacia financeira (Índice $\geq 3,5$). Mais de metade (56,5%) manifestam um conhecimento negativo (Índice $\leq 2,4$).

Ainda que a variável literacia financeira não seja idêntica àquela que foi definida por Mendes e Abreu (2006), os resultados agora obtidos não distam significativamente dos que foram divulgados por aqueles autores, no qual a variável usada como *proxy* para o nível de conhecimento financeiro apresentou um valor médio de 2,1, e que 21,3% dos inquiridos apresentou um valor inferior ou igual 1 e que só 11,4% dos investidores apresentaram um bom nível de conhecimento financeiro (igual ou superior a 4).

Por categoria sociodemográfica, verifica-se pela análise da Tabela 22, que se encontra em anexo, na página 102, que o género masculino apresenta um índice médio superior ao género feminino (2,5 vs 2,3), e que os inquiridos com idade compreendida entre os 26 e os 50 anos apresentam maior índice médio em comparação com os indivíduos das restantes classes etárias.

Gráfico 7 – Cotação média do índice de literacia financeira por classes de idade



Fonte: Elaboração própria

Ainda no que respeita à idade, verifica-se pela análise ao Gráfico 7 que as classes seguintes à classe que compreende a idade entre 40 e 44 anos apresentam, em termos médios, menor índice de literacia financeira.

Retomando a análise à Tabela 22, que se encontra em anexo, na página 102, verifica-se que o índice médio é bastante reduzido (1,9) para os inquiridos que têm até 12 anos de escolaridade (que representam 26,3% da amostra final), sendo crescente à medida que incrementa o grau superior obtido.

O índice médio é crescente (de 2,0 a 3,0) à medida que aumenta o património financeiro detido.

Em termos de ocupação, os estudantes, os desempregados e os reformados apresentam um índice de literacia financeiro médio negativo (de 2,4). Os trabalhadores por conta de outrem apresentam um índice médio positivo, ainda que reduzido, de 2,5. Acresce que os efectivos apresentam um índice médio de 2,5 que é superior ao índice médio de 2,3 registado por aqueles que têm um contrato a prazo.

De destacar também a diferença no índice médio que existe entre quem regista regularmente os rendimentos e as despesas e quem não regista (diferença entre 2,6 e 2,2), em quem possui

uma poupança para imprevistos e para quem não a possui (2,6 e 2,1) e para quem tem um PPR e para quem não o tem (2,7 e 2,2).

Em termos médios, quem possui ou possuiu crédito habitação apresenta um índice de 2,6, sendo superior aos 2,2 obtidos por aqueles que nunca contraíram crédito habitação. Considerando as classes sociodemográficas com representatividade na amostra final superior a 10%, exceptuando os inquiridos que tem património inferior a 1.000 €, os que têm responsabilidade de crédito inferior a 2.500 € e os quadros superiores, em todas as demais categorias sociodemográficas, discriminadas por possuir ou já ter possuído crédito habitação, apresentam um maior índice de literacia financeira face a quem nunca contraiu este produto financeiro.

Acresce referir que, conforme se pode verificar na Tabela 23, em anexo, na pág. 103, aplicando-se o teste de Mann-Whitney²⁶ verifica-se que a distribuição das cotações do índice de literacia financeira de quem é do sexo masculino, tem mais de 12 anos de escolaridade, regista regularmente os rendimentos e as despesas, tem ou já teve crédito habitação, tem PPR ou poupança para a reforma e tem poupança para imprevistos está, de uma forma geral, à direita da distribuição das cotações do índice de literacia financeira no grupo de contraste (sexo feminino, menos de 12 anos de escolaridade, não elabora o orçamento, nunca contraiu crédito habitação, não tem poupança para a reforma nem poupança para imprevistos, respectivamente), inferindo-se que o primeiro grupo apresenta maiores cotações de literacia financeira face ao segundo grupo.

Com uma cotação média de literacia financeira reduzida, de 2,4, e atendendo a que se introduziu no questionário uma questão de autoavaliação, será ainda importante comparar a cotação final obtida com a respectiva autoavaliação. Uma vez que a escala de autoavaliação estava compreendida entre 1 e 5, efectuou-se a seguinte conversão às cotações obtidas do índice de literacia financeira:

²⁶ O teste de Mann-Whitney “é o teste não-paramétrico adequado para comparar as funções de distribuição de uma variável (...) medida em duas amostras independentes. Este teste pode ser utilizado como alternativa ao teste de *t*-student para amostras independentes, nomeadamente quando os pressupostos deste teste não são válidos (...)” (Maroco, 2007: 219). A função de distribuição das cotações do índice de literacia financeira não é Normal, pelo que não se podia aplicar o teste de *t*-student.

Tabela 9 – Conversão do Índice de Literacia Financeira

Conversão da cotação do índice de literacia financeira em classes de números inteiros, de 1 a de 5.

Cotação do Índice LF	Valor convertido	Definição
Até 1,4	1	Total ausência de conhecimentos e competências financeiras na gestão de finanças pessoais
De 1,5 até 2,4	2	Conhecimentos e competências financeiras insatisfatórias na gestão de finanças pessoais
De 2,5 até 3,4	3	Conhecimentos e competências financeiras satisfatórias na gestão de finanças pessoais
De 3,5 até 4,4	4	Bons conhecimentos e competências financeiras na gestão de finanças pessoais
De 4,5 até 5	5	Excelentes conhecimentos e competências financeiras na gestão de finanças pessoais

Fonte: Elaboração própria

À diferença entre o valor convertido e a respectiva autoavaliação corresponde um valor negativo (compreendido entre -1 e -4) em caso de sobrestimação dos conhecimentos e competências financeiras, e a um valor positivo (compreendido entre 1 e 4) em caso de subestimação e a zero em caso de estimação correcta de conhecimentos e competências financeiras.

Do exposto, verifica-se uma sobrestimação dos conhecimentos e competências financeiras, uma vez que a diferença média registada é negativa, de -0,75, com mediana de -1 e moda de -1. Conforme se pode constatar na Tabela 24, em anexo, pág. 103, cerca de 60,2% dos inquiridos sobrestima em pelo menos um nível os seus conhecimentos e competências financeiras, sendo que 22,0% sobrestima em dois níveis. Cerca de 30,8% estima correctamente os seus conhecimentos e competências financeiras e apenas 9% subestima os seus conhecimentos e competências financeiras.

Na Tabela 26, em Anexo (pág. 105), comparando o valor obtido resultante da conversão e a respectiva autoavaliação, verifica-se que 43,4% dos inquiridos cuja pontuação foi inferior a 1,4 considera que os seus conhecimentos e competências financeiras são satisfatórios e 10,8% que são bons. Relativamente aos inquiridos que obtiveram uma cotação do índice de literacia financeira entre 1,5 e 2,4 (insatisfatória), 50,7% dos mesmos considera que os seus conhecimentos e competências financeiras são satisfatórios e 23,9% considera que são bons. Neste grupo apenas 21,5% estimou correctamente os seus conhecimentos e competências financeiras.

Ainda respeitante ao valor obtido resultante da conversão, conforme se pode constatar, em anexo, pág. 104, na Tabela 25, à medida que se desloca para a direita (da total ausência até

aos bons e excelentes conhecimentos e competências financeiras na gestão de finanças pessoais), existem indicadores sociodemográficos e de experiências financeiras que vão incrementando o seu peso na respectiva classe. São os casos: idade compreendida entre os 26 e os 50 anos; mais de 12 anos de escolaridade; rendimentos mensais superiores a 1.500 €; Património Financeiro entre 5.000 € e os 30.000 €; ter responsabilidades de crédito superiores a 100.000 €; Técnico efectivo; Quadro Médio efectivo; Quadro Superior efectivo; Registrar com frequência os rendimentos e as despesas; ter poupança para imprevistos; ter PPR ou poupança para a reforma; e ter ou já ter tido crédito habitação.

3.5. IMPACTO DOS DETERMINANTES NA LITERACIA FINANCEIRA

Em sequência do exposto, pretende-se, de seguida, averiguar quais os factores que mais explicam a literacia financeira.

Deste modo, ainda que não exista homogeneidade no modelo de regressão utilizado, por forma a averiguar a influência dos factores determinantes sobre a literacia financeira, utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla – método dos mínimos quadrados. Este foi também o método utilizado por Mendes e Abreu (2006) para averiguar as variáveis mais influentes no nível de conhecimento financeiro dos investidores.

No modelo de regressão linear múltipla, admite-se que a variável dependente (Y) é uma função linear de variáveis independentes (X_1, X_2, \dots, X_k) e do erro (ε_j), sendo expressa no seguinte modo:

$$Y_j = \beta_0 + \beta_1 X_{1j} + \beta_2 X_{2j} + \dots + \beta_k X_{kj} + \varepsilon_j \quad (j = 1, \dots, n) \quad (1)$$

Sendo:

β_0 – Ordenada na origem (ou seja o valor de y_j quando $x_{ij} = 0$ com $i = 1, \dots, k$);

β_i – Coeficientes de regressão da i -ésima variável, representando os declives parciais, ou seja, a variação de Y por unidade de variação de X_i , com $i = 1, \dots, k$;

ε_j – Os erros ou os resíduos do modelo.

Atendendo às hipóteses formuladas, as variáveis escolhidas para o modelo são as seguintes:

Tabela 10 – Variáveis e síntese da estatística descritiva

Designação	Variável	Definição / Quantificação	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Y	Literacia Financeira	Quantitativa	2,40	0,9179	0	5
X1	Ln da Idade	Quantitativa	3,49	0,28	2,77	4,29
X2	Género	X2 = 1 se masculino, X2 = 0 se feminino	0,50	0,50	0	1
X3	Mais de 12 anos escolaridade	X3 = 1 se tem mais de 12 anos de escolaridade, X3 = 0 se tem menos de 12 anos de escolaridade	0,74	0,44	0	1
X4	Operário Administrativo Efectivo	X4 = 1 se operário ou administrativo efectivos, X4 = 0 se outro	0,12	0,33	0	1
X5	Trab Própria, Técnicos efectivos e Quadro Médios	X5 = 1 se trabalhador por conta própria ou técnico efectivo ou quadro médio X5 = 0 se outro	0,37	0,48	0	1
X6	Gerente, Quadro Superior	X6 = 1 se gerente ou quadro superior X6 = 0 se outro	0,16	0,37	0	1
X7	Rendimento mensal entre 1.500 € e 3.000 €	X7 = 1 se rendimento mensal entre 1.500 € e 3.000 € X7 = 0 se outro	0,31	0,46	0	1
X8	Rendimento mensal superior a 3.000 €	X8 = 1 se rendimento mensal superior a 3.000 € X8 = 0 se outro	0,09	0,28	0	1
X9	Património financeiro entre 5.000 € e 30.000 €	X9 = 1 se património financeiro entre 5.000 € e 30.000 € X9 = 0 se outro	0,37	0,48	0	1
X10	Património financeiro entre 30.000 € e 75.000 €	X10 = 1 se património financeiro entre 30.000 € e 75.000 € X10 = 0 se outro	0,13	0,34	0	1
X11	Património financeiro superior a 75.000 €	X11 = 1 se património financeiro superior a 75.000 € X11 = 0 se outro	0,08	0,27	0	1
X12	Tem ou já teve Crédito Habitação	X12 = 1 se tem ou já teve crédito habitação X12 = 0 se nunca contraiu crédito habitação	0,52	0,50	0	1
X13	PPR ou poupança para a reforma	X12 = 1 se tem PPR ou poupança para a reforma X12 = 0 não tem qualquer poupança para a reforma	0,40	0,49	0	1

Fonte: Elaboração própria

A equação do modelo será, assim,:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 X_6 + \beta_7 X_7 + \beta_8 X_8 + \beta_9 X_9 + \beta_{10} X_{10} + \beta_{11} X_{11} + \beta_{12} X_{12} + \beta_{13} X_{13} + \varepsilon \quad (2)$$

Como se pode verificar, apenas uma das variáveis independentes – a variável X_1 (idade), não é uma variável binária (*dummy*).

3.5.1. Análise dos resultados obtidos

Tabela 11 – Sumário do Modelo^b

N.º Observações:	510
Estatística <i>F</i>	16,881 (0,000) ^a
R ²	,307
R ² ajustado	,289
Durbin-Watson	1,7790

a. Predictors: (Constante), X1, X2, X3, X4, X5, X6, X7, X8, X9, X10, X11, X12 e X13

b. Variável dependente: Literacia Financeira

Fonte: Elaboração própria

Tabela 12 – Coeficientes estimados

Variáveis	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.	Colinearidade Estatística	
	B	Erro padrão	Beta			Tolerância	VIF
(Constante)	3,706	,499		7,424	,000		
X1 – Ln da Idade	-,667	,145	-,203	-4,601	,000	,715	1,398
X2 – Género	,286	,071	,156	4,039	,000	,939	1,065
X3 – Mais de 12 anos escolaridade	,374	,091	,179	4,105	,000	,732	1,366
X4 – Operário Administrativo Efectivo	-,084	,123	-,030	-,683	,495	,724	1,381
X5 – Trab Própria, Técnicos efectivos e Quadro Médios	,232	,089	,122	2,600	,010	,638	1,569
X6 – Gerente, Quadro Superior	,125	,116	,050	1,076	,282	,647	1,546
X7 – Rendimento mensal entre 1.500 € e 3.000 €	,276	,093	,139	2,978	,003	,645	1,550
X8 – Rendimento mensal superior a 3.000 €	,590	,155	,181	3,811	,000	,621	1,609
X9 – Património financeiro entre 5.000 € e 30.000 €	,366	,086	,192	4,266	,000	,687	1,456
X10 – Património financeiro entre 30.000 € e 75.000 €	,301	,123	,112	2,460	,014	,678	1,475
X11 – Património financeiro superior a 75.000 €	,597	,156	,177	3,819	,000	,650	1,539
X12 – Tem ou já teve Crédito Habitação	,166	,082	,090	2,022	,044	,698	1,432
X13 – PPR ou poupança para a reforma	,155	,079	,083	1,977	,049	,792	1,263

Fonte: Elaboração própria

Conforme se pode constatar na Tabela 11, podemos concluir que o modelo é significativo – a significância da estatística *F* é inferior a 1%, rejeitando-se, assim, a hipótese nula de que todos os coeficientes das variáveis independentes são zero –, e considerável – o R² Ajustado é de 0,289.

A evidência encontrada suporta a hipótese 1, ou seja, a idade tem um efeito estatisticamente significativo na explicação do nível de literacia financeira. Esta variável apresenta ainda, em termos absolutos, o maior coeficiente estandardizado. Não obstante, o seu contributo é

negativo, pelo que, quanto maior a idade, menor será o nível de literacia financeira ($b = -0,203$; $p\text{-value} < 1\%$).

O género é determinante, validando-se, assim, a hipótese 2, pelo que ser do género masculino tem um efeito positivo e estatisticamente significativo no nível de literacia financeira ($b = 0,156$; $p\text{-value} < 1\%$). Esta evidência vai ao encontro do que se encontra reflectido na literatura, de que o género masculino apresenta uma grau maior de literacia financeira (Lusardi *et al.*, 2010; Lusardi e Tufano, 2008; Atkinson *et al.*, 2006; Worthington, 2006; Henriques, 2010; entre outros).

Ter formação superior, ou seja, ter mais de 12 anos de escolaridade tem um impacto positivo e estatisticamente significativo na literacia financeira, tal como formulado na hipótese 3 ($b = 0,179$; $p\text{-value} < 1\%$). Esta evidência encontra-se também reflectida na literatura (Monticone, 2010; Worthington, 2006; entre outros).

Para a verificação da Hipótese 4, nomeadamente, de que a categoria profissional é determinante para explicar o nível de literacia financeira, foram consideradas 3 variáveis binárias, que agruparam várias categorias profissionais. Assim, da Tabela 12 – Coeficientes estimados, verifica-se que ser Trabalhador por conta própria, Técnico efectivo ou Quadro Médio tem um contributo positivo e estatisticamente significativo no nível de literacia financeira ($b = 0,122$; $p\text{-value} = 1\%$). Relativamente às restantes categorias Gerente ou Quadro Superior e Operário ou Administrativo efectivos, os coeficientes são reduzidos (0,05 e -0,03), próximos de zero, não sendo, portanto, estatisticamente significativos.

A Hipótese 5 considera que o rendimento mensal está positivamente relacionado com o nível de literacia financeira. Para o efeito, foram consideradas variáveis binárias, para 2 classes de rendimento mensal (entre 1.500 € e 3.000 € e superior 3.000 €). Verifica-se que ambas as classes evidenciam um contributo positivo e estatisticamente significativo ($b = 0,139$, $p\text{-value} < 1\%$; $b = 0,181$, $p\text{-value} < 1\%$, respectivamente) e à maior classe de rendimentos está associado um maior contributo para o nível de literacia financeira. Esta evidência está em linha com a orientação de outros estudos, nos quais se verificou que a rendimentos superiores está associado um maior nível de literacia financeira (Worthington, 2006 ; entre outros).

O segundo maior beta ($b = 0,192$, $p\text{-value} < 1\%$) está associado à variável X_9 – Património Financeiro entre 5.000 € e 3.000 €. As restantes variáveis relacionadas com o património financeiro também revelam um contributo positivo e estatisticamente significativo ($b = 0,112$, $p\text{-value} < 5\%$; $b = 0,177$, $p\text{-value} < 1\%$, respectivamente, para o património financeiro correspondido entre 30.000 € e 75.000 € e superior a 35.000 €). Esta evidência confirma a Hipótese 6 de que o património financeiro está positivamente relacionado com o nível de literacia financeira, de igual modo que Monticone (2010) verificou que a riqueza financeira tem uma influência positiva ainda que não significativa no nível de literacia financeira.

Os resultados obtidos validam que ter ou já ter tido crédito habitação contribui positivamente e é estatisticamente significativo ($b = 0,09$, $p\text{-value} < 5\%$) para o nível de literacia financeira. Este resultado, juntamente com os dados recolhidos, anteriormente, confirmam a hipótese 7 de que esta experiência financeira é determinante para explicar o nível de literacia financeira.

Por fim, verifica-se ainda que possuir uma poupança para a reforma tem um impacto positivo e estatisticamente significativo ($b = 0,083$, $p\text{-value} < 5\%$) no nível de literacia financeira, confirmando, assim, a hipótese 9.

3.5.2. Validação dos pressupostos do modelo de regressão linear

Linearidade entre Y e X_i e homocedasticidade dos resíduos

Para a aceitação do modelo de regressão linear múltipla é necessário existir uma relação linear entre a variável dependente (Y) e as variáveis independentes (X_i). Outro pressuposto é que as variâncias dos resíduos têm de ser homogêneas (homocedasticidade dos resíduos).

Através da análise do diagrama de dispersão - Gráfico 8, em anexo, pág. 105 – na qual os resíduos estandardizados estão representados graficamente em função dos valores estimados estandardizados da literacia financeira (Y), verifica-se a distribuição aleatória dos resíduos (o que valida o pressuposto de relação linear entre a variável dependente e as variáveis independentes), assim como que a variabilidade dos erros é constante e em torno de zero (validando assim o pressuposto da homocedasticidade dos resíduos).

Valor esperado (média) dos resíduos é zero

Pela análise da Tabela 27, em anexo, na página 106, verifica-se que a média dos resíduos é zero, pelo que este pressuposto se encontra validado.

Distribuição normal dos resíduos (com média nula e variância constante)

Este pressuposto pode ser validado pela análise do Gráfico 9, em anexo, na página 106, no qual se verifica que os erros estandardizados tendem a seguir uma distribuição normal e do Gráfico 10, em anexo, na página 107, verificando-se que os resíduos se distribuem mais ou menos pela diagonal principal²⁷.

Este pressuposto também se pode verificar, empiricamente, através da realização do Teste de Kolmogorov-Smirnov. Conforme se pode constatar, em anexo, na Tabela 28, pág. 107, verifica-se que os resíduos seguem uma distribuição normal ($KS_{510} = 1,012$; $p\text{-value} = 0,257$).

Independência de resíduos

Para testar o pressuposto da independência dos resíduos, ou seja, a ausência de autocorrelação entre resíduos, utiliza-se a estatística de Durbin-Watson. Segundo Maroco (2007), de uma forma mais ou menos empírica, não se rejeita a Hipótese nula (H_0 : Os resíduos não são autocorrelacionados) se a estatística d se aproximar de 2 (+/- 0,2). Conforme se pode verificar na Tabela 11 – Sumário do Modelo, o valor obtido da estatística de Durbin-Watson (1,8) cumpre o critério para que se encontre verificado o pressuposto de ausência de autocorrelação de resíduos.

Ausência de multicolinearidade das variáveis independentes

Por fim, o modelo de regressão linear múltipla assume que as variáveis independentes não estão fortemente correlacionadas, ou seja, assume a ausência de multicolinearidade. Ainda que não exista um valor limite para que se possa afirmar da existência de colinearidade entre variáveis independentes, um coeficiente de correlação superior a 0,75 conduz geralmente a

²⁷ Neste gráfico, o eixo das abcissas representa a probabilidade observada acumulada dos resíduos e nos eixos das ordenadas a probabilidade que se observaria se os resíduos possuísem distribuição normal. Se os resíduos possuírem distribuição normal, então os valores representados distribuem-se próximo da diagonal principal (Maroco, 2007).

problemas de multicolinearidade (Maroco, 2007), o que dificulta o apuramento do contributo de cada variável para a explicação da variável independente. Analisando a Tabela 29 – Matriz de correlação bivariadas entre as variáveis independentes –, em anexo, pág. 108, verifica-se que a maior correlação existente é entre a variável idade (X_1) e ter ou já ter tido crédito habitação (X_{12}), mas o seu valor é de 0,47 (sendo, portanto, inferior a 0,75). A maior parte das correlações é muito fraca (coeficiente de correlação inferior a 0,15).

Não obstante, a análise à matriz de correlação linear pode não ser suficiente, dado que não existe garantia que a associação linear entre mais de duas variáveis se reflecta nos coeficientes de correlação bivariados. Deste modo, outros indicadores frequentemente utilizados para a análise de multicolinearidade são a Tolerância e o VIF. Tolerâncias inferiores a 0,10 ou VIF superiores a 10 podem traduzir problemas de multicolinearidade. Conforme se pode constatar na Tabela 12 – Coeficientes estimados, verifica-se que o menor valor registado para Tolerância é de 0,621 e o maior valor VIF registado é de 1,609, inferindo-se, assim, a ausência de multicolinearidade.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho acolhe o tema da literacia financeira.

Da pesquisa efectuada verificou-se que não existe uma definição universalmente aceite para literacia financeira, assim como a forma como tem sido medida tem sido objecto de variadas estratégias.

Não obstante, consenso existe quando se debate a importância da literacia financeira. Como tivemos oportunidade de referir, numa época em que proliferam variados produtos financeiros, quer de recursos, quer de crédito, com crescente grau de complexidade, a par de possíveis adversidades pessoais ou profissionais, é fundamental que indivíduos e famílias tenham mecanismos que lhes possibilitem tomar decisões conscientes e informadas. Na literatura, várias são as razões que justificam a importância da literacia financeira, destacando-se a prevenção de burlas e práticas abusivas, a evitação de pagamento de encargos excessivos, a precaução do declínio social que pode determinar o aumento das despesas públicas, a promoção de maior eficiência, transparência e concorrência dos mercados financeiros e, até mesmo, a evitação de crises.

E para dotar as pessoas de ferramentas é necessária a formação ou educação financeira. Vários autores entendem que a educação financeira deve-se iniciar o mais cedo possível e que deve ser um processo contínuo e não apenas um evento isolado. Em Portugal, tem-se assistido ao crescimento de acções e programas de educação financeira, mas não existem mecanismos transversais para avaliação destes programas e só recentemente foi delineado um programa nacional de educação financeira.

No presente trabalho definiu-se a literacia financeira como o nível de conhecimento financeiro que se repercute no comportamento financeiro que visa o bem-estar financeiro, consciente das adversidades que poderão alterar as condições económicas. Pretendeu medir-se a mesma através de um inquérito, o qual incluía, 13 questões que enquadravam as temáticas de conhecimento financeiro básico, poupança e investimento, crédito e crédito habitação.

As primeiras três questões, relativamente a conhecimento financeiro básico foram adaptadas da investigação preconizada por Lusardi e Mitchell (2005) e, posteriormente, incluídas num inquérito alemão de 2007, analisado por Pahnke e Honekamp (2010). Verificou-se um número elevado (59,4%) de inquiridos que respondeu correctamente às três primeiras questões, distanciando-se dos 34,3% registados no estudo americano, mas próximo dos 54,66% revelados pelo estudo alemão.

As questões relacionadas com o crédito e o crédito habitação foram aquelas que tiveram menor percentagem de resposta correcta, tendo-se constatado que grande parte dos inquiridos não entende o valor temporal do dinheiro e subestima a taxa de juro de um empréstimo com plano de pagamentos. Verificou-se ainda que apenas 35% da amostra final de 510 inquiridos está ciente do valor de uma poupança de juros que poderá beneficiar ao optar por um crédito habitação com um prazo menor. Também apenas um número reduzido de inquiridos (27%) compreendeu que o pagar somente juros não reduz o montante em dívida.

As questões sobre conhecimento e experiências financeiras foram objecto de pontuação, tendo sido obtidas 44 cotações do índice, compreendido numa escala de 0 a 5, com uma casa decimal, resultando uma cotação média insuficiente, de 2,4. Constatou-se ainda que 16,3% revelam uma total ausência de conhecimentos e competências na gestão de finanças pessoais (Índice $\leq 1,4$). Apenas 13,9% apresentam um bom nível de literacia financeira (Índice $\geq 3,5$). Não obstante, será de admitir que estes valores estejam empolados, uma vez que 73,7% da amostra tinha um curso superior; Aqueles que têm até 12 anos de escolaridade apresentam um valor médio de literacia financeira de 1,9.

O nível individual de literacia financeira foi confrontado com a respectiva auto-avaliação, verificando-se que 60,2% dos inquiridos sobrestima, em pelo menos um nível, os seus conhecimentos e competências financeiras, sendo que 22,0% sobrestima em dois níveis.

E se, de um modo geral, os conhecimentos e as competências se encontram sobrestimadas, muito provavelmente, essa sobrestima tem dispensado os clientes bancários na procura de apoio às tomadas de decisão, não se conseguindo evitar, assim, potenciais desagradáveis surpresas que poderão vir a ter no futuro.

A literatura neste domínio aponta o género, a idade, a capacidade cognitiva, o nível de escolaridade, o emprego e a profissão, os rendimentos, a riqueza e a experiência e conhecimento de produtos financeiros como os factores mais comuns que influenciam o nível de literacia financeira.

Confirmando as indicações presentes na revisão da literatura, no que respeita a factores sociodemográficos, obteve-se o seguinte perfil daqueles que apresentam maior nível de literacia financeira: ser do género masculino; com formação superior; com rendimentos mensais superiores a 1.500 €; com património financeiro acima de 5.000 €; ser trabalhador por conta própria ou técnico efectivo ou Quadro superior ou médio; assim como, ter uma poupança para a reforma; e ainda aqueles que têm ou já tiveram crédito habitação.

Como sabido, o crédito habitação tem constituído a principal fonte de financiamento das famílias e o modelo de aquisição da habitação tem-se processado através do recurso a crédito, por prazos longos. Em média, nos últimos dois anos, o prazo destas operações tem sido superior a 36 anos²⁸. Logo, a decisão de contrair um crédito habitação tem, assim, implicações a longo prazo. Não obstante se ter verificado que quem contraiu crédito habitação apresenta um maior índice de literacia financeira e que a larga maioria dispõe, em certa medida, de uma poupança para imprevistos, é surpreendente que se tenha verificado que apenas 4,9% do grupo de inquiridos que possui ou já possuiu crédito habitação respondeu acertadamente a todas as sete questões relacionadas com crédito habitação e que 27,8% daqueles que têm responsabilidades de crédito superiores a 50.000€ apresentam um património financeiro inferior a 5.000 €. De referir ainda que o nível de 2,6 de literacia financeira daqueles que possuem ou já possuíram crédito habitação contrasta, significativamente, com os 2,2 de quem nunca contraiu este produto. Desconhece-se se esse nível foi adquirido com a utilização do produto e não previamente à tomada de decisão.

Não se trata de amedrontar actuais e potenciais devedores, mas, no passado, “a penalização pelo incumprimento de um empréstimo era severa: o credor poderia até tomar como escravo um dos filhos do devedor” (Levitt e Dubner, 2010: 161). Contudo, ainda que esta situação não possa ocorrer nos dias de hoje, é necessário dotar os contraentes de crédito de ferramentas que lhes permitam tomar as opções correctas, e de conhecimento para que estejam cientes de

²⁸ Dado fornecido por uma instituição de crédito nacional.

todos os riscos que poderão vir a incorrer, em caso de incumprimento no pagamento de prestações e, desta forma, não hipotecar a sua vida, nem a dos seus filhos.

Assim, à semelhança do que ocorre noutros países, seria importante, após avaliação do respectivo conhecimento, por exemplo, ministrar acções de formação financeira aos potenciais proponentes de crédito habitação, enfocando:

- A importância do orçamento familiar e do respectivo controlo com registo regular das despesas e do rendimento, uma vez que sem os mesmos não é possível apurar o nível de despesas e sem estas não é possível determinar a “almofada” que poderá apoiar em situações adversas;
- A necessidade de, previamente à contratação do crédito habitação, existir uma poupança que suporte entre 6 a 12 meses de prestações mensais e/ou a consideração como uma prestação obrigatória de entrega mensal de determinada quantia para constituir aquela poupança para situações adversas;
- Que nunca se deverá recorrer a crédito para suportar os encargos mensais com outros créditos, daí também a necessidade da tal “almofada”, dado que esta situação poderá iniciar uma espiral de endividamento;
- Alguns contornos jurídicos, nomeadamente, em circunstâncias de divórcio ou quando existem fiadores, nos quais as alterações no financiamento não são “automáticas” e carecem sempre do consentimento do credor;
- Consequências no caso de entrar em incumprimento.

Seria interessante ponderar também que, nos primeiros seis meses após a obtenção do primeiro emprego, as entidades patronais, no âmbito do seu programa obrigatório de formação, promovessem acções de formação financeira, pois conforme referiu a Duguay (2006) não é por uma pessoa ter um ordenado, um crédito habitação e um cartão de crédito que consegue gerir as suas finanças pessoais.

Também poderia ser considerada a distribuição aos proponentes titulares de um cartão de crédito, como anexo à ficha de informação normalizada²⁹, uma brochura com simulações e informação que transmitissem:

- O montante total de juros pagos e o número de anos que demoraria a pagar a dívida, para cada opção de pagamento, enfatizando, o contraste entre o pagamento mínimo e a opção a 100%;
- Os encargos que podem incorrer em caso de não pagamento na prestação na data de vencimento acordada.

Não se deverá colocar também de parte a hipótese de formação financeira para empresários, gestores e/ou directores, com ênfase nas particularidades de produtos financeiros direccionados para empresas, assim como, sobre as garantias pessoais dadas por aqueles para a obtenção de crédito.

Por outro lado, para garantir maior protecção aos investidores, em 2007, foi publicada uma Directiva Comunitária – Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros – que determina que os intermediários financeiros classifiquem os investidores em três categorias, para que aqueles com menores conhecimentos e experiência gozem de maior protecção. Deste modo, para proceder àquela classificação os intermediários têm de realizar um questionário. Ora, no mesmo sentido, propõem-se que fosse estudado o impacto da introdução de um questionário, previamente à formalização de um crédito, por forma a avaliar os conhecimentos e competências financeiras dos proponentes mutuários e se estes asseguram uma decisão informada sobre o produto creditício pretendido.

É de todo fundamental reforçar os conhecimentos e as capacidades financeiras dos indivíduos e famílias, para que a aprendizagem não seja por tentativa erro, o qual, muitas vezes, pode ser irreversível.

²⁹ A Ficha de Informação Normalizada é um documento padronizado que as instituições devem disponibilizar aos clientes previamente à celebração de um crédito ou à constituição de uma aplicação/depósito (Banco de Portugal, 2011b).

5. BIBLIOGRAFIA

Almeida, A. (2010), Educação Financeira: Para quê? A quem compete?, 2.^a Conferência Internacional de Educação Financeira, 28 de Setembro de 2010, <http://pmate2.ua.pt/conferencias/edufin2010/images/Communications/ajulioalmeida.pdf>, acessido em 12 de Fevereiro de 2011.

Atkinson, A., S. McKay, E. Kempson e S. Collard (2006), *Levels of Financial Capability in the UK - Results of a baseline survey*, Financial Services Authority.

Australian Securities and Investments Commission (ASIC) (2003), *Financial Literacy in Schools*, Junho de 2003.

Banco Best, eBudget, https://www.bancobest.pt/ptg/BESTSite/best_microsite/app_iphone/index.html, acessido em 30 de Setembro de 2011.

Banco Espírito Santo (BES), Programa de literacia financeira, <http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?plg=8BEA09E0-E3EC-44E9-AAAA-41B6B6A32FD5>, acessido em 11 de Fevereiro de 2011.

Banco de Portugal (2010a), Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, Síntese de resultados, <http://clientebancario.bportugal.pt/pt-PT/Noticias/Documents/Síntese%20dos%20resultados%20do%20Inquérito%20à%20Literacia%20Financeira.pdf>, acessido em 28 de Janeiro de 2011.

Banco de Portugal, (2010b), Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, Apresentação dos principais resultados, <http://clientebancario.bportugal.pt/pt-PT/Noticias/Documents/Apresentação%20dos%20principais%20resultados%20do%20Inquérito%20à%20Literacia%20Financeira.pdf>, acessido em 28 de Janeiro de 2011.

Banco de Portugal (2011a), Boletim Estatístico – Fevereiro de 2011, http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/BEAnteriores/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/8/BE2011_02.pdf, acessido em 14 de Junho de 2011.

Banco de Portugal (2011b), Ficha de informação normalizada, <http://clientebancario.bportugal.pt/PT-PT/PRODUTOSBANCARIOS/CREDITOCONSUMIDORES/Paginas/FINcreditoconsumidores.aspx>.

Barclays (2008), Contas à vida – Lidar com o dinheiro sem surpresas, http://www.barclays.pt/banco/sala_imprensa/press_releases/2008/contas_vida_lisboa.pdf, acessido em 08 de Fevereiro de 2011.

Bayer, P.J., B.D. Bernheim e J.K. Scholz (2009) The effects of financial education in the workplace - Evidence from a survey of employers, *Economic Inquiry* 47, n.º 4, 605-624.

Behrman, J., O. Mitchell, C. Soo e D. Bravo (2010), Financial literacy, schooling and wealth accumulation, *Working Paper*, Population Aging Research Center, University of Pennsylvania.

Bernheim, B. e D. Garrett (1996), The determinants and consequences of financial education in the workplace: Evidence from a survey of households, *NBER Working Paper* n.º 5667.

Bernheim, B., D. Garrett e D. Maki (1997), Education and saving: The long-term effects on high school financial curriculum mandates, *Journal of Public Economics* 80(3), 435-465.

Borja-Santos, R. (2011), PISA vai passar a testar a literacia financeira dos alunos, *Publico*, 23 de Fevereiro.

Braunstein, S. e C. Welch (2002), Financial Literacy - An Overview of Practice, Research and Policy, *Federal Reserve Bulletin*, Novembro 2002, 445-457.

Brown, S. e K. Taylor (2005), Household debt and financial assets: Evidence from Great Britain, Germany and the United States, *Working Paper*, University of Leicester.

Carrilho, P. (2010), *O seu primeiro milhão*, 7.ª edição, Lua de Papel.

Chiavenato, I. (1983), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 3.ª Edição, McGraw-Hill, São Paulo.

Cole, S., T. Sampson e B. Zia (2009), Prices or knowledge? What drives demand for financial services in emerging markets, *Working Paper*, Harvard Business School.

Comissão das Comunidades Europeias (2001), Livro verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf, acedido em 08 de Fevereiro de 2011.

Comissão Europeia (2007), Comunicação da Comissão Europeia sobre educação financeira, Communication COM(2007)808, 18 de Dezembro de 2007, http://ec.europa.eu/internal_market/finservices-retail/docs/capability/communication_pt.pdf, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) (2009), O perfil do investidor particular português, <http://www.cmvm.pt/CMVM/Estudos/Em%20Arquivo/Pages/O%20Perfil%20do%20Investidor%20Particular%20Português.aspx>, acedido em 17 de Janeiro de 2011.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) (2010), Reunião do CNSF de 10 de Maio de 2010, http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/ConselhoNacionalSupervisoresFinanceiros/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/40/reuniao_CNSF20100510.pdf, acessido em 12 de Fevereiro de 2011.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) (2011), Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), <http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/PNFF/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Plano%20Nacional%20de%20Formação%20Financeira.pdf>, acessido em 17 de Setembro de 2011.

Costa, C. (2010), Discurso de tomada de posse do Governador do Banco de Portugal, 7 de Junho de 2010, <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Paginas/intervpub20100607.aspx>, acessido em 12 de Janeiro de 2011.

Crough, G. (2007), Consumer and financial Literacy, *Curriculum Leadership* 5(25), http://www.curriculum.edu.au/leader/consumer_and_financial_literacy,20254.html?issueID=10883, acessido em 12 de Fevereiro de 2011.

Duguay, D. (2006), The asset test: Should financial education form part of standard school curricula, alongside history or mathematics, *OECD Observer* 255, Maio de 2006, http://www.oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/1908/The_asset_test.html, acessido em 12 de Fevereiro de 2011.

Educação Mais Financeira, Projecto Educação +, <https://www.facebook.com/pages/Educa%C3%A7%C3%A3o-115292405191599#!/pages/Educa%C3%A7%C3%A3o-115292405191599?sk=info>, acessido em 30 de Setembro de 2011.

Emmons, W. (2005), Consumer-finance myths and other obstacles to financial literacy, *Supervisory Policy Analysis Working Paper*, Federal Reserve Bank of St. Louis.

Exchange-Rates.org, Taxas de Câmbio em 31-12-2008, <http://pt.exchange-rates.org/HistoricalRates/P/EUR/31-12-2008>, acessido em 14 de Junho de 2011.

Fonseca, R., K. Mullen, G. Zamarro e J. Zissimopoulos (2010), What explains the gender gap in financial literacy? The role of household decision-Making, *Working paper*, RAND.

Fox, J., S. Bartholomae e J. Lee (2005), Building the case for financial education, *Journal of Consumers affairs* 2005 39(1), 195-214.

Fundação Francisco Manuel dos Santos (2011), Retrato de Portugal, Pordata – indicadores de 2009, 31 de Março de 2011, http://www.retrato-de-portugal.com/pdf/pordata_retratodeportugal.pdf, acessido em 14 de Junho de 2011.

Gnan, E., M. Silgoner e B. Weber (2007), Economic and financial education: Concepts, goals and measurement, *Monetary Policy & the Economy* Q3, 28-49.

Greenspan, A. (2003), *Financial Education*, Remarks, 33rd Annual Legislative Conference of the Congressional Black Caucus, Washington D.C., 26 de Setembro de 2003, <http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2003/20030926/default.htm>, acessado em 28 de Janeiro de 2011.

Guiso, L. e T. Jappelli (2008), Financial literacy and portfolio diversification, *Working Paper*, European University Institute.

Habschick, M., B. Seidl e J. Evers (2007), *Survey of financial literacy schemes in the EU27*, Financial Services Evers & Young, Hamburg, http://ec.europa.eu/internal_market/finservices-retail/docs/capability/report_survey_en.pdf, acessado em 15 de Setembro de 2009.

Henriques, S. (2010), *Aspectos da literacia financeira dos portugueses: um estudo empírico*. Tese de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade de Aveiro.

Hilgert, M., J. Hogarth e S. Beverley (2003). Household financial management: The connection between knowledge and behavior, *Federal Reserve Bulletin July 2003*, 309-322.

Hirad, A. e P. Zorn (2001), A little knowledge is a good thing: Empirical evidence of the effectiveness of pre-purchase homeownership counseling, *Freddie Mac*, http://www.federalreserve.gov/communityaffairs/national/CA_Conf_SusCommDev/pdf/zornpeter.pdf, acessado em 05 de Fevereiro de 2011.

Hung, A.A., M.P. Parker e J.K. Yoong (2009), Defining and measuring financial literacy, *Working Paper*, RAND Corporation.

Huston, S. (2010), Measuring Financial Literacy, *The Journal of Consumer Affairs* 44, 296-316.

Instituto Nacional de Estatística (2011a), Censos – Resultados preliminares – 2011, 30 de Junho de 2011, http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122103956&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554, acessado em 21 de Setembro de 2011.

Instituto Nacional de Estatística (2011b), Estimativas de População Residente, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios – 2010, 07 de Junho de 2011, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=83328022&DESTAQUESmodo=2, acessado em 14 de Junho de 2011.

Instituto Nacional de Estatística (2011c), Estatísticas do emprego – 2.º trimestre de 2011, 17 de Agosto de 2011, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107450504&DESTAQUESmodo=2, acessado em 21 de Setembro de 2011.

Jappelli, T. (2010), Economic literacy: An international comparison, *The Economic Journal* 120, 429-451.

Kempson, E., S. Collard e N. Moore (2005), *Measuring financial capability: An exploratory study*, Financial Services Authority.

Kuzina, O. (2010), The level of financial literacy of Russians: Before and during the crisis of 2008-2009, *Working Paper*, The state university - Higher School of Economics, Moscovo.

Leitão, L. e S. Narciso (2010), Mercados bancários a retalho: A importância da informação e formação financeira, 2.^a Conferência Internacional de Educação Financeira, 28 de Setembro de 2010, <http://pmate2.ua.pt/conferencias/edufin2010/images/Communications/bancoportugal.pdf>, acedido em 12 de Fevereiro de 2011.

Levitt, S. e S. Dubner (2010), *Superfreakonomics*. Editorial Presença.

Lima, P. (2009), Life - literacia financeira, da escola para a vida, 1.^a Conferência Internacional de Educação Financeira, 6 de Novembro de 2009, <http://pmate2.ua.pt/conferencias/edufin2009/images/PDFs/res-paulolima.pdf>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

Lusardi, A. (2008), Financial literacy: An essential tool for informed consumer choice?, *Working Paper*, Joint Center for Housing Studies, Harvard University.

Lusardi, A. e O. Mitchell (2005), Financial literacy and planning: Implications for retirement wellbeing, *Working Paper*, Center for Research on Pensions and Welfare Policies.

Lusardi, A. e O. Mitchell (2007a), Baby boomer retirement security: The roles of planning, financial literacy, and housing wealth, *Journal of Monetary Economics* 54(1), 205-224.

Lusardi, A. e O. Mitchell (2007b), Financial literacy and retirement planning: New evidence from the Rand American Life Panel, *Working Paper*, University of Michigan, Michigan Retirement Research Center.

Lusardi, A. e O. Mitchell (2007c), Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education, *Business Economics* 42, 35-44.

Lusardi, A. e O. Mitchell (2009), How ordinary consumers make complex economic decisions - Financial literacy and retirement readiness, *Working Paper*, Center for Research on Pensions and Welfare Policies.

Lusardi, A. e O. Mitchell (2010), The Outlook for Financial Literacy, *Working Paper*, Pension Research Council, The Wharton School, University of Pennsylvania.

Lusardi, A., O. Mitchell e V. Curto (2010), Financial literacy among the young, *The Journal of Consumer Affairs* 44, 358-380.

- Lusardi, A. e P. Tufano (2008), Debt literacy, financial experiences and overindebtedness, *Working Paper*, Dartmouth College.
- Machado, H. (2011), *A literacia financeira da população escolar em Portugal – Estudo aplicado a alunos do ensino secundário da região de Lisboa*. Tese de Mestrado em Economia e Políticas Públicas 2008/2010, ISEG.
- Madeira, C. (2010), Alunos do ensino básico vão receber Educação Financeira, *Diário Económico*, 19 de Julho.
- Mandell, L. (2007), Financial literacy of high schools students, *Handbook of Consumer Finance Research*, editado por J.J. Xiao, New York: Springer, 163-183.
- Maroco, J. (2007), *Análise Estatística com a utilização do SPSS*. 3ª Ed. Sílabo, Lisboa.
- Marques, M., V. Neves, C. Frade, F. Lobo, P. Pinto e C. Cruz (2000), *O Endividamento dos Consumidores*, Livraria Almedina.
- Marques, M. e C. Frade (2003), Uma sociedade aberta ao crédito, *Sub Judice* 24, 27-34.
- Mediador do Crédito (2010), Informação sobre produtos, institutos e conceitos relacionados com o crédito, http://www.mediadordocredito.pt/SiteCollectionDocuments/literacia_financeira.pdf, acedido em 10 de Fevereiro de 2011.
- Mendes, V. e M. Abreu (2006), Cultura financeira dos investidores e diversificação de carteiras, *DE working Papers 11/2006/DE/CISEP*, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Mimbs-Johnson, C. e A. Lewis (2009), Consumer economics and family resources: Importance of financial literacy, *Journal of Family Consumer Sciences Education* 27, 1-12.
- Ministério da Educação (2011a), “Educação Financeira – Estratégia de Intervenção no Sistema Educativo”, http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/Ministerios/MEd/Notas/Pages/20110530_ME_Com_Educacao_Financeira.aspx, acedido em 11 de Setembro de 2011.
- Ministério da Educação (2011b), O Pisa, <http://www.gave.min-edu.pt/np3/157.html>, acedido em 11 de Setembro de 2011.
- Ministro de Estado e das Finanças (2009), Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças na tomada de posse do Sr. Dr. Amaral Tomaz como Mediador do Crédito, 15 de Julho de 2009, http://www.min-financas.pt/discursos/int_MF_20090715.pdf, acedido em 28 de Janeiro de 2011. http://www.min-financas.pt/discursos/int_MF_20090715.pdf.

Montepio, Programa de educação financeira, http://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/institucional/responsabilidade-social/educacao-financeira.page?, acessido em 12 de Fevereiro de 2011.

Monticone, C. (2010), How much does wealth matter in the acquisition of financial literacy, *The Journal of Consumer Affairs* 44, 403-422.

National Foundation for Credit Counseling (2010), The 2010 consumer financial literacy survey final report, Abril de 2010, <http://www.nfcc.org/newsroom/FinancialLiteracy/files2010/2010ConsumerFinancialLiteracySurveyFinalReport.pdf>, acessido em 08 de Janeiro de 2011.

OJE (2010a), ASFAC lança acções de literacia financeira, *OJE*, 13 de Abril.

OJE (2010b), Cetelem vai às escolas promover educação financeira, *OJE*, 9 de Novembro.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2005), *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*, Paris.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2009), Financial literacy and consumer protection: Overlooked aspects of the crisis, OECD recommendation on good practices on financial education and awareness relating to credit, Junho de 2009, <http://www.oecd.org/dataoecd/32/3/43138294.pdf>, acessido em 28 de Janeiro de 2011.

Pahnke, L. e I. Honekamp (2010), Different effects of financial literacy and financial education in Germany, Working Paper, University of Bamberg.

President's Advisory Council on Financial Literacy (PACFL) (2008). 2008 Annual report to the President, http://www.jumpstart.org/assets/files/PACFL_ANNUAL_REPORT_1-16-09.pdf, acessido em 02 de Dezembro de 2010.

Ramos, S. (2009), Construir um futuro com saldo positivo, 1.^a Conferência Internacional de Educação Financeira, <http://pmate2.ua.pt/conferencias/edufin2009/images/PDFs/apres-sararamos-cgd.pdf>, acessido em 08 de Fevereiro de 2011.

Remund, D.L. (2010), Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy, *Journal of Consumer Affairs* 44, 276-295.

Rooij, M., A. Lusardi e R. Alessie (2007), Financial literacy and stock market participation, *Working Paper*, Michigan Retirement Research Center, University of Michigan.

Rutledge, S.L. (2010), Consumer protection and financial literacy - Lessons from nine countries, *Policy Research Working Paper*, The World Bank.

Savoia, J., A. Saito e F. Santana (2007), Paradigmas da educação financeira no Brasil, *Revista de Administração Pública* 41, n.º 6, 1121-1141, Rio de Janeiro.

Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Portal E-gerir, <http://microsites.juventude.gov.pt/Portal/e-gerir/>, acedido em 30 de Setembro de 2011.

Stango, V. e J. Zinman (2007), Fuzzy math and red ink: When the opportunity cost of consumption is not what it seems, *Working Paper*, Dartmouth College.

Visa (2008), Most Parents Talk to Their Kids About Using Money Wisely, Agosto de 2008, <http://corporate.visa.com/media-center/press-releases/press821.jsp>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

Volpe, R. e K. Mumaw (2010), Financial literacy and the subprime mortgage crisis, *Journal of Business and Accounting* 2(1), 17-31.

Worthington, A.C. (2006), Predicting financial literacy in Australia, *Financial Services Review* 15, 59-79.

Zapera.com A/S (2008), Market research study on financial literacy with 18-19 year-olds and their parents in Denmark, Finland, Northern Ireland, Norway, Republic of Ireland and Sweden, <http://www.danskebank.com/da-dk/om-os/Nyhedsarkiv/Documents/Market%20Research%20Study%20on%20Financial%20Literacy.pdf>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

6. ANEXOS

6.1. ANEXO I – CITAÇÕES DIRECTAS (ORIGINAIS) DE LITERACIA FINANCEIRA

National Foundation for Education Research (NFER)

“The ability to make informed judgments and to take effective decisions regarding the use and management of money” (Worthington, 2006: 62)

Comissão Europeia

“The capability of consumers and small business owners to understand retail financial products with a view to making informed financial decisions” (Habschick et al., 2007: 8).

Mandell

“The ability to evaluate the new and complex financial instruments and make informed judgments in both choice of instruments and extent of use that would be in their own best long-run interests” (Mandell, 2007: 163-164).

President’s Advisory Council for Financial Literacy (PACFL)

“The ability to use knowledge and skills to manage financial resources effectively for a lifetime of financial wellbeing” (PACFL, 2008: 4).

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

“Financial education is the process by which financial consumers/investors improve their understanding of financial products and concepts and, through information, instruction and/or objective advice, develop the skills and confidence to become more aware of financial risks and opportunities, to make informed choices, to know where to go for help, and to take other effective actions to improve their financial well-being” (OECD, 2005: 26).

Lusardi e Mitchell

“[Familiarity] with even the most basic economic concepts needed to make sensible saving and investment decisions” (Lusardi e Mitchel, 2007c: 36).

Lusardi e Tufano

“Debt literacy refers to the ability to make simple decisions regarding debt contracts, in particular how one applies basic knowledge about interest compounding, measured in the context of everyday financial choices” (Lusardi e Tufano, 2008: 1).

Emmons

“Ability to keep track of cash resources and payment obligations, knowledge of how to open an account for saving and how to apply for a loan, basic understanding of health and life insurance, ability to compare competing offers, and plan for future financial needs” (Emmons, 2005: 3).

6.2. ANEXO II – QUESTÕES PARA A MEDIÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA E DE AUTO-AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS

I. Questões sobre conhecimento financeiro

Questão de autoavaliação - Avalie de 1 a 5 o seu conhecimento e competências financeiras, onde 1 representa a total ausência de conhecimentos e competências financeiras na gestão das finanças pessoais e 5 representa um excelente domínio nesta matéria.

1 – Total ausência de conhecimentos e competências financeiras

2 – Conhecimentos e competências financeiras insatisfatórias

3 – Conhecimentos e competências financeiras satisfatórias

4 – Bons conhecimentos e competências financeiras

5 – Excelentes conhecimentos e competências financeiras

Fonte: Kuzina (2010).

Auto-avaliação	1	2	3	4	5
Respostas (%)	2,7%	18,2%	43,5%	30,2%	5,3%

Questão 1 (Q1) – Suponha que tem 100 € numa conta poupança cuja taxa de juro anual nominal é de 2%. Após 5 anos, quanto pensa que terá acumulado na referida conta poupança, se não efectuar quaisquer levantamentos intermédios nem forem cobrados quaisquer encargos?

(i) Mais de 102 € (ii) Exactamente 102 € (iii) Menos de 102 € e (iv) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Adaptado de Lusardi e Mitchell (2006).

Q1	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	82,4%	13,5%	4,1%

Questão 2 (Q2) – Considere que a taxa de juro anual na sua conta poupança era de 1% e a inflação anual prevista era de 2%. Após um ano, comparativamente com hoje, seria capaz de

(i) Comprar mais (ii) Comprar o mesmo (iii) Comprar menos (iv) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Lusardi e Mitchell (2006).

Q2	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	84,1%	10,4%	5,5%

Questão 3 (Q3)– Considera verdadeiro ou falso a seguinte frase: Comprar acções de uma só empresa proporciona um retorno mais seguro do que investir (o mesmo montante) num fundo de acções.

(i) Verdadeiro (ii) Falso (iii) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Lusardi e Mitchell (2006).

Q3	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	77,1%	3,9%	19,0%

Questão 4 (Q4) – A longo prazo, o investimento em ações pode proporcionar maior retorno comparativamente a aplicação de igual montante num depósito a prazo?

(i) Sim (ii) Não (iii) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Adaptado de Hilgert *et al.* (2003).

Q4	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	67,8%	14,3%	17,8%

II. Questões sobre Crédito e Crédito Habitação

Questão 5 (Q5) – Determinado cartão de crédito apresenta um saldo utilizado de 3.000 €. O pagamento mensal é de 30 € (sem considerar outros encargos). A uma taxa de juro anual nominal de 12% (ou 1% ao mês), quantos anos levaria para pagar a dívida?

(i) Menos de 5 anos (ii) Entre 5 a 10 anos (iii) Entre 10 a 15 anos (iv) Mais de 15 anos (v) Nunca, o valor em dívida manter-se-ia (nos 3.000 €) e (vi) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Lusardi e Tufano (2008).

Q5	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	27,1%	59,0%	13,9%

Questão 6 (Q6) – Imaginemos que adquire um electrodoméstico no valor de 1.000 €. Para pagá-lo dispõe de duas opções: (a) Pagamento mensal de 100 € durante 12 meses ao vendedor do equipamento ou (b) Pedir a um banco um empréstimo de 1.000 €, a 1 ano, a uma taxa de juro anual nominal de 20%, pagando o electrodoméstico de imediato ao vendedor e posteriormente paga ao Banco 1.200 €, numa única prestação, no final do prazo do empréstimo. Qual a melhor oferta?

(i) Opção (a) (ii) Opção (b) (iii) As duas opções são iguais (iv) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Lusardi e Tufano (2008).

Q6	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	17,1%	79,8%	3,1%

Questão 7 (Q7) – O que é a Euribor?

(i) É uma taxa de juro média dos empréstimos de uns bancos a outros bancos no mercado monetário interbancário

(ii) É a taxa definida pelo Banco Central Europeu (BCE)

(iii) É uma taxa de juro fixa associada aos créditos habitação

(iv) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Adaptado de Banco de Portugal (2010a).

Q7	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	41,0%	54,9%	4,1%

Questão 8 (Q8)– Para um crédito habitação de 120.000 €, com taxa de juro anual nominal fixa de 3%, escolher um prazo de 20 anos com prestação mensal de 665,52 € em vez de um prazo de 30 anos com prestação mensal de 505,92 € proporciona uma poupança global de juros, desde o início até ao fim do empréstimo:

(i) Inferior a 10.000 € (ii) Entre 10.000 e 20.000 € (iii) Superior a 20.000 € (iv) Não existe qualquer poupança de juros (v) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Elaboração própria

Q8	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	34,7%	40,8%	24,5%

Questão 9 (Q9) – Classifique de verdadeiro ou falso a seguinte frase: Num crédito habitação, relativo a um imóvel que se encontra hipotecado à instituição de crédito como garantia do empréstimo, **não existe** qualquer hipótese de perder a propriedade do imóvel.

(i) Verdadeiro (ii) Falso (iii) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Adaptado de Hilgert *et al.* (2003).

Q9	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	91,0%	2,7%	6,3%

Questão 10 (Q10) – Determinado casal contraiu um crédito habitação, junto de uma instituição de crédito, para aquisição de um imóvel. Classifique de verdadeiro ou falso a seguinte frase: Em caso de divórcio, a obrigação do pagamento das prestações relativamente ao crédito habitação contraído extingue-se automaticamente para o membro do casal que não ficar com a propriedade do imóvel.

(i) Verdadeiro (ii) Falso (iii) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Elaboração própria.

Q10	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	61,2%	23,7%	15,1%

Questão 11 (Q11) – Consideremos um crédito habitação, no qual intervieram dois mutuários (por exemplo, um casal) e quatro fiadores (por exemplo, os pais do referido casal). Classifique de verdadeiro ou falso a seguinte frase: Caso a totalidade da dívida se torne exigível por não pagamento das prestações por parte dos mutuários, existe a hipótese da instituição de crédito exigir a **cada um** dos fiadores o pagamento da totalidade da dívida.

(i) Verdadeiro (ii) Falso (iii) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Elaboração própria.

Q11	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	52,4%	37,8%	9,8%

Questão 12 (Q12) – Num crédito habitação foi concedida uma moratória ou um período de carência de capital, de 2 anos, proporcionando uma redução temporária da prestação mensal. A taxa de juro manteve-se inalterada entre o início da moratória e o vencimento do empréstimo. Comparativamente com o plano inicial (sem moratória), no final do empréstimo terão sido pagos:

(i) Menos juros (ii) Os mesmos juros (iii) Mais juros (iv) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Elaboração própria.

Q12	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	47,8%	33,5%	18,6%

Questão 13 (Q13) – Num crédito habitação, com um regime de taxa variável, indexado à Euribor, se esta subir, as prestações neste crédito habitação:

(i) Sobem (ii) Descem (iii) Mantêm-se iguais (iv) Considero difícil responder a esta questão

Fonte: Adaptado de Hilgert *et al.* (2003).

Q13	Correcta	Incorrecta	Considera difícil
Respostas (%)	95,7%	1,6%	2,7%

6.3. ANEXO III – TABELAS E GRÁFICOS DE APOIO À ANÁLISE

Tabela 13 – Estatística descritiva (% da Amostra Final)

		Possui ou possuiu Crédito Habitação	Nunca contraiu Crédito Habitação	Total		
Género	Masculino	25,5%	24,9%	50,4%		
	Feminino	26,5%	23,1%	49,6%		
Idade	Até aos 25 anos	1,6%	14,9%	16,5%		
	Dos 26 aos 50 anos	44,5%	28,6%	73,1%		
	Mais de 51 anos	5,9%	4,5%	10,4%		
Habilitações Literárias	Até 12 anos de escolaridade	11,8%	14,5%	26,3%		
	Bacharelato, Licenciatura ou pós-graduação	31,4%	25,3%	56,7%		
	Mestrado ou Doutoramento	8,8%	8,2%	17,1%		
Rendimentos Mensais	Sem rendimentos	0,4%	8,8%	9,2%		
	Inferior a 750 €	3,3%	10,8%	14,1%		
	Entre 750 € e 1.500 €	19,0%	18,4%	37,5%		
	Entre 1.500 € e 3.000 €	22,2%	8,4%	30,6%		
	Superior a 3.000 €	7,1%	1,6%	8,6%		
Património Financeiro	Inferior a 1.000 €	5,3%	14,7%	20,0%		
	Entre 1.000 € a 5.000 €	10,0%	12,0%	22,0%		
	Entre 5.000 € e 30.000 €	22,0%	14,7%	36,7%		
	Entre 30.000 € e 75.000 €	9,4%	3,9%	13,3%		
	Superior a 75.000 €	5,3%	2,7%	8,0%		
Responsabilidades de Crédito	Sem crédito contraído	2,4%	34,9%	37,3%		
	Inferior a 2.500 €	3,5%	6,9%	10,4%		
	Entre 2.500 € e 5.000 €	1,6%	1,2%	2,7%		
	Entre 5.000 € e 25.000 €	2,5%	3,3%	5,9%		
	Entre 25.000 € e 50.000 €	5,3%	1,6%	6,9%		
	Entre 50.000 a 100.000 €	12,5%	-	12,5%		
Ocupação	Superior a 100.000 €	24,1%	0,2%	24,3%		
	Estudante	-	9,6%	9,6%		
	Desempregado	1,2%	3,7%	4,9%		
	Trabalhador por conta própria	3,9%	2,7%	6,7%		
	Trabalhador por conta outrem	Gerente	Efectivo	2,0%	0,4%	2,4%
			Prazo	-	-	-
			Outro	-	0,2%	0,2%
		Quadro Superior	Efectivo	9,6%	3,5%	13,1%
			Prazo	-	-	-
			Outro	-	0,4%	0,4%
		Quadro Médio	Efectivo	10,2%	4,7%	14,9%
			Prazo	-	-	-
			Outro	0,2%	-	0,2%
		Técnico	Efectivo	10,0%	5,1%	15,1%
			Prazo	3,7%	4,9%	8,6%
			Outro	0,2%	1,2%	1,4%
		Operário	Efectivo	0,6%	2,2%	2,7%
			Prazo	0,2%	0,2%	0,4%
			Outro	-	-	-
		Administrativo	Efectivo	4,1%	1,6%	5,7%
			Prazo	0,4%	1,6%	2,0%
Outro			-	-	-	
Outro	Efectivo	2,7%	1,0%	3,7%		
	Prazo	1,2%	2,0%	3,1%		
	Outro	0,4%	0,6%	1,0%		
Reformado	1,4%	1,6%	2,9%			
Outra	-	1,0%	1,0%			
Registo de Rendimentos e Despesas?	Sim	32,5%	28,2%	60,8%		
	Não	19,4%	19,8%	39,2%		
Poupança Imprevistos?	Sim	34,3%	24,3%	58,6%		
	Não	17,6%	23,7%	41,4%		
PPR?	Sim	28,6%	11,8%	40,4%		
	Não	23,3%	36,3%	59,6%		
Tem ou já teve Crédito Habitação?	Sim	52,0%	-	52,0%		
	Não	-	48,0%	48,0%		
É fiador de Crédito Habitação?	Sim	4,3%	1,0%	5,3%		
	Não	47,6%	47,1%	94,7%		

Fonte: Elaboração própria

Tabela 14 – Responsabilidades, Património e Poupança imprevistos (% da classe crédito)

	Crédito	Património Financeiro	Poupança Imprevistos?	
			Sim	Não
Possui ou possuiu Crédito Habitação	Sem crédito contraído	Inferior a 1.000 €	0,0%	8,3%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	0,0%	0,0%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	66,7%	0,0%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	16,7%	0,0%
		Superior a 75.000 €	8,3%	0,0%
	Inferior a 2.500 €	Inferior a 1.000 €	5,6%	5,6%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	0,0%	38,9%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	16,7%	16,7%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	11,1%	0,0%
		Superior a 75.000 €	5,6%	0,0%
	Entre 2.500 € e 5.000 €	Inferior a 1.000 €	12,5%	37,5%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	12,5%	0,0%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	12,5%	12,5%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	0,0%	0,0%
		Superior a 75.000 €	12,5%	0,0%
	Entre 5.000 € e 25.000 €	Inferior a 1.000 €	0,0%	15,4%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	0,0%	15,4%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	7,7%	15,4%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	15,4%	0,0%
		Superior a 75.000 €	30,8%	0,0%
	Entre 25.000 € e 50.000 €	Inferior a 1.000 €	0,0%	7,4%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	3,7%	14,8%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	22,2%	14,8%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	22,2%	3,7%
		Superior a 75.000 €	11,1%	0,0%
	Entre 50.000 a 100.000 €	Inferior a 1.000 €	0,0%	6,3%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	7,8%	10,9%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	46,9%	7,8%
Entre 30.000 € e 75.000 €		10,9%	1,6%	
Superior a 75.000 €		7,8%	0,0%	
Superior a 100.000 €	Inferior a 1.000 €	1,6%	8,1%	
	Entre 1.000 € a 5.000 €	7,3%	12,2%	
	Entre 5.000 € e 30.000 €	31,7%	7,3%	
	Entre 30.000 € e 75.000 €	19,5%	2,4%	
	Superior a 75.000 €	7,3%	2,4%	
Nunca contraiu Crédito Habitação	Sem crédito contraído	Inferior a 1.000 €	3,4%	25,8%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	11,2%	13,5%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	25,8%	5,1%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	7,9%	1,1%
		Superior a 75.000 €	5,6%	0,6%
	Inferior a 2.500 €	Inferior a 1.000 €	5,7%	20,0%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	2,9%	14,3%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	31,4%	8,6%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	11,4%	0,0%
		Superior a 75.000 €	2,9%	2,9%
	Entre 2.500 € e 5.000 €	Inferior a 1.000 €	0,0%	50,0%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	0,0%	16,7%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	33,3%	0,0%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	0,0%	0,0%
		Superior a 75.000 €	0,0%	0,0%
	Entre 5.000 € e 25.000 €	Inferior a 1.000 €	0,0%	41,2%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	11,8%	23,5%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	11,8%	5,9%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	0,0%	0,0%
		Superior a 75.000 €	5,9%	0,0%
	Entre 25.000 € e 50.000 €	Inferior a 1.000 €	12,5%	25,0%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	12,5%	37,5%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	0,0%	12,5%
		Entre 30.000 € e 75.000 €	0,0%	0,0%
		Superior a 75.000 €	0,0%	0,0%
	Entre 50.000 a 100.000 €	Inferior a 1.000 €	0,0%	0,0%
		Entre 1.000 € a 5.000 €	0,0%	0,0%
		Entre 5.000 € e 30.000 €	0,0%	0,0%
Entre 30.000 € e 75.000 €		0,0%	0,0%	
Superior a 75.000 €		0,0%	0,0%	
Superior a 100.000 €	Inferior a 1.000 €	0,0%	100,0%	
	Entre 1.000 € a 5.000 €	0,0%	0,0%	
	Entre 5.000 € e 30.000 €	0,0%	0,0%	
	Entre 30.000 € e 75.000 €	0,0%	0,0%	
	Superior a 75.000 €	0,0%	0,0%	

Fonte: Elaboração própria

Tabela 15 – Responsabilidades, Orçamento Familiar e PPR (% da classe crédito)

	Crédito	Registo de Rendimentos e Despesas?		PPR?	
		Sim	Não	Sim	Não
Possui ou possuiu Crédito Habitação	Sem crédito contraído	67%	33%	58%	42%
	Inferior a 2.500 €	44%	56%	56%	44%
	Entre 2.500 € e 5.000 €	38%	63%	38%	63%
	Entre 5.000 € e 25.000 €	69%	31%	38%	62%
	Entre 25.000 € e 50.000 €	78%	22%	52%	48%
	Entre 50.000 a 100.000 €	67%	33%	45%	55%
	Superior a 100.000 €	60%	40%	63%	37%
Nunca contraiu Crédito Habitação	Sem crédito contraído	55%	45%	21%	79%
	Inferior a 2.500 €	69%	31%	31%	69%
	Entre 2.500 € e 5.000 €	50%	50%	33%	67%
	Entre 5.000 € e 25.000 €	65%	35%	47%	53%
	Entre 25.000 € e 50.000 €	100%	0%	25%	75%
	Entre 50.000 a 100.000 €	---	---	---	---
	Superior a 100.000 €	---	---	---	---

Fonte: Elaboração própria

Tabela 16 – Percentagem de respostas correctas às 13 questões (Q1 a Q13) por categoria sociodemográfica e experiência/comportamento financeiro

		Q1 correcta	Q2 correcta	Q3 correcta	Q4 correcta	Q5 correcta	Q6 correcta	Q7 correcta	Q8 correcta	Q9 correcta	Q10 correcta	Q11 correcta	Q12 correcta	Q13 correcta
Género	Masculino	81,3%	80,9%	80,9%	70,0%	31,9%	23,0%	44,4%	38,1%	89,5%	61,1%	56,0%	52,1%	96,1%
	Feminino	83,4%	87,4%	73,1%	65,6%	22,1%	11,1%	37,5%	31,2%	92,5%	61,3%	48,6%	43,5%	95,3%
Idade	Até aos 25 anos	88,1%	88,1%	75,0%	66,7%	19,0%	14,3%	52,4%	27,4%	89,3%	58,3%	46,4%	39,3%	90,5%
	Dos 26 aos 50 anos	82,6%	83,6%	79,4%	70,0%	29,5%	17,2%	40,2%	38,9%	91,4%	60,9%	53,4%	51,2%	97,3%
	Mais de 51 anos	71,7%	81,1%	64,2%	54,7%	22,6%	20,8%	28,3%	17,0%	90,6%	67,9%	54,7%	37,7%	92,5%
Habilitações Literárias	Até 12 anos de escolaridade	67,2%	65,7%	63,4%	53,0%	14,2%	11,2%	19,4%	29,1%	84,3%	62,7%	59,0%	39,6%	94,8%
	Bacharelato, Licenciatura ou pós-graduação	87,2%	91,0%	81,7%	71,6%	29,1%	15,9%	46,7%	36,0%	93,1%	61,6%	51,6%	51,6%	96,2%
	Mestrado ou Doutoramento	89,7%	89,7%	82,8%	78,2%	40,2%	29,9%	55,2%	39,1%	94,3%	57,5%	44,8%	48,3%	95,4%
Rendimentos Mensais	Sem rendimentos	78,7%	91,5%	74,5%	66,0%	12,8%	2,1%	55,3%	27,7%	66,0%	53,2%	53,2%	44,7%	95,7%
	Inferior a 750 €	77,8%	65,3%	58,3%	48,6%	9,7%	11,1%	20,8%	18,1%	80,6%	59,7%	51,4%	31,9%	88,9%
	Entre 750 € e 1.500 €	80,6%	78,5%	72,8%	64,4%	24,6%	10,5%	34,6%	36,1%	89,5%	63,4%	48,2%	45,5%	96,9%
	Entre 1.500 € e 3.000 €	84,6%	94,2%	86,5%	76,3%	36,5%	26,3%	47,4%	40,4%	96,2%	60,9%	54,5%	53,2%	96,2%
Património Financeiro	Superior a 3.000 €	93,2%	95,5%	95,5%	86,4%	47,7%	38,6%	63,6%	43,2%	100,0%	63,6%	63,6%	68,2%	100,0%
	Inferior a 1.000 €	79,4%	74,5%	63,7%	52,9%	14,7%	6,9%	31,4%	23,5%	52,9%	56,9%	51,0%	43,1%	90,2%
	Entre 1.000 € a 5.000 €	76,8%	75,0%	68,8%	62,5%	10,7%	10,7%	34,8%	21,4%	86,6%	61,6%	57,1%	42,0%	92,9%
	Entre 5.000 € e 30.000 €	84,0%	88,2%	82,4%	70,1%	35,3%	20,9%	44,9%	41,7%	94,7%	62,6%	51,9%	48,1%	97,9%
	Entre 30.000 € e 75.000 €	88,2%	95,6%	88,2%	82,4%	39,7%	19,1%	44,1%	50,0%	97,1%	61,8%	41,2%	54,4%	100,0%
Responsabilidades de Crédito	Superior a 75.000 €	87,8%	95,1%	90,2%	85,4%	43,9%	39,0%	58,5%	41,5%	97,6%	63,4%	63,4%	63,4%	100,0%
	Sem crédito contraído	81,1%	82,1%	71,6%	62,1%	21,6%	12,6%	38,4%	29,5%	87,9%	54,2%	47,4%	36,3%	91,6%
	Inferior a 2.500 €	71,7%	83,0%	79,2%	71,7%	26,4%	11,3%	37,7%	35,8%	94,3%	66,0%	52,8%	43,4%	100,0%
	Entre 2.500 € e 5.000 €	85,7%	85,7%	57,1%	57,1%	14,3%	7,1%	14,3%	14,3%	85,7%	57,1%	71,4%	57,1%	92,9%
	Entre 5.000 € e 25.000 €	83,3%	73,3%	73,3%	70,0%	33,3%	20,0%	43,3%	26,7%	83,3%	53,3%	43,3%	36,7%	100,0%
	Entre 25.000 € e 50.000 €	74,3%	82,9%	74,3%	71,4%	22,9%	20,0%	28,6%	31,4%	94,3%	74,3%	48,6%	34,3%	94,3%
Ocupação	Entre 50.000 a 100.000 €	84,4%	92,2%	73,4%	64,1%	39,1%	25,0%	45,3%	45,3%	92,2%	60,9%	54,7%	67,2%	96,9%
	Superior a 100.000 €	89,5%	86,3%	90,3%	76,6%	30,6%	21,8%	50,0%	41,9%	95,2%	68,5%	59,7%	62,9%	99,2%
	Estudante	91,8%	87,8%	69,4%	73,5%	14,3%	8,2%	53,1%	24,5%	85,7%	51,0%	46,9%	28,6%	87,8%
	Desempregado	60,0%	76,0%	76,0%	44,0%	4,0%	8,0%	20,0%	32,0%	88,0%	64,0%	56,0%	60,0%	100,0%
	Trabalhador por conta própria	88,2%	70,6%	76,5%	58,8%	20,6%	14,7%	47,1%	23,5%	91,2%	79,4%	61,8%	73,5%	94,1%
	Trabalhador por conta outrem	82,7%	85,1%	79,3%	70,2%	30,1%	19,4%	41,6%	37,7%	91,6%	61,8%	51,8%	47,6%	96,9%
Registo de Rendimentos e Despesas?	Reformado	73,3%	93,3%	60,0%	60,0%	40,0%	6,7%	13,3%	20,0%	100,0%	33,3%	53,3%	46,7%	86,7%
	Outra	60,0%	80,0%	40,0%	40,0%	40,0%	20,0%	20,0%	40,0%	80,0%	60,0%	60,0%	20,0%	100,0%
Poupança Imprevistos?	Sim	83,2%	84,2%	76,8%	67,1%	27,1%	17,1%	40,0%	36,8%	91,9%	61,9%	56,1%	48,1%	96,8%
	Não	81,0%	84,0%	77,5%	69,0%	27,0%	17,0%	42,5%	31,5%	89,5%	60,0%	46,5%	47,5%	94,0%
PPR?	Sim	84,9%	86,6%	82,9%	75,3%	33,8%	22,4%	45,5%	42,5%	95,7%	59,2%	51,5%	49,2%	97,7%
	Não	78,7%	80,6%	68,7%	57,3%	17,5%	9,5%	34,6%	23,7%	84,4%	64,0%	53,6%	46,0%	92,9%
Tem ou já teve Crédito Habitação?	Sim	85,0%	87,4%	82,0%	77,2%	33,5%	25,2%	45,1%	41,3%	95,6%	68,0%	53,4%	52,4%	99,0%
	Não	80,6%	81,9%	73,7%	61,5%	22,7%	11,5%	38,2%	30,3%	87,8%	56,6%	51,6%	44,7%	93,4%
É fiador de Crédito Habitação?	Sim	84,2%	87,2%	82,6%	72,1%	30,2%	22,3%	42,3%	38,1%	94,3%	67,9%	57,7%	57,7%	98,5%
	Não	80,4%	80,8%	71,0%	63,3%	23,7%	11,4%	39,6%	31,0%	87,3%	53,9%	46,5%	37,1%	92,7%
Total Geral	Sim	70,4%	92,6%	66,7%	77,8%	25,9%	11,1%	48,1%	40,7%	88,9%	66,7%	63,0%	70,4%	96,3%
	Não	83,0%	83,6%	77,6%	67,3%	27,1%	17,4%	40,6%	34,4%	91,1%	60,9%	51,8%	46,6%	95,7%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 17 – Matriz de correlação (Rho de Spearman) entre as respostas correctas em cada questão

		Q1 correcta	Q2 correcta	Q3 correcta	Q4 correcta	Q5 correcta	Q6 correcta	Q7 correcta	Q8 correcta	Q9 correcta	Q10 correcta	Q11 correcta	Q12 correcta	Q13 correcta
Q1 correcta	Coefficiente de correlação	1,000	,291	,102	,155	,143	,046	,124	,121	,088	-,010	-,112	,052	,079
	Significância	.	,000	,021	,000	,001	,301	,005	,006	,048	,823	,011	,240	,075
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q2 correcta	Coefficiente de correlação	,291	1,000	,133	,218	,132	,012	,188	,103	,144	-,005	-,092	,105	,093
	Significância	,000	.	,003	,000	,003	,793	,000	,020	,001	,912	,037	,018	,037
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q3 correcta	Coefficiente de correlação	,102	,133	1,000	,303	,196	,161	,142	,143	,154	,034	,040	,102	,114
	Significância	,021	,003	.	,000	,000	,000	,001	,001	,000	,441	,371	,021	,010
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q4 correcta	Coefficiente de correlação	,155	,218	,303	1,000	,136	,145	,249	,167	,135	,080	,041	,105	,060
	Significância	,000	,000	,000	.	,002	,001	,000	,000	,002	,070	,357	,018	,173
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q5 correcta	Coefficiente de correlação	,143	,132	,196	,136	1,000	,146	,201	,279	,115	-,013	-,091	,194	,129
	Significância	,001	,003	,000	,002	.	,001	,000	,000	,010	,771	,041	,000	,003
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q6 correcta	Coefficiente de correlação	,046	,012	,161	,145	,146	1,000	,120	,053	,070	,062	-,047	,087	,071
	Significância	,301	,793	,000	,001	,001	.	,007	,235	,114	,164	,285	,049	,111
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q7 correcta	Coefficiente de correlação	,124	,188	,142	,249	,201	,120	1,000	,146	,095	,034	,005	,168	,098
	Significância	,005	,000	,001	,000	,000	,007	.	,001	,031	,445	,917	,000	,026
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q8 correcta	Coefficiente de correlação	,121	,103	,143	,167	,279	,053	,146	1,000	,100	,015	-,071	,102	,114
	Significância	,006	,020	,001	,000	,000	,235	,001	.	,024	,744	,107	,022	,010
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q9 correcta	Coefficiente de correlação	,088	,144	,154	,135	,115	,070	,095	,100	1,000	,044	,083	,151	,102
	Significância	,048	,001	,000	,002	,010	,114	,031	,024	.	,320	,060	,001	,022
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q10 correcta	Coefficiente de correlação	-,010	-,005	,034	,080	-,013	,062	,034	,015	,044	1,000	,046	,070	,128
	Significância	,823	,912	,441	,070	,771	,164	,445	,744	,320	.	,304	,113	,004
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q11 correcta	Coefficiente de correlação	-,112	-,092	,040	,041	-,091	-,047	,005	-,071	,083	,046	1,000	,073	,049
	Significância	,011	,037	,371	,357	,041	,285	,917	,107	,060	,304	.	,101	,273
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q12 correcta	Coefficiente de correlação	,052	,105	,102	,105	,194	,087	,168	,102	,151	,070	,073	1,000	,087
	Significância	,240	,018	,021	,018	,000	,049	,000	,022	,001	,113	,101	.	,048
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510
Q13 correcta	Coefficiente de correlação	,079	,093	,114	,060	,129	,071	,098	,114	,102	,128	,049	,087	1,000
	Significância	,075	,037	,010	,173	,003	,111	,026	,010	,022	,004	,273	,048	.
	N	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510	510

** Correlação é significativa para um nível de 0.01.

* Correlação é significativa para um nível de 0.05.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 18 – Importância do Orçamento Familiar e Registo de Rendimentos e Despesas

Registo de Rendimentos e Despesas		Importância do Orçamento Familiar				Total
		Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	
Sim	Número	1	1	81	227	310
	% na Importância do Orçamento	33,3%	6,7%	45,5%	72,3%	60,8%
Não	Número	2	14	97	87	200
	% na Importância do Orçamento	66,7%	93,3%	54,5%	27,7%	39,2%
Total	Número	3	15	178	314	510
	% na Importância do Orçamento	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 19 – Teste de Cochran

Output do SPSS v. 18 do Teste de Cochran. O resultado do teste aponta para que existe, pelo menos duas (das 13) proporções de respostas correctas que são estatisticamente significativas.

$$\left\{ \begin{array}{l} H_0: p_1 = p_2 = \dots = p_{13} \\ H_1: \exists i, j: p_i \neq p_j (i \neq j; i, j = 1, 2, \dots, 13) \end{array} \right.$$

Frequências		
	Valor	
	0 "errada"	1 "certa"
Q1	90	420
Q2	81	429
Q3	117	393
Q4	164	346
Q5	372	138
Q6	423	87
Q7	301	209
Q8	333	177
Q9	46	464
Q10	198	312
Q11	243	267
Q12	266	244
Q13	22	488

Teste Estatístico	
N	510
Cochran's Q	1741 ^a
df	12
Asymp. Sig.	,000

a é tratado como sucesso

Fonte: Elaboração própria

Tabela 20 – Sistema de Pontuações

Pontos atribuídos às respostas de cada uma das questões (Q1 a Q13), ordenadas por grau decrescente de dificuldade, para construção do índice de literacia financeira.

Questões	correcta	considerada difícil	incorrecta	Pontos por acertar	Pontos por não acertar	Pontos por considerar difícil
Q6	17,1%	3,1%	79,8%	7	-1	2
Q5	27,1%	13,9%	59,0%	7	-1	2
Q8	34,7%	24,5%	40,8%	7	-1	2
Q7	41,0%	4,1%	54,9%	7	-1	2
Q12	47,8%	18,6%	33,5%	5	-2	1
Q11	52,4%	9,8%	37,8%	5	-2	1
Q10	61,2%	15,1%	23,7%	5	-2	1
Q4	67,8%	17,8%	14,3%	5	-2	1
Q3	77,1%	19%	3,9%	5	-2	1
Q1	82,4%	4,1%	13,5%	3	-3	0
Q2	84,1%	5,5%	10,4%	3	-3	0
Q9	91,0%	6,3%	2,7%	3	-3	0
Q13	95,7%	2,7%	1,6%	3	-3	0
Regista despesas	60,8%			5		

Fonte: Elaboração própria

Tabela 21 – Cotações obtidas do Índice de Literacia Financeira

Cotação Índice	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
0	2	,4	,4
0,1	1	,2	,6
0,3	1	,2	,8
0,5	2	,4	1,2
0,6	2	,4	1,6
0,7	2	,4	2,0
0,8	6	1,2	3,1
0,9	10	2,0	5,1
1,0	6	1,2	6,3
1,1	6	1,2	7,5
1,2	9	1,8	9,2
1,3	12	2,4	11,6
1,4	24	4,7	16,3
1,5	10	2,0	18,2
1,6	28	5,5	23,7
1,7	13	2,5	26,3
1,8	11	2,2	28,4
1,9	33	6,5	34,9
2,0	12	2,4	37,3
2,1	20	3,9	41,2
2,2	17	3,3	44,5
2,3	20	3,9	48,4
2,4	41	8,0	56,5
2,5	13	2,5	59,0
2,6	21	4,1	63,1
2,7	11	2,2	65,3
2,8	18	3,5	68,8
2,9	20	3,9	72,7
3,0	15	2,9	75,7
3,1	17	3,3	79,0
3,2	3	,6	79,6
3,3	13	2,5	82,2
3,4	20	3,9	86,1
3,5	9	1,8	87,8
3,6	13	2,5	90,4
3,7	3	,6	91,0
3,8	2	,4	91,4
3,9	19	3,7	95,1
4,0	3	,6	95,7
4,1	7	1,4	97,1
4,2	2	,4	97,5
4,4	9	1,8	99,2
4,5	3	,6	99,8
5,0	1	,2	100,0
Total	510	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Tabela 22 – Média do índice de literacia financeira por categoria sociodemográfica e experiência/comportamento financeiro

		Possui ou possuiu Crédito Habitação	Nunca contraiu Crédito Habitação	Média Classe			
Género	Masculino	2,7	2,3	2,5			
	Feminino	2,4	2,1	2,3			
Idade	Até aos 25 anos	3,1	2,2	2,3			
	Dos 26 aos 50 anos	2,6	2,2	2,5			
	Mais de 51 anos	2,2	2,1	2,2			
Habilitações Literárias	Até 12 anos de escolaridade	2,0	1,8	1,9			
	Bacharelato, Licenciatura ou pós-graduação	2,7	2,3	2,5			
	Mestrado ou Doutoramento	3,0	2,5	2,7			
Rendimentos Mensais	Sem rendimentos	1,5	2,2	2,2			
	Inferior a 750 €	1,9	1,8	1,8			
	Entre 750 € e 1.500 €	2,4	2,1	2,2			
	Entre 1.500 € e 3.000 €	2,7	2,6	2,7			
	Superior a 3.000 €	3,1	3,6	3,2			
Património Financeiro	Inferior a 1.000 €	1,9	2,0	2,0			
	Entre 1.000 € a 5.000 €	2,3	1,8	2,1			
	Entre 5.000 € e 30.000 €	2,7	2,5	2,6			
	Entre 30.000 € e 75.000 €	2,8	2,6	2,7			
	Superior a 75.000 €	3,1	2,8	3,0			
Responsabilidades de Crédito	Sem crédito contraído	2,4	2,2	2,2			
	Inferior a 2.500 €	2,2	2,5	2,4			
	Entre 2.500 € e 5.000 €	1,7	2,2	1,9			
	Entre 5.000 € e 25.000 €	2,6	2,0	2,2			
	Entre 25.000 € e 50.000 €	2,3	2,3	2,3			
	Entre 50.000 a 100.000 €	2,6	.	2,6			
Ocupação	Estudante	.	2,2	2,2			
	Desempregado	1,9	1,8	1,9			
	Trabalhador por conta própria	Trabalhador por conta própria	2,9	2,0	2,5		
		Gerente	Efectivo	3,0	2,5	2,9	
			Prazo	.	.	.	
			Outro	.	3,4	3,4	
			Quadro Superior	Efectivo	2,7	2,8	2,7
				Prazo	.	.	.
				Outro	.	2,6	2,6
			Quadro Médio	Efectivo	2,7	2,4	2,6
				Prazo	.	.	.
				Outro	2,7	.	2,7
		Técnico	Efectivo	2,8	2,3	2,7	
			Prazo	2,5	2,5	2,5	
			Outro	3,1	1,8	2,0	
		Operário	Efectivo	1,7	1,6	1,6	
			Prazo	2,2	1,9	2,1	
			Outro	.	.	.	
		Administrativo	Efectivo	1,8	1,9	1,8	
			Prazo	2,1	2,0	2,0	
			Outro	.	.	.	
		Outro	Efectivo	2,4	2,5	2,4	
			Prazo	2,4	1,8	2,0	
			Outro	2,3	2,8	2,6	
		Reformado	2,4	2,1	2,2		
		Outra	.	2,0	2,0		
		Registo de Rendimentos e Despesas?	Sim	2,7	2,4	2,6	
Não			2,3	2,0	2,2		
Poupança Imprevistos?		Sim	2,7	2,4	2,6		
	Não	2,3	2,0	2,1			
PPR?	Sim	2,8	2,5	2,7			
	Não	2,3	2,1	2,2			
Tem ou já teve Crédito Habitação?	Sim	2,6	.	2,6			
	Não	.	2,2	2,2			
É fiador de Crédito Habitação?	Sim	2,7	2,1	2,6			
	Não	2,6	2,2	2,4			

Fonte: Elaboração própria

Tabela 23 – Testes de Mann-Whitney

Os resultados dos testes apontam para a rejeição da hipótese nula (α de 5%), em cada um deles, inferindo-se que as cotações do índice de literacia nos primeiros grupos $F(X_1)$ são superiores às cotações do índice de literacia dos segundos grupos $F(X_2)$. Teste unilateral à direita.

$$H_0: F(X_1) \leq F(X_2)$$

$$H_1: F(X_1) > F(X_2)$$

$F(X_1)$: Função de distribuição das cotações do índice de literacia financeira no grupo X_1

$F(X_2)$: Função de distribuição das cotações do índice de literacia financeira no grupo X_2

Ranks - Índice de Literacia Financeira							
	Indicadores / Factores	Grupos	N	Mean Rank	Sum of Ranks	Z	p-value
Teste 1	Género	X ₁ - Masculino	257	271,02	69.651,0	-2,3 8	,008
		X ₂ - Feminino	253	239,74	69.651,0		
Teste 2	Mais de 12 anos escolaridade	X ₁ - Sim	376	283,73	106.682,0	-7,252	0,000
		X ₂ - Não	134	176,29	23.623,0		
Teste 3	Registo do Rendimento e despesas	X ₁ - Sim	310	278,96	86.479,0	-4,481	0,000
		X ₂ - Não	200	219,13	43.826,0		
Teste 4	Tem ou Já teve Crédito Habitação	X ₁ - Possui ou possuiu CH	265	283,53	75.134,5	-4,471	0,000
		X ₂ - Nunca contraiu CH	245	225,19	55.170,5		
Teste 5	PPR ou poupança para a reforma	X ₁ - Sim	206	300,51	61.904,5	-5,682	0,000
		X ₂ - Não	304	225,00	68.400,5		
Teste 6	Poupança para imprevistos	X ₁ - Sim	299	287,07	85.833,5	-5,764	0,000
		X ₂ - Não	211	210,77	44.471,5		

Fonte: Elaboração própria

Tabela 24 – Diferenças entre o valor convertido do índice de literacia financeira e a respectiva autoavaliação do nível de conhecimentos e competências financeiras

Estimação	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
-4	2	,4	,4
-3	13	2,5	2,9
-2	97	19,0	22,0
-1	195	38,2	60,2
0	157	30,8	91,0
1	40	7,8	98,8
2	5	1,0	99,8
3	1	,2	100,0
Total	510	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Tabela 25 – Distribuição de cada categoria por cada classe de valor convertido do índice

		Valor convertido do Índice			Bons e Excelentes		
		Total ausência	Insatisfatório	Satisfatório			
Género	Masculino	52%	43%	52%	66%		
	Feminino	48%	57%	48%	34%		
Idade	Até aos 25 anos	14%	19%	17%	13%		
	Dos 26 aos 50 anos	65%	71%	77%	79%		
	Mais de 51 anos	20%	10%	6%	8%		
Habilitações Literárias	Até 12 anos de escolaridade	46%	33%	17%	6%		
	Bacharelato, Licenciatura ou pós-graduação	43%	53%	67%	62%		
	Mestrado ou Doutoramento	11%	15%	17%	32%		
Rendimentos Mensais	Sem rendimentos	10%	10%	11%	3%		
	Inferior a 750 €	27%	19%	7%	1%		
	Entre 750 € e 1.500 €	47%	40%	34%	28%		
	Entre 1.500 € e 3.000 €	16%	28%	34%	46%		
	Superior a 3.000 €	1%	3%	14%	21%		
Património Financeiro	Inferior a 1.000 €	35%	22%	15%	6%		
	Entre 1.000 € e 5.000 €	31%	26%	19%	7%		
	Entre 5.000 € e 30.000 €	23%	37%	36%	55%		
	Entre 30.000 € e 75.000 €	6%	11%	20%	15%		
	Superior a 75.000 €	5%	4%	11%	17%		
Responsabilidades de Crédito	Sem crédito contraído	54%	40%	28%	28%		
	Inferior a 2.500 €	6%	12%	13%	7%		
	Entre 2.500 € e 5.000 €	7%	2%	2%	1%		
	Entre 5.000 € e 25.000 €	8%	5%	7%	4%		
	Entre 25.000 € e 50.000 €	5%	9%	6%	4%		
	Entre 50.000 a 100.000 €	7%	12%	15%	15%		
	Superior a 100.000 €	12%	20%	29%	39%		
Ocupação	Estudante	10%	13%	9%	3%		
	Desempregado	8%	6%	3%			
	Trabalhador por conta própria	6%	6%	9%	4%		
	Trabalhador por conta outrem	Gerente	Efectivo		2%	3%	4%
			Prazo				
			Outro			1%	
		Quadro Superior	Efectivo	6%	12%	15%	21%
			Prazo				
			Outro		0%	1%	
		Quadro Médio	Efectivo	8%	15%	15%	23%
			Prazo				
			Outro			1%	
		Técnico	Efectivo	12%	12%	16%	25%
			Prazo	8%	8%	10%	8%
			Outro	4%	1%	1%	1%
		Operário	Efectivo	6%	3%	1%	
			Prazo		1%		
			Outro				
		Administrativo	Efectivo	11%	7%	4%	
			Prazo	2%	3%	1%	
			Outro				
	Outro	Efectivo	5%	2%	5%	4%	
		Prazo	6%	3%	3%	1%	
Outro			1%	1%	1%		
Reformado		5%	3%	3%	1%		
Outra		2%	0%	1%	1%		
Registo de Rendimentos e Despesas?	Sim	35%	65%	66%	69%		
	Não	65%	35%	34%	31%		
Poupança Imprevistos?	Sim	42%	53%	66%	79%		
	Não	58%	47%	34%	21%		
PPR?	Sim	18%	37%	50%	55%		
	Não	82%	63%	50%	45%		
Tem ou já teve Crédito Habitação?	Sim	36%	48%	60%	66%		
	Não	64%	52%	40%	83%		
É fiador de Crédito Habitação?	Sim	6%	4%	6%	7%		
	Não	94%	96%	94%	93%		

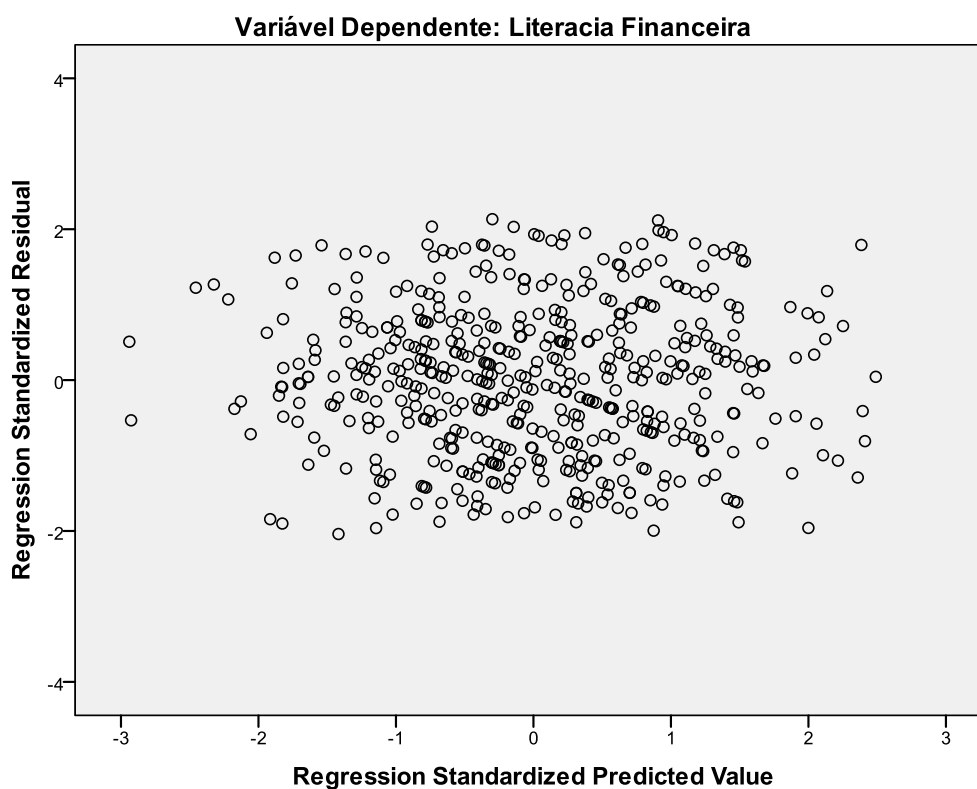
Fonte: Elaboração própria

Tabela 26 – Comparação entre o valor convertido do índice de literacia financeira e a respectiva autoavaliação do nível de conhecimentos e competências financeiras

Valor convertido do Índice de Literacia Financeira		Auto avaliação					Total
		1 Total ausência	2 Insatisfatório	3 Satisfatório	4 Bons	5 Excelentes	
Total ausência	Número	9	27	36	9	2	83
	% do valor conv.	10,8%	32,5%	43,4%	10,8%	2,4%	100,0%
Insatisfatório	Número	4	44	104	49	4	205
	% do valor conv.	2,0%	21,5%	50,7%	23,9%	2,0%	100,0%
Satisfatório	Número	1	17	65	56	12	151
	% do valor conv.	0,7%	11,3%	43,0%	37,1%	7,9%	100,0%
Bons	Número	0	4	17	38	8	67
	% do valor conv.	0,0%	6,0%	25,4%	56,7%	11,9%	100,0%
Excelentes	número	0	1	0	2	1	4
	% do valor conv.	0,0%	25,0%	0,0%	50,0%	25,0%	100,0%
Total	número	14	93	222	154	27	510
	% do valor conv.	2,7%	18,2%	43,5%	30,2%	5,3%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8 – Resíduos estandardizados representados graficamente em função dos valores estimados estandardizados da variável dependente



Fonte: Elaboração própria

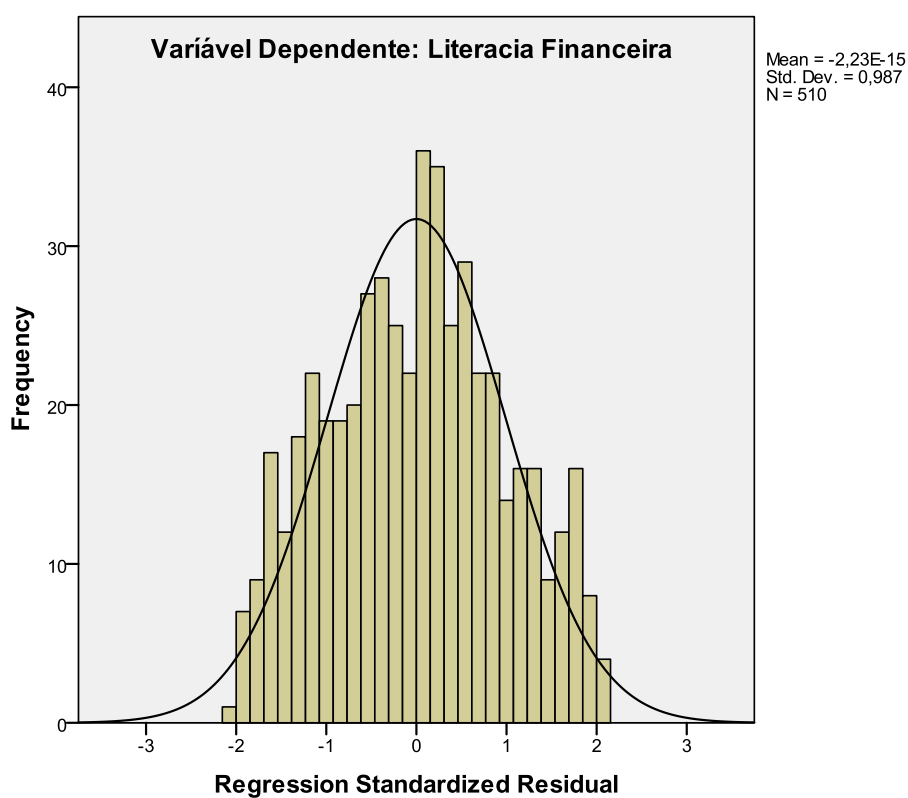
Tabela 27 – Estatística dos Resíduos^a

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N
Valor Predito	,906	3,666	2,401	,5084	510
Valor predito estandardizado	-2,939	2,490	,000	1,000	510
Erro Padrão do Valor Predito	,081	,209	,125	,027	510
Valor predito ajustado	,890	3,665	2,400	,5094	510
Resíduos	-1,5796	1,6514	,0000	,7643	510

a) Variável Dependente: Literacia Financeira

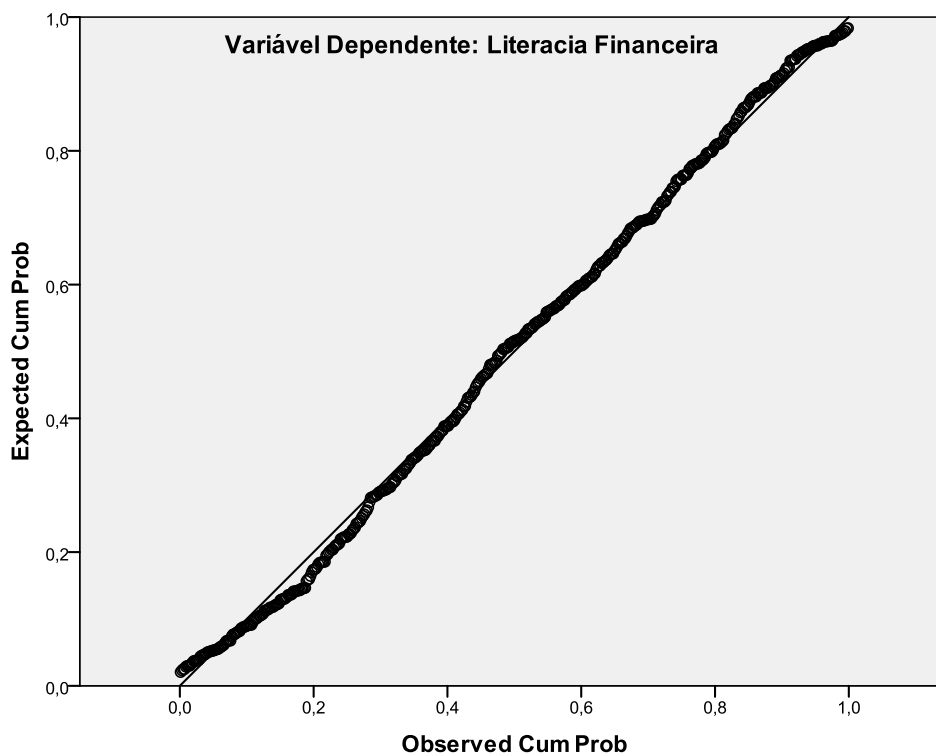
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 9 – Histograma dos resíduos estandardizados



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 10 – Gráfico de Probabilidade Normal



Fonte: Elaboração própria

Tabela 28 – Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov

Output do SPSS v. 18 do Teste de Kolmogorov-Smirnov. O resultado do teste aponta para a não rejeição da hipótese nula ($p\text{-value} > 0,05$), inferindo-se que os resíduos seguem uma distribuição normal.

H_0 : Os resíduos seguem uma distribuição normal

H_1 : Os resíduos não seguem uma distribuição normal

One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test		Resíduos não estandardizados
N		510
Normal Parameters ^{a,b}	Mean	,0000000
	Std. Deviation	,76429962
Most Extreme Differences	Absolute	,045
	Positive	,045
	Negative	-,028
Kolmogorov-Smirnov Z		1,012
Asymp. Sig. (2-tailed)		,257

a. Test distribution is Normal.

b. Calculated from data.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 29 – Matriz dos coeficientes de correlação linear das variáveis independentes

	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X7	X8	X9	X10	X11	X12	X13
X1	1,00												
X2	0,03	1,00											
X3	-0,05	-0,18	1,00										
X4	0,10	0,03	-0,34	1,00									
X5	0,11	-0,03	0,08	-0,28	1,00								
X6	0,20	0,03	0,21	-0,16	-0,33	1,00							
X7	0,28	-0,08	0,25	-0,13	0,18	0,20	1,00						
X8	0,21	0,12	0,10	-0,05	-0,06	0,25	-0,20	1,00					
X9	0,12	-0,07	0,15	-0,02	0,10	0,04	0,19	-0,13	1,00				
X10	0,08	-0,04	0,14	-0,04	0,02	0,06	0,17	0,19	-0,30	1,00			
X11	0,24	0,09	0,06	-0,04	-0,02	0,17	0,02	0,40	-0,22	-0,12	1,00		
X12	0,47	-0,03	0,09	0,07	0,21	0,18	0,27	0,18	0,12	0,15	0,08	1,00	
X13	0,25	0,01	0,15	-0,01	0,19	0,11	0,22	0,16	0,15	0,18	0,14	0,31	1,00

Fonte: Elaboração própria

6.4. ANEXO IV - INQUÉRITO

INQUÉRITO SOBRE LITERACIA FINANCEIRA

Nota prévia:

O presente questionário visa a realização de uma tese de mestrado em finanças por um aluno do ISCTE-IUL.

Numa época em que existem diversos produtos financeiros, quer em termos de investimento, quer em termos de crédito, é necessário dotar os indivíduos e as famílias das ferramentas necessárias que lhes permitam tomar decisões conscientes e informadas.

Neste sentido, a sua resposta dará um contributo importante para o conhecimento dos factores que influenciam a literacia financeira, bem como avaliar o actual conhecimento na área das finanças pessoais para que, posteriormente, se possam aplicar as medidas que mais se adequam às necessidades das famílias e indivíduos.

Neste questionário, não irá ser pedido o seu nome ou outro elemento de identificação.

Os dados recolhidos serão tratados confidencialmente, desta forma, nos resultados da pesquisa não será identificada qualquer informação pessoal, garantindo, assim, anonimato.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Hugo Nogueira

O tempo previsto para preenchimento do questionário situa-se entre os **7 e os 10 minutos**

Instruções de preenchimento:

- No Capítulo I, indique os seus dados sociodemográficos
- Nos Capítulos IV e V, da questão 13. até à 25., existe apenas uma resposta que está correcta. Coloque um **X** naquela que considerar que está certa.
- Tente responder a todas as questões

III. Dados sociodemográficos da amostra

Solicitamos informações específicas acerca de si próprio. Estas informações são fundamentais para a análise dos dados. Mais uma vez informamos que **os dados recolhidos são confidenciais** e serão utilizados para caracterizar a amostra.

1. **Idade:** _____ anos

2. **Género**

Masculino Feminino

3. **Habilitações literárias**

<input type="checkbox"/> Ensino Básico – 4ª classe	<input type="checkbox"/> Licenciatura
<input type="checkbox"/> 6.º Ano – Antigo 2º ano	<input type="checkbox"/> Pós-graduação
<input type="checkbox"/> 9.º Ano - Antigo 5º ano	<input type="checkbox"/> Mestrado
<input type="checkbox"/> 11.º / 12.º Ano – Antigo 7.º Ano	<input type="checkbox"/> Doutoramento
<input type="checkbox"/> Bacharelato	<input type="checkbox"/> Outra

4. **Ocupação**

<input type="checkbox"/> Estudante	<input type="checkbox"/> Desempregado	<input type="checkbox"/> Doméstica	<input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem
<input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria	<input type="checkbox"/> Reformado	<input type="checkbox"/> Outra	

a. **Se respondeu Trabalhador por conta de outrem na questão 4., indique-nos o seu vínculo laboral**

Efectivo Prazo Outro

b. Se respondeu Trabalhador por conta de outrem na questão 4., indique-nos a sua situação profissional

- Gerente Quadro Superior Quadro Médio Técnico
- Operário Administrativo Outro

5. Rendimentos Mensais

- Sem rendimentos Entre 1.500 € e 3.000 €
- Inferior a 750 € Superior a 3.000 €
- Entre 750 € e 1.500 €

6. Património Financeiro

Como património financeiro entende-se o montante global que dispõe em depósitos à ordem, depósitos a prazo, unidades de participação em Planos Poupança Reforma (PPR), certificados de aforro, obrigações do tesouro, obrigações de tesouraria, obrigações de empresas, acções, unidades de participação em fundos, entre outros produtos financeiros.

- Inferior a 1.000 € Entre 30.000 € e 75.000 €
- Entre 1.000 € a 5.000 € Superior a 75.000 €
- Entre 5.000 € e 30.000 €

7. Responsabilidades de Crédito

Como responsabilidades de crédito entende-se o montante de crédito contraído em *plafonds* de cartões de crédito, crédito automóvel, crédito habitação, crédito estudante, crédito ao consumo, crédito à saúde, ou em outro(s) produto(s) de crédito.

- Sem crédito contraído Entre 25.000 € a 50.000 €
- Inferior a 2.500€ Entre 50.000 a 100.000 €
- Entre 2.500 € a 5.000 € Superior a 100.000 €
- Entre 5.000 € a 25.000 €

IV. Questões sobre Orçamento familiar

8. Qual a importância da elaboração e controlo de um orçamento familiar (individuo ou família)?

- Nada importante Pouco importante Importante Muito importante

9. Costuma registar com regularidade as suas despesas e rendimento?

- Sim Não

V. Questões sobre Poupança e Investimento

10. Possui uma poupança para imprevistos (desemprego, mudança de emprego, doença ou outro), correspondente entre 6 a 12 meses das suas despesas?

- Sim Não

11. Possui algum Plano Poupança Reforma (PPR) ou efectua alguma poupança regular para a idade da aposentaçãõ?

- Sim Não

VI. Questões sobre conhecimento financeiro

12. Avalie de 1 a 5 o seu conhecimento e competências financeiras, onde 1 representa a total ausência de conhecimentos e competências financeiras na gestão das finanças pessoais e 5 representa um excelente domínio nesta matéria.
- 1 – Total ausência de conhecimentos e competências financeiras
 - 2 – Conhecimentos e competências financeiras insatisfatórias
 - 3 – Conhecimentos e competências financeiras satisfatórias
 - 4 – Bons conhecimentos e competências financeiras
 - 5 – Excelentes conhecimentos e competências financeiras
13. Suponha que tem 100 € numa conta poupança cuja taxa de juro anual nominal é de 2%. Após 5 anos, quanto pensa que terá acumulado na referida conta poupança, se não efectuar quaisquer levantamentos intermédios nem forem cobrados quaisquer encargos?
- Mais de 102 €
 - Exactamente 102 €
 - Menos de 102 €
 - Considero difícil responder a esta questão
14. Considere que a taxa de juro anual na sua conta poupança era de 1% e a inflação anual prevista era de 2%. Após um ano, comparativamente com hoje, seria capaz de
- Comprar mais
 - Comprar o mesmo
 - Comprar menos
 - Considero difícil responder a esta questão

15. Considera verdadeiro ou falso a seguinte frase: Comprar acções de uma só empresa proporciona um retorno mais seguro do que investir (o mesmo montante) num fundo de acções.

- Verdadeiro
- Falso
- Considero difícil responder a esta questão

16. A longo prazo, o investimento em acções pode proporcionar maior retorno comparativamente a aplicação de igual montante num depósito a prazo?

- Sim
- Não
- Considero difícil responder a esta questão

VII. Questões sobre Crédito e Crédito Habitação

17. Determinado cartão de crédito apresenta um saldo utilizado de 3.000 €. O pagamento mensal é de 30 € (sem considerar outros encargos). A uma taxa de juro anual nominal de 12% (ou 1% ao mês), quantos anos levaria para pagar a dívida?

- Menos de 5 anos
- Entre 5 a 10 anos
- Entre 10 a 15 anos
- Mais de 15 anos
- Nunca, o valor em dívida manter-se-ia (nos 3.000 €)
- Considero difícil responder a esta questão

18. Imaginemos que adquira um electrodoméstico no valor de 1.000 €. Para pagá-lo dispõe de duas opções: (a) Pagamento mensal de 100 € durante 12 meses ao vendedor do equipamento ou (b) Pedir a um banco um empréstimo de 1.000 €, a 1 ano, a uma taxa de juro anual nominal de 20%, pagando o electrodoméstico de imediato ao vendedor e posteriormente paga ao Banco 1.200 €, numa única prestação, no final do prazo do empréstimo. Qual a melhor oferta?

- Opção (a)
- Opção (b)
- As duas opções são iguais
- Considero difícil responder a esta questão

19. O que é a Euribor?

- É uma taxa de juro média dos empréstimos de uns bancos a outros bancos no mercado monetário interbancário
- É a taxa definida pelo Banco Central Europeu (BCE)
- É uma taxa de juro fixa associada aos créditos habitação
- Considero difícil responder a esta questão

20. Para um crédito habitação de 120.000 €, com taxa de juro anual nominal fixa de 3%, escolher um prazo de 20 anos com prestação mensal de 665,52 € em vez de um prazo de 30 anos com prestação mensal de 505,92 € proporciona uma poupança global de juros, desde o início até ao fim do empréstimo:

- Inferior a 10.000 €
- Entre 10.000 e 20.000 €
- Superior a 20.000 €
- Não existe qualquer poupança de juros.
- Considero difícil responder a esta questão

21. Classifique de verdadeiro ou falso a seguinte frase: Num crédito habitação, relativo a um imóvel que se encontra hipotecado à instituição de crédito como garantia do empréstimo, **não existe** qualquer hipótese de perder a propriedade do imóvel.

- Verdadeiro
- Falso
- Considero difícil responder a esta questão

22. Determinado casal contraiu um crédito habitação, junto de uma instituição de crédito, para aquisição de um imóvel. Classifique de verdadeiro ou falso a seguinte frase: Em caso de divórcio, a obrigação do pagamento das prestações relativamente ao crédito habitação contraído extingue-se automaticamente para o membro do casal que não ficar com a propriedade do imóvel.

- Verdadeiro
- Falso
- Considero difícil responder a esta questão

23. Consideremos um crédito habitação, no qual intervieram dois mutuários (por exemplo, um casal) e quatro fiadores (por exemplo, os pais do referido casal). Classifique de verdadeiro ou falso a seguinte frase: Caso a totalidade da dívida se torne exigível por não pagamento das prestações por parte dos mutuários, existe a hipótese da instituição de crédito exigir a **cada um** dos fiadores o pagamento da totalidade da dívida.

- Verdadeiro
- Falso
- Considero difícil responder a esta questão

24. Num crédito habitação foi concedida uma moratória ou um período de carência de capital, de 2 anos, proporcionando uma redução temporária da prestação mensal. A taxa de juro manteve-se inalterada entre o início da moratória e o vencimento do empréstimo. Comparativamente com o plano inicial (sem moratória), no final do empréstimo terão sido pagos:

- Menos juros
- Os mesmos juros
- Mais juros
- Considero difícil responder a esta questão

25. Num crédito habitação, com um regime de taxa variável, indexado à Euribor, se esta subir, as prestações neste crédito habitação:

- Sobem
- Descem
- Mantêm-se iguais
- Considero difícil responder a esta questão

26. Tem ou já teve crédito habitação?

- Sim Não

27. É fiador em algum contrato de crédito habitação?

- Sim Não

----- FIM -----

Muito obrigado pela disponibilidade demonstrada.

Hugo Nogueira